



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

MINUTA - CPL**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO**
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021
(Processo SEI n.º 0016543-16.2020.6.15.8000)

CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, A SER EXECUTADO NOS PRÉDIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB.

Recebimento de propostas: a partir da data de publicação do aviso no D.O.U.

Abertura das propostas: 14/10/2021 às 14h00min

(Horário de Brasília/DF)

Endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

AVISOS

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame.

Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, consoante disposto no art. 53 do Decreto n. 10.024, de 20/09/2019.

DÚVIDAS	
No horário de expediente do TRE/PB:	Das 12h00 às 19h00 (segunda à quinta-feira) De 07h00 às 14h00 (sexta-feira)
Telefones:	(83) 3512-1280 / 1281 / 1282
E-mail:	cpl@tre-pb.jus.br

PREÂMBULO

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, através do Pregoeiro(a) designado pela **pela Portaria n.º 77/2021, publicada em 15/04/2021**, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO, MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, no regime de empreitada por preço global, objetivando proceder a **CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, A SER EXECUTADO NOS PRÉDIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB**, mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.

O presente certame será processado e julgado nos termos da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000 (alterado pelos Decretos nºs 3.693, de 20/12/2000, 3.784, de 06/04/2001), do Decreto n.º 10.024, de 20/09/2019, do Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013 (alterado pelos Decretos n.º 8.250, de 23/05/2014 e n.º 9.488, de 30/08/2018), da Lei Complementar n.º 123 de 14/12/2006 (alterada pela Lei Complementar n.º 147 de 07/08/2014), regulamentada pelo Decreto 8.538, de 06/10/2015, da Instrução Normativa n.º 05 – MPDG, de 26/maio/2017, da Resolução CNJ n.º 270, de 11/12/2018, e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666, de 21/06/93.

A sessão pública será realizada por meio do Sistema de Compras do Governo federal, disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e operada pelo Pregoeiro(a), através do sistema **"PREGÃO ELETRÔNICO"**, no dia **14/10/2021, às 14h00min (horário de Brasília/DF)**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada no 3.º andar do edifício-sede deste Órgão, situado na Avenida Princesa Isabel, 201, Tambiá, João Pessoa/PB, CEP: 58.020-528.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

1.0 – DO OBJETO

1.0 – A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, A SER EXECUTADO NOS PRÉDIOS DA JUSTIÇA ELEITORAL, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB**, de acordo com as especificações e quantitativo, que constam dos Anexos I e II e demais condições gerais deste edital.

2.0 – DOS ANEXOS

2.1 – Além deste edital, integram o presente instrumento as seguintes peças:

2.1.1 – o **Anexo I** – “Termo de Referência e Apêndices”;

2.1.2 – o **Anexo II** – “Especificações e Quantitativos”;

2.1.3 – o **Anexo III** – “Minuta do contrato”;

2.1.4 – o **Anexo IV** – “Modelo de declaração de cumprimento do disposto no art. 3.º da Resolução n.º 07 do CNJ”;

2.1.5 – o **ANEXO V** – “Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no artigo 4.º da Resolução n.º 156/2012 do CNJ”;

2.1.6 – o **Anexo VI** – “Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública”.

3.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão Eletrônico **quaisquer empresas**, especializadas no ramo, legalmente constituídas que:

3.1.1 - estejam devidamente CADASTRADAS no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), da **Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital**, do **Ministério da Economia**, de acordo com o art. 26, do Decreto n.º 10.024/2019;

3.1.2 – encaminhem, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, indicada no preâmbulo deste Edital;

3.1.2.1 - a etapa de que trata o item 3.1.2 será encerrada com a abertura da sessão pública;

3.1.2.2 – as empresas licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicafe, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema;

3.1.2.3 - o envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no **item 3.1.2**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

3.1.2.4 – a empresa licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital;

3.1.2.5 - a falsidade da declaração de que trata o item anterior sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.1.2.6 - as empresas poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

3.1.2.7 - na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela empresa, observado o disposto no **item 3.1.2**, não haverá ordem de classificação das propostas;

3.1.2.8 - os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

3.1.2.9 - os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de até duas horas, contadas da solicitação do pregoeiro no sistema;

3.1.3 - manifestem, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, bem como que a proposta está em conformidade com o exigido no instrumento convocatório;

3.2 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, que desejarem participar do certame com os benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverão manifestar sua intenção em campo próprio do sistema eletrônico;

3.3 - Considerando-se que a contratação de serviços terceirizados, via de regra, se enquadra, para fins tributários, no conceito de cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser CONTRATADA, poderá não se beneficiar da condição de optante e, nessa hipótese, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua EXCLUSÃO OBRIGATÓRIA DO SIMPLES NACIONAL A CONTAR DO MÊS SEGUINTE AO DA CONTRATAÇÃO, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (Acórdão TCU 797/2011 – Plenário e IN SLTI nº 2/2008);

3.3.1 - A licitante ME ou EPP somente poderá usufruir, nesta licitação, dos benefícios provenientes da opção pelo Simples Nacional caso comprove documentalmente que se **dedicada exclusivamente à atividade de vigilância**, ou a exerce em conjunto com outras atividades para as quais não seja vedada a opção pelo Simples Nacional, em observância ao caput do art. 17 (e incisos), c/c o § 5º-C, inciso VI, do art. 18, todos da Lei Complementar n.º 123/2006.

3.3.2 - Caso a licitante ME ou EPP não atenda aos requisitos previstos no subitem 3.3.1, ficará IMPEDIDA DE APRESENTAR PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, já que tal prática implicaria ofensa às disposições da LC n.º 123/2006, conforme posicionamento externado pelo TCU no Acórdão TCU n.º 797/2011 - Plenário;

3.3.3 - Na hipótese aventada no subitem 3.3.2, a licitante optante pelo Simples Nacional, que por ventura venha a ser CONTRATADA, deverá comunicar a contratação para a prestação dos serviços à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato), apresentando à CONTRATANTE, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Termo Contratual, cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento. (Acórdão TCU n.º 2.798/2010 – Plenário e IN SLTI nº 2/2008);

3.4 - Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, este Regional, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

3.5 - Ocorrendo o atendimento dos requisitos listados no subitem 3.3.1, a licitante poderá apresentar as PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, devendo, para tanto, observar o disposto no § 5º - C, do art. 18. da LC n.º, em especial no tocante às alíquotas fixadas no Anexo IV da citada Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, que deverá ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.

3.6 - Não será admitida a participação de empresas:

3.6.1 - em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, salvo se apresentar a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, ou decisão judicial que a desobrigue da apresentação da certidão negativa, ou, ainda, comprove a capacidade econômico-financeira da empresa (conforme jurisprudência do STJ no Resp. n.º 1173735/RN.T4 e no AgRg na MC n.º 23.499/RS.T2, do TCU no Acórdão n.º 8.271/2011 – 2.ª Câmara e da AGU no Parecer 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, exarado no Processo n.º 00407.000226/2015-22);

3.6.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (Acórdão TCU n.º 842/2013 – Plenário) ou que tenham sido declaradas inidôneas (art. 87, IV da Lei n.º 8.666/93) ou impedidas (art. 7.º da Lei n.º 10.520/02), desde que não tenham logrado reabilitação;

3.6.3 - reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição (conforme jurisprudência do TCU, acórdão n.º 2.898/2012 – Plenário, a vedação à participação de consórcio nesta licitação prende-se ao fato de que esta não envolve questões de alta complexidade e de relevante vulto, em que as empresas, isoladamente, não tenham condições de suprir os requisitos de habilitação do edital);

3.6.4 - estrangeiras que não funcionem no país;

3.6.5 - cooperativas.

3.7 - Não será admitida a participação de instituições sem fins lucrativos que não atendam ao estabelecido nas disposições contidas nos artigos 12 e 13 da IN nº 05/2017 – SG/MPDG.

4.0 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1 - As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o CREDENCIAMENTO no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), que também será requisito obrigatório para fins de habilitação:

4.1.1 - o credenciamento no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

4.1.2 - o credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica;

4.1.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.1.4 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.1.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.2 - A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.0 – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 - A proposta, a ser encaminhada **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, até as **14h00min do dia 14 de outubro de 2021** (horário de Brasília), deverá conter:

5.1.1 - a **especificação do serviço** no campo **"Descrição Detalhada Do Objeto Ofertado"**, **marca e modelo (quando houver)**, em conformidade com o Anexo I – "Termo de Referência" e nos termos do **Anexo II** – "Especificações e Quantitativos".

5.1.2 - o **VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO, limitado a 2 (dois) dígitos após a vírgula**, no qual se presumem inclusos todos os custos que incorram ou venham a incorrer sobre o objeto licitado, inclusive, impostos, taxas, fretes, encargos sociais, fiscais e trabalhistas, observando o **preço máximo admitido**, estabelecido no item **7.26** deste edital;

5.1.2.1 - caso o valor total e/ou os valores unitários decorrentes do preço total proposto contenham mais de duas casas após a vírgula, **as casas decimais excedentes serão desconsideradas pelo pregoeiro, ainda que seja reduzido o preço total do Item**, sendo esta alteração considerada uma negociação para fins do disposto no item **7.29** deste edital.

5.1.3 - a indicação dos sindicatos, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

5.1.4 - a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

5.1.5 – comprovação do regime de tributação da empresa;

5.1.6 - a licitante vencedora deverá apresentar, após a fase de lances, a proposta contendo os custos decorrentes da execução contratual e os documentos complementares, mediante o preenchimento do modelo de planilha de custo e formação de preços, para cada item, estabelecidos no instrumento convocatório, Apêndices do Termo de Referência, Anexo I do edital, para cada item, acompanhado de demonstrativo analítico de todos os custos e ainda:

5.1.6.1 - os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta;

5.1.6.2 - os custos decorrentes da execução contratual, mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, apresentado nos Apêndices do Termo de Referência, ANEXO I deste edital, em conformidade com Instrução Normativa MPOG/SLTI n.º 05 de 26/05/2017, e alterações posteriores;

5.1.6.2.1 - As planilhas **(em arquivo excel)** deverão contemplar as **memórias de cálculo detalhadas**, discriminando a **metodologia e fórmulas adotadas** pela licitante para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço.

5.1.6.2.2 - Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

5.1.6.2.2.1 - Após a análise das planilhas de custos e formação de preços pela CPEPC, os erros apontados pela Comissão deverão ser saneados, no tempo máximo de 01 (uma) hora, após a notificação do Pregoeiro. Caso persistam, poderá ser renovada, apenas 01 (uma) vez, a notificação, por igual tempo. Não ocorrendo o saneamento, após essas 02 (duas) oportunidades, a proposta será DESCLASSIFICADA.

5.1.6.3 - a memória de cálculo dos valores constantes na planilha de custos;

5.1.6.4 - A licitante deverá preencher, além da "Planilha de Custos e Formação de Preços", o "Modelo de Proposta de Preços" do Termo de Referência, Anexo I deste edital, observados os custos efetivos e as demais adaptações específicas para cada categoria/profissional;

5.1.6.5 - A licitante deverá encaminhar as "Planilhas de Custos e Formação de Preços" distintas, cujo preenchimento deverá observar as respectivas categorias, as quantidades de postos e as Convenções Coletivas respectivas;

5.1.6.6 - A licitante deverá encaminhar, junto com as Planilhas, uma cópia dos Acordos, dos Dissídios ou das Convenções Coletivas de Trabalho das categorias utilizadas na formulação dos preços;

5.1.6.7 - No preço proposto deverão estar incluídas todas as despesas com: uniformes, salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas, lucros e demais insumos necessários à sua composição;

5.1.6.8 - Os custos de vale-refeição deverão ter como base as condições estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho celebradas pelos Sindicatos das respectivas categorias;

5.1.6.9 - O vale-transporte deverá ser concedido pela licitante vencedora aos empregados de acordo com o Decreto nº 95.247, de 17/11/1987, no valor referente ao itinerário de cada funcionário, observadas, se for o caso, as demais disposições inseridas nas Convenções Coletivas de Trabalho;

5.1.6.10 - A LICITANTE VENCEDORA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993;

5.1.6.10.1 - O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale transporte;

5.1.6.11 - Caso se verifique que a proposta apresentada contém eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a CONTRATADA, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual;

5.1.6.12 - O tipo de assistência médica e odontológica ofertado aos profissionais será aquele previsto em leis, normativos ou nas Convenções Coletivas de Trabalho, devendo tais gastos serem inseridos como parte dos custos da prestação dos serviços (Módulo 2 - "Benefícios Mensais e Diários");

5.1.6.12.1 - Na hipótese em que a lei, o normativo ou as Convenções Coletivas de Trabalho indicadas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, forem silentes a respeito dos benefícios aqui tratados, ou mesmo nos casos em que inexistir lei ou norma específica, e havendo inserção na proposta de valor referente ao vale alimentação, assistência médica e odontológica e outros, a licitante deverá apresentar os documentos comprobatórios e a memória de cálculo que serviram de base para a definição desses valores em sua planilha;

5.1.6.12.1.1 - A não apresentação dos documentos citados no item anterior poderá resultar na desclassificação da proposta;

5.1.6.13 - **Não há previsão de horas extras** para os cargos previstos neste Termo de Referência;

5.1.6.14 - As propostas deverão conter indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas que regem cada categoria profissional que executará os serviços, indicadas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, e a respectiva data base e vigência, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, segundo disposto na Instrução Normativa MPOG/SLTI n.º 05, de 26/05/2017;

5.1.6.14.1 - A ausência da indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas, sentenças normativas ou leis, exigida neste subitem, a qual inviabilize ou dificulte a análise das planilhas por parte da área técnica do Tribunal, poderá acarretar a desclassificação da proposta da LICITANTE;

5.1.6.15 - Deverão ser observados, quando do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros);

5.1.6.16 - As empresas deverão observar as disposições do Decreto nº 6.957/2009 e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pelo Ministério da Previdência Social;

5.1.6.17 - A licitante deve preencher o item "Riscos Ambientais do Trabalho - RAT" da planilha de custos e formação de preços considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo;

5.1.6.18 - Considerando-se jurisprudência do TCU (Acórdão n.º 288/2014 – Plenário), fica vedada a inclusão do item "Reserva Técnica" na planilha de custos e de formação de preços, já que não existem eventos que motivariam a aceitação desse tipo de custo. A inserção de custos dessa natureza acarretará a necessidade de retificação da proposta, solicitada mediante diligência, sendo que o não atendimento da mesma, acarretará a desclassificação da proposta;

5.1.6.19 - Conforme Súmula n.º 254 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a CONTRATADA;

5.1.6.20 - O montante de que trata o **aviso prévio trabalhado**, correspondente a **23,33%** da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado **durante a primeira vigência do contrato**;

5.1.6.21 - Os custos referentes ao item "Treinamento/Capacitação/Reciclagem", considerando o entendimento esposado pelo TCU, ratificado pela Assessoria Jurídica deste Regional, deverão estar contemplados no item "Custos Indiretos, Tributos e Lucro";

5.1.6.22 - Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU- Plenário n.º 2.647/2009);

5.1.6.22.1 - A licitante deverá comprovar por meio de documentação hábil o seu regime de tributação, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS consignadas na planilha conferem com sua opção tributária;

5.1.6.23 - Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições;

5.1.6.24 - As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas;

5.1.6.25 - Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento;

5.1.6.26 - Caso a licitante não tenha recolhido tais tributos pelo regime de tributação de incidência não-cumulativa no período anterior à data da proposta, a apuração do percentual médio efetivo pode ser realizada com base em faturamento e crédito tributário esmados, devendo, ainda sim, apresentar os dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) referentes aos 12 (doze) meses anteriores à data da proposta.

5.1.6.27 – quaisquer outros documentos que demonstrem a exequibilidade da proposta.

5.1.7 – Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet*, caso o item não possua o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações técnicas dispostas nos descritivos constantes do "Termo de Referência" (Anexo I);

5.2 – Ainda no momento de elaboração e envio da proposta o licitante deverá declarar virtualmente, em campo próprio disponibilizado no sistema eletrônico:

5.2.1 – o pleno conhecimento e cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

5.2.2 – a inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, bem como a ciência da obrigatoriedade de noticiar ocorrências posteriores;

5.2.3 – que não infringe a proibição do art. 7.º, XXXIII, da Constituição (art. 27, V, da Lei n.º 8.666/93);

5.2.4 – que elaborou a proposta de forma independente;

5.2.5 – **se for o caso**, o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art. 3.º da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como a aptidão para usufruir o tratamento diferenciado estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.3 – O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta) dias**, contado da data da abertura da sessão pública;

5.3.1 – caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba poderá solicitar a prorrogação geral da validade por, no máximo, igual período;

5.4 – Não serão permitidas ofertas parciais, em relação ao quantitativo total estimado fixado para o ITEM;

5.5 – Quaisquer tributos, despesas e custos diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão presumidos como inclusos nos preços, e não serão admitidos como pleitos de acréscimos, a qualquer título.

5.6 – O encaminhamento da proposta de preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações e operações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

5.7 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital e seus anexos, as que forem omissas e aquelas que apresentarem irregularidades, alternativas ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

5.8 – O licitante apresentará preço global, nele inclusas as despesas diretas e indiretas, tais como: mão de obra, transporte, alimentação, impostos, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e comerciais, e taxas que se façam indispensáveis à perfeita execução dos serviços.

5.9 - As propostas contendo a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

6.0 – DA HABILITAÇÃO

6.1 - A habilitação do licitante será verificada mediante:

a) consulta "on line" ao **SICAF**, constatando-se a sua regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão de Regularidade de Tributos Federais), Fazenda Municipal (Certidão de Regularidade), Seguridade Social (Certidão de Regularidade - CND), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certidão de Regularidade - CRF);

b) apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa válida, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, podendo ser realizada consulta "on line" ao **TST**;

c) apresentação da certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de **90 (noventa) dias** da data prevista para abertura da licitação;

d) as empresas licitantes deverão apresentar, para comprovação da Qualificação Técnico-operacional, os seguintes documentos:

d.1) Alvará de funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, devidamente publicado no D.O.U., conforme estabelece a Lei n.º 7.102, de 20/06/1983, regulamentada pelo Decreto n.º 89.056, de 24/11/1983, e pela Portaria DG/DPF n.º 3233, de 10/12/2012, e alterações posteriores;

d.2) Certificado de Segurança atualizado, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, de acordo com a Portaria DG/DPF n.º 3.233, de 10/12/2012, e alterações posteriores;

d.3) Autorização emitida pela Secretaria de Segurança Pública para o funcionamento da empresa no Estado da Paraíba;

d.4) comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

d.4.1) considerando que o número de postos de trabalho a ser contratado é inferior a 40 (quarenta) postos, **o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação**;

d.5) Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado e/ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, de forma satisfatória, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de vigilância, com, **no mínimo, 10 (dez) postos de vigilante**, que serão necessários para suprir a demanda prevista nesta licitação;

d.5.1) Para a comprovação do quantitativo mínimo de **10 (dez) postos de vigilante**, **NÃO será aceito o somatório de atestados**, tendo em vista que, para o objeto ora tratado não há como supor que a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão capacite a empresa automaticamente para a execução de objetos maiores, salvo se os atestados apresentados referirem-se a serviços executados de forma concomitante, conforme entendimento firmado no Acórdão TCU n.º 2.387/2014 - Plenário;

d.6) A LICITANTE deverá comprovar que gerencia serviços de vigilância por período não inferior a 03 (três) anos;

d.6.1) Para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos, será aceito o somatório de atestados, sendo que os mesmos deverão contemplar execuções em períodos distintos (períodos concomitantes serão computados uma única vez) e terem sido expedidos após a conclusão dos contratos ou decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

d.7) Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB;

d.8) A LICITANTE, caso a área técnica entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais/faturas, notas de empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

d.9) Declaração da LICITANTE, sob assinatura do Representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, apresentará à CONTRATANTE comprovante de conclusão, com aproveitamento suficiente e dentro do prazo de validade, do curso de formação e/ou reciclagem dos vigilantes designados para a execução dos serviços, realizado junto à empresa devidamente autorizada pelo Ministério da Justiça, nos termos da Portaria n.º 387, de 28/08/2006, e alterações posteriores;

d.10) Declaração da LICITANTE, sob assinatura do Representante Legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, apresentará à CONTRATANTE uma cópia da relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos de Vigilância, expedida pelo Ministério da Justiça, conforme Portaria n.º 387, de 28/08/2006, e alterações posteriores;

d.11) Declaração da LICITANTE, sob assinatura do Representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da licitação comprovará junto à CONTRATANTE o nível de escolaridade exigida para os profissionais;

d.12) Declaração da LICITANTE, assinada pelo Representante legal da empresa, de que, caso seja declarada vencedora da licitação, instalará, em João Pessoa-PB, sede, filial ou representação, dotada de infraestrutura administrativa e técnica, adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, a ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do contrato;

d.13) Declaração da LICITANTE, assinada pelo Representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, se responsabiliza por quaisquer danos causados por seus empregados à União e servidores da CONTRATANTE, dentro da área e dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens da União e de terceiros, seja por omissão ou negligência de seus empregados;

e) A LICITANTE deverá apresentar para comprovação da Habilitação Econômico-Financeira, dentre outros, os seguintes documentos:

e.1) Balanço e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, que demonstrem resultados superiores a 1 (um) para os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG). (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.1.1) Somente será necessária a apresentação da documentação prevista no item "e", nas hipóteses de impossibilidade de verificação automática via SICAF, dos índices de Liquidez Geral -LG, Liquidez Corrente -LC, e Solvência Geral -SG superiores a 1 (um), de empresas com menos de um ano de exercício social ou ainda, de empresas com mais de um exercício, que não apresentarem valores no grupo EXIGÍVEL;

e.1.2) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral -LG, Liquidez Corrente -LC, e Solvência Geral -SG, deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item/grupo pertinente;

e.2) Demonstração de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Avo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação, tendo por base o Balanço e as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.3) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou

balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.4) Demonstração de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 do valor total dos contratos firmados (ou instrumentos equivalentes) pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação. (Acórdão TCU n.º 1214/2013- Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.4.1) Esta fração deverá ser comprovada por meio de declaração que detalhe os contratos firmados (ou instrumentos equivalentes) e os respectivos valores, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.4.2) Se houver divergência do valor total constante da declaração, superior a 10% (para cima ou para baixo), em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores);

e.5) Comprovação de índice de endividamento total menor ou igual a 0,6 (Acórdão TCU n.º 628/2014-Plenário, conforme justificativa constante no item 7.1.13.4.3 do Termo de Referência, Anexo I do edital).

e.6) Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da Lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em junta comercial.

f) declaração de cumprimento do disposto no **art. 3.º da Resolução do CNJ n.º 07, de 18 de outubro de 2005**, com a redação dada pela Resolução n.º 09/2005¹, e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea "a" do Enunciado Administrativo n.º 01², podendo ser utilizado o modelo em anexo;

g) declaração de cumprimento ao disposto no **artigo 4º da Resolução do CNJ n.º 156 de 08 de agosto de 2012**, podendo ser utilizado o modelo em anexo;

6.1.1 - caso a licitante pretenda fornecer o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, desde logo, o respectivo CNPJ para consulta "on line" ao **SICAF**;

6.1.2 - após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos no edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.1.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

6.1.4 - sendo verificado que algum dos documentos exigidos encontra-se vencido ou não conste no SICAF, será admitida a sua apresentação, no prazo estipulado no item 6.1.2.

6.1.5 - a proposta de preços final e os documentos de habilitação, constantes dos arquivos e registros digitais no Sistema Comprasnet, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, em conformidade com o art. 8º, §1º do Decreto n.º 10.024/2019.

6.1.5.1 - todos os documentos enviados ficarão à disposição dos demais licitantes no Sistema Comprasnet para que, desejando analisá-los, possam acessar diretamente pelo sistema.

6.1.6 - será admitida a comprovação de regularidade jurídica e fiscal através da Internet, por meio de consulta "on-line" efetuada pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio.

6.2 - Os documentos relativos à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista deverão estar válidos na data de abertura das propostas, ressalvado o disposto no item 7.39.

6.3 - As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste pregão, deverão apresentar toda a documentação exigida neste Capítulo para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

¹ É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

² As vedações constantes dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005, abrangem o parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e o parentesco por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau, do cônjuge ou companheiro dos membros e juízes vinculados ao Tribunal.

7.0 – DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1 - A partir da data e do horário previsto no preâmbulo deste edital, terá início a sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade, verificando a compatibilidade do preço cotado e a conformidade da descrição dos bens ofertados com as exigências do edital e seus anexos, sob pena de desclassificação.

7.1.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.1.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.2 - Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase de lances, quando então os licitantes poderão encaminhá-los, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

7.7 - Os lances serão ofertados pelo VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO;

7.8 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

7.10 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.11 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.15 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante que o houver ofertado.

7.18 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade dos licitantes, não lhes cabendo pleitear qualquer alteração.

7.19 - Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir lance de valor considerado inexequível.

7.20 - Cabe aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios decorrente da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

7.21 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.22 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.23 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.24 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.24.1 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.24.1.1 - prestados por empresas brasileiras;

7.24.1.2 - prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.1.3 - prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.25 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.26 - Considera-se **preço excessivo**, para fins de desclassificação, aquele que superar o valor orçado pelo TRE/PB, conforme tabela abaixo:

GRUPO 01 (G1)

REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO PRESUMIDO

ITEM	OBJETO	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 01 VIGILANTE (R\$)	Nº DE POSTOS	Nº DE VIGILANTES POR POSTO	Nº TOTAL DE VIGILANTES	VALOR MENSAL DO ITEM (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 12X36 DIURNO	12X36 DIURNO	3.792,74	07 POSTOS	02	14	53.098,36
02	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 12X36 NOTURNO	12X36 NOTURNO	4.361,99	08 POSTOS	02	16	69.791,84
03	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA.	44 HORAS SEMANAIS	3.974,10	02 POSTOS	01	02	7.948,20

	ESCALA DE TRABALHO: 44 HORAS SEMANAIS						
04	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 44 HORAS SEMANAIS	44 HORAS SEMANAIS	3.975,21	02 GUARDETES	01	02	7.950,42
VALOR TOTAL MENSAL DO GRUPO G1 (LUCRO PRESUMIDO)							138.788,82
VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO G1 (LUCRO PRESUMIDO)							1.665.465,84

REGIME DE TRIBUTAÇÃO: SIMPLES NACIONAL

ITEM	OBJETO	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 01 VIGILANTE (R\$)	Nº DE POSTOS	Nº DE VIGILANTES POR POSTO	Nº TOTAL DE VIGILANTES	VALOR MENSAL DO ITEM (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 12X36 DIURNO	12X36 DIURNO	3.704,01	07 POSTOS	02	14	51.856,14
02	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 12X36 NOTURNO	12X36 NOTURNO	4.256,15	08 POSTOS	02	16	68.098,40
03	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 44 HORAS SEMANAIS	44 HORAS SEMANAIS	3.887,47	02 POSTOS	01	02	7.774,94
04	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 44 HORAS SEMANAIS	44 HORAS SEMANAIS	3.888,53	02 GUARDETES	01	02	7.777,06
VALOR TOTAL MENSAL DO GRUPO G1 (SIMPLES NACIONAL)							135.506,54
VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO G1 (SIMPLES NACIONAL)							1.626.078,48

7.26.1 - Considera-se preço manifestamente inexequível, para fins de desclassificação, aquele que o licitante não comprove a sua viabilidade, quando contestada.

7.26.1.1 - Considerando os termos da Súmula TCU n.º 262/2010 e Resolução n.º 114/2010/CNJ, será oportunizado ao licitante que apresentar proposta com valores inferiores, de acordo com o disposto no item 7.16.1 deste edital, de demonstrar a exequibilidade da sua proposta;

7.27 - Caso a proposta mais bem classificada não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior a melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada originalmente em primeiro lugar, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto do respectivo ITEM do pregão;

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no limite estabelecido no caput deste subitem, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para a oferta final do desempate;

d) havendo êxito neste procedimento, o sistema disponibilizará a nova classificação dos licitantes para fins de aceitação; não havendo êxito ou não existindo microempresas e empresas de pequeno porte participantes, prevalecerá a classificação inicial.

7.28 - na hipótese em que nenhum dos licitantes exerça o direito de preferência previsto no item 7.27, prevalecerá o resultado inicialmente apurado após a fase de lances.

7.29 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.31 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31.1 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, **via e-mail ou chat**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.32 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante com a proposta classificada em segundo lugar, observados os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital.

7.33 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.34 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.34.1 - A apresentação de novas propostas na forma do item **7.34** não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

7.35 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.36 - Sendo aceitável a proposta de menor valor, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao SICAF, para comprovar a regularidade do licitante, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

7.37 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, caso o(s) documento(s) se encontre(m) vencido(s) ou não conste(m) no SICAF, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.38 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019. Para casos de microempresas ou empresas de pequeno porte, o prazo será aquele disposto no item **7.39**.

7.39 - Na forma do artigo 43, § 1.º, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, as microempresas e empresas de pequeno porte que apresentarem alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.40 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará a inabilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7.41 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.42 - Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.43 - Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o pregoeiro negociará, pelo sistema eletrônico, diretamente com o licitante, objetivando a obtenção de melhor preço, conforme item 7.29.

7.44 - Constatado o atendimento das exigências habilitatórias fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida, os autos à autoridade competente para homologação.

7.45 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

7.46 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

7.47 - A proposta de preços final e os documentos de habilitação, constantes dos arquivos e registros digitais no Sistema Comprasnet, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas, em conformidade com o art. 8º, §1º do Decreto 10.024/2019.

7.47.1 - Somente mediante autorização expressa do Pregoeiro, em caso de indisponibilidade do Sistema Comprasnet, será aceito o envio de documentação através do e-mail cpl@tre-pb.jus.br;

7.47.2 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Caso sejam solicitados, os originais ou cópias autenticadas deverão ser enviados no prazo de até 10 dias, para o seguinte endereço:

Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Comissão Permanente de Licitação
Avenida Princesa Isabel, 201 – Tambiá
João Pessoa/PB – CEP: 58.020-528

8.0 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

8.1 - A solicitação de esclarecimento a respeito de condições do edital deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, até o **3.º (terceiro) dia útil** que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública, **exclusivamente**, por meio eletrônico, via Internet.

8.1.1 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

8.2 - Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente instrumento convocatório, **exclusivamente**, por meio eletrônico, via Internet.

8.3 - O endereço eletrônico para pedidos de esclarecimento, bem como para impugnações ao edital é: cpl@tre-pb.jus.br.

8.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação ou responder o pedido de esclarecimento formulado, no prazo de até **2 (dois) dias úteis**, podendo, quando for o caso, solicitar auxílio do setor responsável pela elaboração do Termo de Referência ou da Assessoria Jurídica do TRE/PB.

8.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

8.5 - Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

8.6 - Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

8.7 - As impugnações e os pedidos de esclarecimento, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no link: Comprasnet SIASG / Gestor Público / Consultas / Compras Governamentais / Pregões / Agendados – Código UASG do TRE/PB: 070009. O fornecedor poderá visualizar também no Portal Transparência deste Tribunal, no sítio www.tre-pb.jus.br, no link: " [transparencia / gestao-de-contratacoes](#) ".

8.8 - Decairá do direito de impugnar, perante o TRE/PB, os termos do edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

9.0 – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1 - Esta licitação é do tipo **MENOR PREÇO**, em estrita observância do disposto no art. 7.º do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências e condições deste edital.

9.3 - Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **MENOR VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO**;

10.0 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma **imediata e motivada**, em campo próprio do sistema, manifestar a intenção de recorrer, quando, aceita a intenção pelo pregoeiro, lhe será concedido o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões de recurso, também em campo próprio do sistema, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

10.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.2.1 - Para possibilitar o exercício da manifestação da intenção de recorrer, o pregoeiro manterá a respectiva tela aberta aos licitantes pelo período mínimo de 30 (trinta) minutos, a contar da habilitação do último ITEM.

10.3 - Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão em **5 (cinco) dias úteis** ou, nesse período, encaminhá-los ao Presidente, devidamente informados, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.4 - Os recursos **imotivados** ou em desacordo com as condições estabelecidas neste edital não serão aceitos.

10.5 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

11.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - A despesa decorrente da prestação objeto deste Pregão correrá à conta dos recursos específicos consignados no Programa de Trabalho 10.14115.02.122.0570.20GP.0025, Despesas agregada: Vigilância Ostensiva, Natureza da Despesa – 3.3.90.37.03.0019 - Vigilância Armada, alocados no orçamento deste Tribunal para o Exercício 2021.

12.0 – DO CONTRATO

12.1 - Homologado o julgamento, o licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme art. 64, §1º, da Lei n.º 8.666/93, sob pena das sanções legais previstas neste edital.

12.1.1 - Se o vencedor não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou se recusar a assiná-lo, injustificadamente, a ele serão aplicadas às sanções cabíveis e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, podendo ainda haver negociação direta para obtenção de melhor preço;

12.2 – O Contrato observará a minuta que constitui o Anexo III do presente edital e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei n.º 10.520/2002, regulamentada pelo **Decreto 10.024/2019**, bem como pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no que couber, e ainda pela Lei n.º 8.078/90.

12.2.1 – Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento deste pregão, bem como as condições estabelecidas neste edital, independentemente de transcrição.

12.3 – Para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4.º da IN RFB n.º 1.234/2012, o licitante vencedor deverá, no ato da assinatura do contrato, apresentar à Administração, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da citada Instrução Normativa, conforme o caso, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal.

12.3.1 – A Administração anexará a 1ª (primeira) via da declaração de que trata o item 12.3 ao processo ou à documentação que deu origem ao pagamento, para fins de comprovação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), devendo a 2ª (segunda) via ser devolvida ao interessado como recibo.

12.3.2 – No caso de pagamento decorrente de contratos de prestação de serviços continuados, a declaração a que se refere o item 12.3 deverá ser anexada ao processo ou à documentação que deu origem ao 1º (primeiro) pagamento do contrato, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, à Administração, qualquer alteração na situação declarada nos Anexos de que trata o item 12.3.

12.3.3 – A declaração de que trata o item 12.3 poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

13.0 – DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

13.1 – O(s) licitante(s) vencedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a:

13.1.1 – informar, no prazo de **24** (vinte e quatro) **horas**, contado a partir da adjudicação do objeto do certame, mediante correspondência eletrônica para cpl@tre-pb.jus.br, o seguinte:

13.1.1.1 - dados bancários da licitante: banco, agência e número da conta-corrente;

13.1.1.2 - dados da pessoa indicada para assinar o Contrato (nome constante do registro civil e/ou o nome social, quando houver), cargo ou função, número da identidade, número do CPF/MF, endereço, telefone e e-mail);

13.2 – prestar o serviço objeto deste pregão de acordo com o Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico n.º 18/2021;

13.10 – manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PB que tomar conhecimento em razão da execução do presente contrato, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

13.11 – oferecer garantia, substituir, reparar o(s) serviço(s) com avarias ou defeitos, garantido o contraditório e a ampla defesa ;

13.12 – indenizar qualquer dano ou prejuízo causado ao TRE/PB, ainda que involuntariamente, por ação ou omissão no desempenho de suas tarefas;

13.13 – não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da Administração;

13.14 – responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outros, ainda que não previstos no contrato, resultante da execução do objeto desse certame;

13.15 – responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que o(s) serviço(s) seja(m) executado(s) nas dependências da CONTRATANTE, tais como: seguros, impostos, tarifas, fretes etc.;

13.16 – emitir nota fiscal com o mesmo número de CNPJ do estabelecimento (matriz ou filial) que cadastrou a proposta no sítio www.comprasnet.gov.br;

13.17 – aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões contratuais, nos termos do art. 65, § 1.º, da Lei n.º 8.666/93;

13.18 – manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na fase habilitatória desse processo licitatório.

14.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 – A Administração poderá aplicar ao licitante as penalidades previstas no artigo 49, do Decreto n.º 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, no que couber.

14.2 – Com fundamento no artigo 49, do Decreto n.º 10.024/2019, ficará impedida de licitar e de contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), sobre o valor total da contratação, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

14.2.1 - não assinar o contrato;

14.2.2 - não entregar a documentação exigida no edital;

14.2.3 - apresentar documentação falsa;

14.2.4 - não mantiver a proposta;

14.2.5 - comportar-se de modo inidôneo;

14.2.6 - declarar informações falsas; e

14.2.7 - cometer fraude fiscal.

14.3 – Para os fins do item 14.2.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n.º 8.666/93.

14.4 – As penalidades estabelecidas nestas cláusulas deverão ser registradas no SICAF;

14.5 – As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade da Administração cobrar do licitante indenização por eventuais perdas e danos.

15.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Após a declaração do(s) vencedor(es) da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que, posteriormente, será submetido à homologação pelo Ordenador de Despesas (Secretário de Administração e Orçamento);

15.1.1 - no caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao(s) mesmo(s), a autoridade incumbida da decisão adjudicará o objeto licitado;

15.2 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Os referidos prazos só se iniciam e se vencem em dia de expediente no TRE/PB. Serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.3 - O pregoeiro poderá, em qualquer fase da sessão pública deste Pregão Eletrônico, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, suspender os trabalhos, ocasião em que efetuará o registro dessa suspensão.

15.4 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

15.4.1 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item 15.4**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

15.5 - A licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

15.6 - A Administração poderá revogar a licitação somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado, nos termos do artigo 50 do Decreto n.º 10.024/2019;

15.7 - A anulação do procedimento deste edital, por motivo de ilegalidade, induzirá a da contratação, o que não obrigará o TRE/PB a indenizar a licitante vencedora, ressalvado o disposto no item 15.9.

15.8 - A declaração de nulidade da contratação, originada por este edital, opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

15.9 - A nulidade não exonera o TRE/PB do dever de indenizar a licitante vencedora pelo que esta houver executado, até a data em que ela for declarada e por outros danos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, e de apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15.10 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que o tendo aceito sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem.

15.11 - A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições.

15.12 - A empresa classificada em primeiro lugar se obriga a comunicar qualquer alteração de endereço do seu estabelecimento a este Tribunal, sob pena de decair do direito à contratação ou de incorrer em inexecução contratual, conforme o caso.

15.13 - O pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

15.14 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento.

15.15 - O adjudicatário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do art. 65, § 1.º, da Lei n.º 8.666/93.

15.16 - Os autos do respectivo processo administrativo SEI (**n.º 0016543-16.2020.6.15.8000**) que originou este edital estão com vista franqueada aos interessados na licitação.

15.17 - Será verificado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TRE/PB junto ao SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, quando da emissão da Nota de Empenho em favor do adjudicatário, a consulta prévia ao **CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal**, na forma do [art. 6.º da Lei n.º 10.522/2002](#).

15.18 - O extrato de aviso desta licitação estará publicado no DOU – Seção 3, no sítio www.comprasnet.gov.br e no Portal Transparências deste Tribunal <http://www.tre-pb.jus.br/transparencia>, nos quais poderão ser realizados o download da íntegra do edital. Informações adicionais poderão ser prestadas pela Comissão Permanente de Licitações, através dos telefones (83) 3512-1280/1281, nos horários de funcionamento do Órgão, de segunda a quinta-feira das 12h00 às 19h00 e na sexta-feira das 07h00 às 14h00, ou ainda, pelo e-mail: cpl@tre-pb.jus.br.

15.19 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e ou apresentação de documentação/proposta relativa à presente licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

João Pessoa (PB), 28 de setembro de 2021.

ANDREZA ALVES GOMES
PRESIDENTE DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 28/09/2021, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1105223** e o código CRC **07862C7A**.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021
(Processo SEI n.º 0016543-16.2020.6.15.8000)**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIAS E SEUS APÊNDICES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Tambiá - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

CONTRATAÇÃO - TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS Nº 5 - ATUALIZADO EM 20.09.2021 / 2021 - TRE-PB/PTRE/DG/SAO/COMAT/SEGE

João Pessoa, 20 de setembro de 2021.

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação dos serviços de empresa especializada para CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA, com a disponibilização de mão de obra para atendimento a 19 **(DEZENOVE) Postos de Serviço**, para as seguintes unidades: EDÍFICIO SEDE, NVI, FÓRUM ELEITORAL e ANEXO I, todas localizadas no município de João Pessoa. As condições de prestação dos serviços são especificadas e descritas neste Termo de Referência.

Os serviços devem ser prestados por empregados com no mínimo escolaridade de 2º Grau completo, da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO (TIPO DE POSTO)	Nº DE POSTOS	Nº DE VIGILANTES POR POSTO
1	Vigilância Armada – turno Diurno – escala 12x36hs	07	02
2	Vigilância Armada – turno Noturno – escala 12x36hs	08	02
3	Vigilância Armada – turno Diurno – escala 44hs – vigilante masculino	02	01
4	Vigilância Armada – turno – Diurno – escala 44hs – vigilante guardete	02	01

Os postos serão distribuídos conforme indicações abaixo:

1. Edifício Sede em João Pessoa:

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno DIURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes;

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno NOTURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes;

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno DIURNO, com escala de trabalho de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, envolvendo 01 (um) vigilante por posto dentro do período compreendido entre as 08h00 e 19h00, observando-se o intervalo de 01 (uma) hora para alimentação.

02 Postos de Vigilância ARMADA (GUARDETE) no turno DIURNO, com escala de trabalho de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, envolvendo 01 (um) vigilante

por posto dentro do período compreendido entre as 08h00 e 19h00, observando-se o intervalo de 01 (uma) hora para alimentação.

2. NVI de João Pessoa:

01 Posto de Vigilância ARMADA no turno DIURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 02 vigilantes;

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno NOTURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes;

3. Fórum Eleitoral de João Pessoa:

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno DIURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes, envolvendo vigilante do sexo masculino e feminino;

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno NOTURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes.

4. Anexo I (Almoxarifado):

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno DIURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes;

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno NOTURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes.

2. JUSTIFICATIVA

Trata-se de serviço de apoio, imprescindível e essencial para a continuidade dos trabalhos administrativos e operacionais neste Regional. Consoante disposto no art. 7º da IN nº 5/2017 - SEGES/MP, as atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenções de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

3. DOS DEVERES DA CONTRATANTE

Constituem-se obrigações de Contratante:

3.1. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para que os empregados da Contratada venham desempenhar de modo satisfatório o seu trabalho;

3.2. Exercer a fiscalização dos serviços por intermédio do Fiscal / Gestor especialmente designado;

3.3. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

3.4. Fiscalizar o controle de assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;

3.5. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou de cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

3.6. Examinar as Carteiras Profissionais dos funcionários colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

3.7. Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

3.8. Efetuar o pagamento a Contratada, de acordo com o prazo estabelecido no Contrato.

4. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

4.1 – QUANTO À DOCUMENTAÇÃO

4.1.1 - Apresentar ao Gestor/Fiscal do Contrato, a documentação a seguir de todos os funcionários, procedimento que deverá ocorrer toda vez que houver qualquer modificação no efetivo da Contratada:

4.1.1.1 - Certificado expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, referente ao Curso de Formação de Vigilantes, a fim de comprovar a formação técnica especializada dos profissionais que efetivamente executarão os serviços;

4.1.1.2 - Certidões Negativas da Justiça Federal e Estadual;

4.1.1.3 - Atestados de antecedentes Civil e Criminal de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do Contratante;

4.1.2 - Fornecer, quanto aos vigilantes que portarão arma de fogo, a documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes dos incisos I e II do artigo 4º, bem como do artigo 7º, § 2º, da Lei 10.826 de 22/12/2003, alterada pela Lei 11.706/2008;

4.1.3 - Apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, cópia autenticada dos seguintes documentos:

4.1.3.1 - relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

4.1.3.2 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

4.1.3.3 - exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços.

4.1.3.4 - Cópia do devido registro do empregado no CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados);

4.1.4 - Apresentar, mensalmente, prova da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Fazenda Federal, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), **caso estes documentos não estejam regularizados no SICAF;**

4.1.5 - Apresentar, quando solicitado, original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

4.1.5.1- Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS) e do FGTS;

4.1.5.2 - Certidão negativa com as Receitas Estadual e Municipal;

4.1.5.3 - Comprovante de pagamento dos salários;

4.1.5.4 - Comprovante do pagamento referente vale-transporte;

4.1.5.5 - Comprovante do pagamento do vale alimentação;

4.1.5.6 - Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP;

4.1.5.7 - Resumo das informações à Previdência Social constante do arquivo SEFIP;

4.1.5.8 - Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos FPAS;

4.1.5.9 - Resumo do fechamento – empresa / FGTS;

4.1.5.10 - Protocolo de envio dos arquivos;

4.1.5.11 - Guias do FGTS pagas;

4.1.5.12 - Comprovantes de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que foram exigidos por lei ou pelo contrato.

4.1.6 - Entregar, até 10 (dez) dias após o último mês da prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), original ou cópia autenticada dos documentos abaixo relacionados:

4.1.6.1 - termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

4.1.6.2 - guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

4.1.6.3 - extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

4.1.6.4 - exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

4.1.6.5 - comprovante de realocação dos funcionários em outras atividades de prestação de serviço, sem interrupção do contrato de trabalho, se for o caso.

4.2 – QUANTO AO PREPOSTO

4.2.1 - Designar por escrito, na data estabelecida para o início da prestação do serviço, um profissional qualificado que responderá pela coordenação da atuação dos vigilantes em postos, que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato, fazendo prova de sua experiência e qualificação para a função, o qual figurará como preposto nos termos do art. 68, da Lei 8.666/93;

4.2.2 - Comunicar ao Gestor/Fiscal do Contrato, semanalmente, o endereço e telefone do preposto de plantão nos finais de semana e feriados, bem como o número do telefone em funcionamento da Central, a fim de que o Contratante possa contactá-lo quando houver necessidade.

4.3 – QUANTO AO FARDAMENTO

4.3.1 - Fornecer a todos os empregados colocados à disposição do Contratante, sem exceção, fardamentos padronizados e adequados à atividade, conforme descrição constante no Termo de Referência nº 05/2021/SEGEC, **repondo imediatamente** as peças dos uniformes em mau estado, a critério do Gestor/Fiscal do Contrato, sem o afastamento do vigilante do seu posto de trabalho, conforme segue:

4.3.1.1 - Cada vigilante receberá 02 (dois) conjuntos de fardamento por cada período de 12 (doze) meses, de acordo com o contido no Termo de Referência nº 05/2021/SEGEC;

4.3.1.2 - Apresentar, ao Gestor/Fiscal do contrato, até o início da execução dos serviços, os documentos comprobatórios do fornecimento de uniformes, seguro de vida e equipamentos aos seus empregados;

4.3.1.3 - Quando houver nova remessa de uniformes e equipamentos aos seus empregados, conforme subitem 4.3.1, deverão ser apresentados à fiscalização documentos comprobatórios dos mesmos, constando assinatura individual de cada empregado;

4.3.2 - A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um dos itens citados a seus empregados;

4.3.3 - Na aquisição do uniforme devem ser utilizados, preferencialmente, produtos menos poluentes e agressivos ao meio ambiente que utilizem tecidos que tenham em sua composição fibras oriundas de material reciclável e/ou algodão orgânico.

4.4 – QUANTO AO ARMAMENTO

4.4.1 - Fornecer e manter, sob sua exclusiva guarda e responsabilidade, arma de fogo, devidamente municiadas, juntamente com os acessórios aos vigilantes, no momento da Implantação dos Postos;

4.4.2 - Apresentar ao Gestor/Fiscal do Contrato, quando solicitado, comprovante individualizado das armas, substituição das munições vencidas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação;

4.4.3 - Fornecer a relação das armas e cópia autenticada dos respectivos registros e portes, que serão utilizadas pelos vigilantes nos postos;

4.4.4 - Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

4.4.5 - Enviar ao Gestor/Fiscal do Contrato, na apresentação dos empregados, relação de armas e munição com as cópias autenticadas dos respectivos "Registros da Arma" e "Porte de Trânsito de Arma de fogo", que serão utilizadas pela mão de obra nos postos.

4.5 – QUANTO AOS RÁDIOS TRANSCÉPTORES

4.5.1 - Fornecer rádios transceptores com fones de ouvido e microfone de lapela, para todos os vigilantes nos postos de serviço, em frequência diferente dos utilizados pelo Contratante;

4.5.2 - Os rádios transceptores e seus respectivos acessórios ficarão sob guarda e responsabilidade exclusiva da Contratada, os quais deverão ser substituídos, imediatamente, se apresentarem quaisquer defeitos;

4.5.3 - A Contratada deverá providenciar o licenciamento dos rádios transceptores perante o órgão técnico competente vinculado ao Ministério da Comunicação, apresentando o respectivo comprovante para o devido controle por parte da Contratante;

4.5.4 - A Empresa deverá apresentar ao Gestor/Fiscal do Contrato, na data estabelecida para o início da prestação do serviço, o Ato da ANATEL, que outorga a autorização para a utilização da frequência dos rádios, bem como as definições das estações móveis, com as suas respectivas áreas de abrangência e ainda, o comprovante de regularidade referente a esta utilização, se for o caso.

4.6 – QUANTO AO PAGAMENTO DOS EMPREGADOS

4.6.1 - Realizar o pagamento de seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, independente do repasse realizado pela Administração, nos termos dos art. 459 e 465 ambos da CLT, ou legislação posterior;

4.6.2 - Seguir as determinações da convenção coletiva do Sindicato da respectiva categoria, relativamente a todos os empregados, observando o pagamento dos adicionais e/ou vantagens peculiares a cada profissional;

4.6.3 - Fornecer, até 10 (dez) dias após cada período aquisitivo, a escala de férias dos empregados postos à disposição da Administração.

4.6.4 - Efetuar o pagamento da remuneração de férias dos empregados até 02 (dois) dias antes do gozo desta, nos termos da legislação vigente.

4.7 – DEMAIS OBRIGAÇÕES

4.7.1 – Prestar o serviço contratado em plena conformidade com o estabelecido neste instrumento e no Termo de Referência nº 05/2021/SEGEC;

4.7.2 - Fornecer a mão de obra e os equipamentos necessários à realização do serviço contratado;

4.7.3 - **Iniciar a execução do serviço a partir da data determinada no Termo de Autorização de Início do Serviço – TAIS, a ser emitido pelo Seção de Gestão de Contratos;**

4.7.4 – Exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

4.7.5 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

4.7.6 - Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

4.7.7 - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

4.7.8 - Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante;

4.7.9 – Efetuar o controle da frequência dos colaboradores através de: folha de ponto manual, ponto eletrônico ou por meio que em consonância com a Súmula nº 338/TST;

4.7.10 - Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações do Contratante;

4.7.11 - Atender de imediato as solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação do serviço;

4.7.12 - Efetuar a reposição de mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;

4.7.13 - Os fiscais da Contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os postos no mínimo 02 (duas) vezes por semana, em dias e períodos alternados, devendo efetuar registro da inspeção em livro próprio, comunicando em seguida ao Fiscal do Contrato;

4.7.14 - Exigir de seus vigilantes que a arma seja utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio do Contratante, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;

4.7.15 - Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada aperfeiçoar a gestão de seus recursos - quer humano quer materiais - com vistas a qualidade do serviço e a satisfação da Contratante. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo serviço contratado, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução, destacando-se a legislação ambiental;

4.7.16 - Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou material de consumo das unidades mencionadas acima, quando for apurada sua responsabilidade em processo administrativo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

4.7.17 - Comprometer-se a indenizar qualquer dano ou prejuízo causado nas unidades da Justiça Eleitoral descritas no Termo de Referência, ainda que involuntariamente, pelos funcionários alocados ou pela omissão dos mesmos no desempenho de suas tarefas;

4.7.18 - Promover a capacitação de todos os vigilantes na forma determinada no art. 110, da Portaria da Polícia Federal n. 3.233/2012 - DG/DPF, apresentando os respectivos comprovantes ao Gestor do Contrato, na época apropriada.

4.7.19 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições exigidas para a contratação;

4.7.20 - Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso dos seus empregados em exercício no Tribunal, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias estão sendo recolhidas;;

4.7.21 - Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados em exercício neste Tribunal

4.7.22 - Apresentar, sempre que solicitado, extrato do FGTS dos empregados;

4.7.23 - Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pelo gestor do contrato;

4.7.24 - comprovar que possui sede, filial ou escritório na cidade de João Pessoa ou em sua região metropolitana, ou que instalará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à execução do contrato;

4.7.25 - manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PB ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

4.7.26 - Orientar seus funcionários quanto a proibição de usar os telefones do TRE/PB, desnecessariamente, como também de receber ligações telefônicas interurbanas e locais, a cobrar;

4.7.27 - Não permitir, que seus funcionários exerçam quaisquer outras atividades alheias aos objetivos definidos no contrato, especial e principalmente durante o horário em que estiver prestando os serviços;

4.7.28 - Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços contratados sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer

relação de emprego com o TRE/PB, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

4.7.29 - Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências do TRE/PB, e vice-versa, por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos;

4.7.30 - Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

4.7.31 - Não caucionar ou utilizar o contrato firmado com a TRE/PB para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência, sob pena de rescisão contratual;

4.7.32 - Zelar pela manutenção da disciplina nos locais dos serviços, substituindo qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo TRE/PB;

4.7.33 - Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

4.7.34 - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

4.7.35 - Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

4.7.36 - Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

4.7.37 - Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012;

4.7.38 - assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;

4.7.39 - Comprovar, **sob pena de rescisão contratual**, no prazo máximo de 10 (dez) a partir da assinatura do presente instrumento e durante a vigência do ajuste, o atendimento das seguintes condições:

4.7.39.1 - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

4.7.39.2 - não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

4.7.40 - priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços;

4.7.41 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem a prévia anuência do CONTRATANTE.

5. DO PREPOSTO E SUAS OBRIGAÇÕES

5.1 A Contratada deverá designar um preposto junto a este Regional, aceito pela fiscalização, durante todo a vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que necessário, que deverá ser indicado mediante declaração,

na qual deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, telefones para contato, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

5.2 O preposto deverá apresentar-se à respectiva unidade fiscalizadora em até 48 horas, após a assinatura do contrato, para firmar juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação dos postos e à execução do contrato relativos à sua competência.

5.3 A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

5.4 Na designação do preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários (responsáveis pela prestação dos serviços junto a este Regional) para o desempenho de tal função.

5.5 O preposto designado não necessitará permanecer em tempo integral à disposição deste Regional, devendo ser observadas as exigências contidas no subitem 5.1 no tocante à disponibilização de todas as informações requeridas, de forma a garantir o pronto atendimento a quaisquer solicitações da Contratante.

5.6 A Contratada deverá instruir seu preposto quanto à necessidade de atender prontamente, e com cortesia, a quaisquer solicitações da Contratante, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, pertinentes ao contrato, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, devendo, ainda, tomar todas as providências para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

5.7 São atribuições do preposto, dentre outras

5.7.1 Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da Contratante;

5.7.2 Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e instalações do Tribunal à disposição dos empregados da Contratada;

5.7.3 Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades do Tribunal e da Gestão e Fiscalização do Contrato;

5.7.4 Reportar-se ao Gestor do Contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;

5.7.5 Relatar ao Gestor do Contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;

5.7.6 Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes e inerentes à boa prestação dos serviços contratados;

5.7.7 Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da Contratada, respondendo perante o órgão por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

6. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Preservar e guardar o patrimônio da União;

6.2. ligar e desligar as luzes conforme orientação da Contratante, nos horários por ela estabelecidos;

6.3. entender-se de imediato com as empresas responsáveis pelos serviços de Luz, Água e Esgoto, sempre que houver interrupção desses serviços em horário em que não haja expediente da Contratante;

6.4. controlar a entrada e a permanência de pessoas estranhas ao quadro de servidores da Contratante nas dependências desta, desde que se recusem a fornecer algum documento de identidade;

6.5. controlar permanentemente a entrada e a saída de pessoas, objetos e pacotes da sede da Contratante, bem como a entrada e saída de veículos oficiais e particulares do estacionamento, mantendo sempre os portões de acordo com as orientações recebidas;

6.6. responsabilizar-se pela segurança e manutenção da ordem na sede da Contratante;

6.7. comunicar imediatamente a Contratante, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive na ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;

6.8. manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia, do Corpo de Bombeiros, do Fiscal/Gestor, do preposto da empresa responsável pela Manutenção Predial e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades-fim;

6.9. observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do Fiscal/Gestor da Contratante, bem como as que entender oportunas;

6.10. repassar para o vigilante que está assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações;

6.11. colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

6.12. controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e empregados após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, tarefa a executar, horário de entrada e horário de saída;

6.13. proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Contratante ou responsável pela instalação;

6.14. proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de funcionários de empresas contratadas a serviço do T.R.E/PB;

6.15. executar a ronda diária conforme a orientação recebida do Fiscal do Contrato, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade nas instalações;

6.16. assumir diariamente Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;

6.17.o(s) vigilante(s) não poderá(ão) afastar-se do Posto, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

7. DA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

7.1. As empresas licitantes deverão apresentar, para comprovação da Qualificação Técnico-operacional, os seguintes documentos:

7.1.1. Alvará de funcionamento expedido pelo Ministério da Justiça, devidamente publicado no D.O.U., conforme estabelece a Lei n.º 7.102, de 20/06/1983, regulamentada pelo Decreto n.º 89.056, de 24/11/1983, e pela Portaria DG/DPF n.º 3233, de 10/12/2012, e alterações posteriores.

7.1.2. Certificado de Segurança atualizado, expedido pelo Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça, de acordo com a Portaria DG/DPF n.º 3.233, de 10/12/2012, e alterações posteriores.

7.1.3. Autorização emitida pela Secretaria de Segurança Pública para o funcionamento da empresa no Estado da Paraíba.

7.1.4. Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado e/ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, de forma satisfatória, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou serviços de vigilância, com, **no mínimo, 10 (dez) postos de vigilante**, que serão necessários para suprir a demanda prevista nesta licitação.

7.1.4.1. Para a comprovação do quantitativo mínimo, **NÃO será aceito o somatório de atestados**, tendo em vista que, para o objeto ora tratado não há como supor que a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão capacite a empresa automaticamente para a execução de objetos maiores, salvo se os atestados apresentados se referirem a serviços executados de forma concomitante, conforme entendimento firmado no Acórdão TCU n.º 2.387/2014 - Plenário.

7.1.5. A LICITANTE deverá comprovar que gerencia serviços de vigilância por período não inferior a 03 (três) anos.

7.1.5.1. Para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos será aceito o somatório de atestados, sendo que os mesmos deverão contemplar execuções em períodos distintos (períodos concomitantes serão computados uma única vez) e terem sido expedidos após a conclusão dos contratos ou decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

7.1.6. Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

7.1.7. Declaração do LICITANTE, sob assinatura do Representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, apresentará à CONTRATANTE comprovante de conclusão, com aproveitamento suficiente e dentro do prazo de validade, do curso de formação e/ou reciclagem dos vigilantes designados para a execução dos serviços, realizado junto à empresa devidamente autorizada pelo Ministério da Justiça, nos termos da Portaria n.º 387, de 28/08/2006, e alterações posteriores.

7.1.8. Declaração da LICITANTE, sob assinatura do Representante Legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, apresentará à CONTRATANTE uma cópia da relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos "Registro de Arma" e "Porte de Arma", que serão utilizadas pela mão-de-obra nos Postos de Vigilância, expedida pelo Ministério da Justiça, conforme Portaria n.º 387, de 28/08/2006, e alterações posteriores.

7.1.9. A LICITANTE, caso a área técnica entenda necessário, deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais/faturas, notas de empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

7.1.10. Declaração da LICITANTE, sob assinatura do Representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da licitação comprovará junto à CONTRATANTE o nível de escolaridade exigida para os profissionais.

7.1.11. Declaração da LICITANTE, assinada pelo Representante legal da empresa, de que, caso seja declarada vencedora da licitação, instalará, em João Pessoa-PB,

sede, filial ou representação, dotada de infraestrutura administrativa e técnica, adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, a ser comprovada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da assinatura do contrato.

7.1.12. Declaração da LICITANTE, assinada pelo Representante legal da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, se responsabiliza por quaisquer danos causados por seus empregados à União e servidores da CONTRATANTE, dentro da área e dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens da União e de terceiros, seja por omissão ou negligência de seus empregados.

7.1.13. A LICITANTE deverá apresentar para comprovação da Habilitação Econômico-Financeira, dentre outros, os seguintes documentos:

7.1.13.1. Balanço e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, que demonstrem resultados superiores a 1 (um) para os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG). (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores).

7.1.13.2. Demonstração de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Avo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor esmado para a contratação, tendo por base o Balanço e as demonstrações contábeis referentes ao último exercício social. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores).

7.1.13.3. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor esmado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores).

7.1.13.4. Demonstração de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 do valor total dos contratos firmados (ou instrumentos equivalentes) pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação. (Acórdão TCU n.º 1214/2013- Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores).

7.1.13.4.1. Esta fração deverá ser comprovada por meio de declaração que detalhe os contratos firmados (ou instrumentos equivalentes) e os respectivos valores, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores).

7.1.13.4.2. Se houver divergência do valor total constante da declaração, superior a 10% (para cima ou para baixo), em relação à receita bruta discriminada na DRE, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas para tal diferença. (Acórdão TCU n.º 1214/2013-Plenário e IN SLTI n.º 05/2017 e alterações posteriores).

7.1.13.4.3. Comprovação de índice de endividamento total menor ou igual a 0,6 (Acórdão TCU n.º 628/2014-Plenário).

No que diz respeito a exigência do item 7.1.13.4.3, temos as seguintes justificativas.

A Lei nº 8.666, de 21/06/1993, aplicável à modalidade pregão por força do art. 9º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, assegura à Administração Pública estabelecer critérios de habilitação que permitam aferir a capacidade financeira da empresa participante da licitação, de forma a certificar-se que esta possui plenas condições de execução do objeto licitado/contratado.

Nos últimos anos, a Administração Pública, em razão da responsabilização subsidiária por pagamentos de verbas e encargos salariais de empregados de empresas por ela contratadas que não honraram os compromissos financeiros assumidos, tem aumentado

as exigências de qualificação econômico-financeira de forma a trazer maior segurança às suas contratações. Referida postura atende melhor o interesse público e administrativo, haja vista ser inequívoco que empresa não possuidora de solidez financeira poderá vir a trazer elevados riscos ao cumprimento das obrigações contratuais, razão pela qual faz-se necessária a previsão de requisitos de habilitação mais rigorosos.

Os critérios para comprovação da qualificação econômico-financeira guardam consonância com os riscos da contratação em tela e derivam diretamente de permissivo legal, conforme estabelece o art. 31 da Lei nº 8.666/1993:

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a: [...]"

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883/1994)"

A exigência de comprovação de índice de endividamento total menor ou igual a 0,6 (seis décimos) tem sido prevista em diversos editais de licitação, como por exemplo nos seguintes órgãos: Controladoria Geral da União, Superior Tribunal de Justiça, Fundação Nacional de Saúde, Ministério da Educação.

A exigência habilitatória atacada também teve sua legalidade reconhecida pelo Tribunal de Contas da União - TCU, a exemplo do constante no Acórdão nº 628/2014-Plenário, por meio do qual aquele Tribunal julgou improcedente representação da presente Impugnante contra exigência de máximo de Endividamento Total como requisito habilitatório em licitação conduzida pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal (Pregão Eletrônico nº 40/2013). Destaco manifestação do Ministro Relator:

"6. A inclusão do ET como condição de habilitação nas licitações públicas ganhou importância em face da crescente responsabilização subsidiária da Administração pelos pagamentos de verbas e encargos salariais de funcionários de empresas contratadas que se tornaram insolventes, conforme comumente decidido pela Justiça Trabalhista.

7. O tema é motivo de preocupação deste Tribunal de Contas, que estudou amplamente formas de se conseguir maior segurança nas contratações do poder público, nos termos do Acórdão nº 1214/2013-Plenário. Uma das conclusões, constante do substancial voto do Relator, Ministro Aroldo Cedraz, foi "que as exigências de qualificação econômico-financeira previstas na maioria dos editais não estão sendo capazes de evitar a contratação de empresas sem a devida capacidade econômico-financeira para honrar os compromissos pertinentes à prestação dos serviços.

8. Veio, assim, a recomendação geral para que os editais sejam mais exigentes quanto à qualificação das licitantes, mas com equilíbrio, a fim de não perder o foco na obtenção do bom preço.

9. Nesse contexto, a Secretaria de Aquisições Logísticas (Selog) rejeita o argumento de que o Endividamento Total não possa constituir requisito de habilitação no pregão examinado.

10. Em seguida, a Unidade Técnica reconhece que, "em tese, a exigência do índice, em valor igual ou inferior a 0,6, estaria dentro do patamar de recomendação" sinalizado pelo Acórdão nº 1214/2013-Plenário.

Por fim, podemos identificar que a exigência de comprovação de índices contábeis mínimos pretender aferir se o licitante tem a mínima capacidade financeira para suportar os compromissos assumidos com a Administração Pública, caso o objeto da licitação lhe seja adjudicado."

7.1.14. A fase de habilitação consistirá, também, na consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou às certidões respectivas, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS do Portal da Transparência, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.1.14.1. Para fins de habilitação, será considerada a CNDT mais atualizada, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho – TST, ratificada pela orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

8. DAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

8.1. O modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços está apresentado no ANEXO I deste Termo de Referência, em conformidade com Instrução Normativa MPOG/SLTI n.º 05 de 26/05/2017, e alterações posteriores.

8.1.1. As planilhas (em arquivo excel) deverão contemplar as **memórias de cálculo detalhadas**, discriminando a **metodologia e fórmulas adotadas** pela licitante para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes de composição de custos e formação de preços dos postos de serviço.

8.2. As Planilhas de Custos e Formação de Preços servirão para demonstrar possíveis variações de custos/insumos no curso da execução do contrato e deverão ser utilizadas como base em eventuais repactuações ou revisões de preços.

8.2.1. No preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preços, a licitante deverá observar as orientações/informações, referentes aos Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas de Trabalho locais das categorias, e demais valores e percentuais utilizados como parâmetro pelo Tribunal. Essas e outras orientações/informações estão dispostas no item 09 deste Termo de Referência.

8.2.2. A inobservância das orientações/informações citadas neste e nos subitens seguintes, quanto ao correto preenchimento das Planilhas de Custos e Formação de Preços resultará na desclassificação da proposta.

8.3. O TRE/PB poderá realizar diligências junto à licitante classificada inicialmente como vencedora, a fim de esclarecer dúvidas ou complementar informações acerca dos valores e/ou percentuais informados na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada, sendo que a identificação da inclusão de informações e/ou valores em desconformidade com as normas gerais ou específicas aplicáveis à empresa (não comprovados documentalmente) acarretará a desclassificação da proposta.

8.3.1. A inobservância do prazo fixado pelo TRE/PB para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

8.3.2. Nos casos em que forem detectados erros e/ou inconsistências nas planilhas apresentadas, durante a análise da aceitação da proposta, o TRE/PB poderá determinar à licitante vencedora, mediante diligência, a promoção de ajustes nessas planilhas, se possível, para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.3.1 Será permitido o saneamento da planilha de custos e formação de preços por 02 (duas) vezes, não ocorrendo nesse prazo a proposta será **RECUSADA**.

9. DA APRESENTAÇÃO DAS PLANILHAS E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. A licitante deverá preencher, além da "Planilha de Custos e Formação de Preços", o "Modelo de Proposta de Preços" deste Termo de Referência, observados os

custos efetivos e as demais adaptações específicas para cada categoria/profissional.

9.1.1. A licitante deverá encaminhar as "Planilhas de Custos e Formação de Preços" distintas, cujo preenchimento deverá observar as respectivas categorias, as quantidades de postos e as Convenções Coletivas respectivas.

9.1.2. A licitante deverá encaminhar, junto com as Planilhas, uma cópia dos Acordos, dos Dissídios ou das Convenções Coletivas de Trabalho das categorias utilizados na formulação dos preços.

9.2. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com: uniformes, salários, leis sociais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas, lucros e demais insumos necessários à sua composição.

9.2.1. Os custos de vale-refeição deverão ter como base as condições estabelecidas nas Convenções Coletivas de Trabalho celebradas pelos Sindicatos das respectivas categorias.

9.2.2. O vale-transporte deverá ser concedido pela licitante vencedora aos empregados de acordo com o Decreto nº 95.247, de 17/11/1987, no valor referente ao itinerário de cada funcionário, observadas, se for o caso, as demais disposições insertas nas Convenções Coletivas de Trabalho.

9.2.3. A LICITANTE VENCEDORA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2.3.1. O disposto acima se aplica, inclusive, nos casos de equívoco afeto à fixação dos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como o valor provido com o quantitativo de vale transporte.

9.3. Caso se verifique que a proposta apresentada contém eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a CONTRATADA, este será revertido como lucro durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual.

9.4. O tipo de assistência médica e odontológica ofertado aos profissionais será aquele previsto em leis, normativos ou nas Convenções Coletivas de Trabalho, devendo tais gastos serem inseridos como parte dos custos da prestação dos serviços (Módulo 2 - "Benefícios Mensais e Diários").

9.4.1. Na hipótese em que a lei, o normativo ou as Convenções Coletivas de Trabalho indicadas neste Termo de Referência forem silentes a respeito dos benefícios aqui tratados, ou mesmo nos casos em que inexistir lei ou norma específica, e havendo inserção na proposta de valor referente ao vale alimentação, assistência médica e odontológica e outros, a licitante deverá apresentar os documentos comprobatórios e a memória de cálculo que serviram de base para a definição desses valores em sua planilha.

9.4.1.1. A não apresentação dos documentos citados no item anterior poderá resultar na desclassificação da proposta

9.5. **Não há previsão de horas extras** para os cargos previstos neste Termo de Referência.

9.6. As propostas deverão conter indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas que regem cada categoria profissional que executará os serviços, indicadas neste Termo de Referência, e a respectiva data base e vigência, com base no Código Brasileiro de Ocupações - CBO, segundo disposto na Instrução Normativa MPOG/SLTI n.º 05, de 26/05/2017.

9.6.1. A ausência da indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas, sentenças normativas ou leis, exigida neste subitem, a qual inviabilize ou dificulte

a análise das planilhas por parte da área técnica do Tribunal, poderá acarretar a desclassificação da proposta da LICITANTE.

9.7. Deverão ser observados, quando do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativos ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, SESI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros).

9.8. As empresas deverão observar as disposições do Decreto nº 6.957/2009 e outras que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção - FAP para o seu CNPJ, definido pelo Ministério da Previdência Social.

9.9. A licitante deve preencher o item "Riscos Ambientais do Trabalho - RAT" da planilha de custos e formação de preços considerando o valor de seu FAP, a ser comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

9.10. Considerando-se jurisprudência do TCU (Acórdão n.º 288/2014 - Plenário), fica vedada a inclusão do item "Reserva Técnica" na planilha de custos e de formação de preços, já que não existem eventos que motivariam a aceitação desse tipo de custo. A inserção de custos dessa natureza acarretará a necessidade de retificação da proposta, solicitada mediante diligência, sendo que o não atendimento da mesma, acarretará a desclassificação da proposta.

9.11. Conforme Súmula n.º 254 do TCU, o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL não podem ser repassados para a CONTRATANTE, pois são tributos de natureza direta e personalística, que oneram diretamente a CONTRATADA.

9.12. O montante de que trata o **aviso prévio trabalhado**, correspondente a **23,33%** da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado **durante a primeira vigência do contrato**.

9.13. Os custos referentes ao item "Treinamento/Capacitação/Reciclagem", considerando o entendimento esposado pelo TCU, ratificado pela Assessoria Jurídica deste Regional, deverão estar contemplados no item "Custos Indiretos, Tributos e Lucro".

9.14. Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme previsto nas Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU- Plenário n.º 2.647/2009).

9.14.1. A licitante deverá comprovar por meio de documentação hábil o seu regime de tributação, a fim de que se possa certificar que as alíquotas do PIS e da COFINS consignadas na planilha conferem com sua opção tributária.

9.14.2. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

9.14.3. As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem cotar os percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.

9.15. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não-cumulativa em apenas alguns meses do período que deve ser considerado para o cálculo do percentual médio efetivo (12 meses anteriores à data da proposta), poderá apresentar o cálculo considerando apenas os meses em que houve recolhimento.

9.16. Caso a licitante não tenha recolhido tais tributos pelo regime de tributação de incidência não-cumulativa no período anterior à data da proposta, a apuração do percentual médio efetivo pode ser realizada com base em faturamento e crédito tributário esmados, devendo, ainda sim, apresentar os dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) referentes aos 12 (doze) meses anteriores à data da proposta.

9.17. Considerando-se que a contratação de serviços terceirizados, via de regra, se enquadra, para fins tributários no conceito de cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos arts. 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser CONTRATADA, poderá não se beneficiar da condição de optante e, nessa hipótese, estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua EXCLUSÃO OBRIGATÓRIA DO SIMPLES NACIONAL A CONTAR DO MÊS SEGUINTE AO DA CONTRATAÇÃO, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. (Acórdão TCU 797/2011 – Plenário e IN SLTI nº 2/2008)

9.17.1. A licitante ME ou EPP somente poderá usufruir, nesta licitação, dos benefícios provenientes da opção pelo Simples Nacional caso comprove documentalmente que se **dedicada exclusivamente à atividade de vigilância**, ou a exerce em conjunto com outras atividades para as quais não seja vedada a opção pelo Simples Nacional, em observância ao caput do art. 17 (e incisos), c/c o § 5º-C, inciso VI, do art. 18, todos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.17.2. Caso a licitante ME ou EPP não atenda aos requisitos previstos no subitem 9.17.1, ficará IMPEDIDA DE APRESENTAR PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, já que tal prática implicaria ofensa às disposições da LC nº 123/2006, conforme posicionamento externado pelo TCU no Acórdão TCU nº 797/2011 - Plenário.

9.17.3. Na hipótese aventada no subitem 9.17.2, a licitante optante pelo Simples Nacional, que por ventura venha a ser CONTRATADA, deverá comunicar a contratação para a prestação dos serviços à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação (celebração do Contrato), apresentando à CONTRATANTE, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do Termo Contratual, cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento. (Acórdão TCU nº 2.798/2010 – Plenário e IN SLTI nº 2/2008).

9.18. Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, este Regional, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

9.19. Ocorrendo o atendimento dos requisitos listados no subitem 9.17.1, a licitante poderá apresentar as PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS COM BASE NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL, devendo, para tanto, observar o disposto no § 5º - C, do art. 18. da LC nº, em especial no tocante às alíquotas fixadas no Anexo IV da citada Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, que deverá ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.

9.20. A base para estabelecimento de critérios de repactuação de preços serão as Convenções Coletivas de Trabalho dos Sindicatos, ou ainda, na ausência de

regulação por tais instrumentos, o preço praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.

10. DA REPACTUAÇÃO

10.1. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços contratados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano;

10.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo certo que se considera como data do orçamento aquela do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

10.2.1. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

10.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas.

10.4. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação, da data do registro da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, prorrogar o Contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito de repactuar. (Acórdão n.º 1.828/2008 – TCU/Plenário).

10.4.1. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

10.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

10.5.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, o que deverá ser comprovado com a cópia do documento legal que lhe deu ensejo.

10.5.2. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

11. DA CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

11.1 - A CONTRATADA autorizará o CONTRATANTE a abrir uma conta depósito vinculada específica, para o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias (férias, 1/3 constitucional, 13º salário, rescisão etc.) dos empregados disponibilizados para prestar serviços ao Tribunal em decorrência do contrato, de acordo com o Anexo XII da Instrução Normativa nº 05/2017-SEGES/MP e Resolução 169/2013 – CNJ e suas alterações.

11.2 - A conta depósito vinculada será aberta em nome da empresa, pelo CONTRATANTE, em instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.

11.3 - A solicitação de abertura da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será providenciada pela SECONT - Seção de Contratos deste Tribunal.

11.4 - A autorização para resgatar ou movimentar recursos da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – será do Ordenador de Despesa, após a confirmação da necessidade de liberação dos valores pelo Gestor do contrato.

11.5 - O valor mensal a ser depositado na conta depósito vinculada será igual à soma dos encargos trabalhistas abaixo descritos, previstos na planilha de composição de custos e formação de preços do contrato, compreendendo:

- a) férias - 8,33%;
- b) 1/3 constitucional - 2,78%;
- c) 13º salário - 8,33%;
- d) multa do FGTS - 4%;
- e) incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre os itens "a", "b" e

"c"

12. - DA LIBERAÇÃO / UTILIZAÇÃO DO SALDO DA CONTA VINCULADA

12.1 - A CONTRATADA poderá solicitar autorização do Tribunal para:

a) resgatar da conta depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despendidos com o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias descritas no item 11.5, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa para a prestação dos serviços contratados.

b) movimentar os recursos da conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias descritas no item 11.5.

12.2 - A conta depósito vinculada somente será liberada para o pagamento direto das verbas aos trabalhadores, nas condições abaixo, conforme art.19-A, inciso I, da IN n.º 03, de 15 de outubro de 2009:

a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias dos empregados vinculados ao contrato;

c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao Contrato;

d) ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

12.3 - Para resgatar os recursos da conta depósito vinculada, conforme previsto na alínea "a" do item 12.1, a CONTRATADA, **após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias**, deverá apresentar ao Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 11.5.

12.4 - O CONTRATANTE expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização para o resgate de que trata a alínea "a" do item 12.1, encaminhando a referida autorização ao banco público, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.

12.5 – Ocorrendo a movimentação prevista na alínea "b" do item 12.1, o Gestor do contrato solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósito.

12.6 – O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, será liberado à empresa no momento do

encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme dispõe o art. 14 § 4º da Resolução nº 301 - CNJ de 29.11.2019.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o Exercício 2021, a cargo deste Regional, conforme dados abaixo:

Ação: 20GO.JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL

Programa de trabalho: 10.14115.02.122.0570.20GP0025

Despesas agregada: Vigilância Ostensiva

Natureza da Despesa – 3.3.90.37.03.0019 - Vigilância Armada

14. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

14.1. A contratação dos serviços objeto deste Termo de Referência dar-se-á por meio de Contrato Administrativo, a ser assinado com a empresa vencedora do certame, discriminando cada item de prestação de serviços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação para a celebração do mesmo, conforme Minuta de Contrato a ser fornecida juntamente com o Edital de Licitação.

14.2. A vigência do contrato a ser firmado será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

14.3. Segundo dispõe o anexo IX da IN SLTI/MP n.º 05/2017, a CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei n.º 8.666, de 1993.

14.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação, em conformidade com o disposto na IN SLTI nº 05/2017.

14.5. Também não se realizará a prorrogação contratual quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea, impedida ou suspensa temporariamente de participação em licitação e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos.

15 . DAS PENALIDADES E DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

15.1 - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no Decreto nº 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

15.2 - Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, o não recolhimento do FGTS e das contribuições da Previdência Social dos empregados terceirizados, bem como o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação nos dias fixados, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 15.3 e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do Decreto nº 10.024/2019;

15.3 - Com fundamento no Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, a Contratada que:

15.3.1 - Apresentar documentação falsa;

15.3.2 - Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;

15.3.3 - Falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.3.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

15.3.5 - Fizer declaração falsa;

15.3.6 - Cometer fraude fiscal;

15.3.7 - Não mantiver a proposta; e

15.3.8 - Deixar de entregar documentação exigida no edital e no termo de referência.

15.4. Para os fins do item 15.3.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

15.5 - A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

15.5.1 - multa moratória de:

15.5.1.1 - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência de 10 (dez) dias;

15.5.1.2 - Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação da multa compensatória, prevista no item 15.3, sem prejuízo da aplicação da multa moratória limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

15.6 - Caso a avaliação dos serviços contratados fique, por três meses consecutivos ou não, na pontuação máxima (09 Pontos) do Acordo de Níveis de Serviço (Anexo I do Termo de Referência), restará configurada a inexecução parcial da avença, a ensejar, a critério da administração, a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas nesta cláusula.

15.7 - As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 15.1, bem como com as glosas estabelecidas no Acordo de Níveis de Serviços - ANS (anexo I do Termo de Referência).

15.8 - Apenas a aplicação das penalidades de advertência e de multa (compensatória e moratória) não necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação;

15.9 - As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

15.10 - A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

15.11 - O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

15.12 - O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

15.13 - As penalidades estabelecidas nesta cláusula deverão ser registradas no SICAF.

15.14- As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

JAILTON CALDEIRA BRANT
CHEFE DA SEÇÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente por JAILTON CALDEIRA BRANT em 21/09/2021, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RAIMUNDO CABRAL GUARITA
RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL



Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO CABRAL GUARITA em 21/09/2021, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MÔNICA GUIMARÃES MENDES DE ALMEIDA
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente por MÔNICA GUIMARÃES MENDES DE ALMEIDA em 22/09/2021, às 07:36, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1100023** e o código CRC **8BD97C51**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Anexo

Relação de equipamentos a serem disponibilizados pela empresa para o exercício da função de seus empregados.

ITEM	PEÇA	QUANTIDADE
1	Revólver (calibre 38, com capacidade para 6 a 7 munições/tiros e 6 ou 7 munições reserva)	19
2	Cinto tático guarnição completa (com coldre, porta munição, porta lanterna e porta bastão retrátil)	36
3	Livro de ocorrência (folha numeradas com acabamento em capa dura, dimensões 21,10 x 30,8cm, primeiro uso)	50
4	Bastão retrátil (em polímero, fechado com 20cm e 65cm aberto)	19
5	Apito (de metal, com cordão e com bolinha de cortiça ou isopor)	19
6	Lanterna tática profissional (com bateria recarregável e carregador)	10
7	Rádio de comunicação móvel e portátil (transmissor HT)	19
8	Colete balístico (à prova de balas, novo de primeiro	19

	uso, placa com validade de 5 anos)	
9	Capa de chuva (em PVC, seu comprimento é de tamanho longo, protegendo o tronco e pernas, possuir botões de pressão de boa qualidade)	36

A Contratada deverá responsabilizar-se pelo fornecimento de todos os itens nas quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços.

MÔNICA GUIMARÃES MENDES DE ALMEIDA
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente por MÔNICA GUIMARÃES MENDES DE ALMEIDA em 24/02/2021, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JAILTON CALDEIRA BRANT
CHEFE DA SEÇÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente por JAILTON CALDEIRA BRANT em 24/02/2021, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RAIMUNDO CABRAL GUARITA
RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL



Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO CABRAL GUARITA em 24/02/2021, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0976896** e o código CRC **9B14CD1B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Anexo

Relação do Uniforme a ser disponibilizado pela empresa para o exercício da função de seus empregados

1. VIGILANTE ESCALA 12X36HS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE
1	Calça	4
2	Camisa em algodão	4
3	Cinto em poliéster com algodão	1
4	Meia social na cor preta	4
5	Crachá em pvc	1
6	Quepe com emblema	1
7	Máscaras de proteção COVID-19 N95	10 unds por mês
8	Coturno em couro e lona	1

2. VIGILANTE ESCALA 44HS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE
1	Terno completo	2
2	Camisa social branca manga longa	3
3	Cinto de couro preto	1
4	Meia social na cor preta	4
5	Crachá em pvc	1
6	Gravata lisa na cor preta	2
7	Máscaras de proteção COVID-19 N95	10 unds por mês
8	Sapato social na cor preta	1

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

a) durabilidade mínima de 06 (seis) meses;

b) reposição conforme indicação do sindicato, ou em 12(doze) meses ou desgaste natural do item. Caso os uniformes ou acessórios não atendam as condições mínimas de apresentação, deve ser substituído no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a comunicação escrita da Contratante;

c) os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência deverá ser enviada ao Gestor do Contrato.

MÔNICA GUIMARÃES MENDES DE ALMEIDA
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente por MÔNICA GUIMARÃES MENDES DE ALMEIDA em 24/02/2021, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JAILTON CALDEIRA BRANT
CHEFE DA SEÇÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente por JAILTON CALDEIRA BRANT em 24/02/2021, às 16:58, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

RAIMUNDO CABRAL GUARITA
RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL



Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO CABRAL GUARITA em 24/02/2021, às 17:00, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0977581** e o código CRC **5992E75F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Anexo**INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR**

1. O IMR será aplicado pelo Contratante, na pessoa da Fiscalização Setorial/Operacional.

2. A cada Nota Fiscal/Fatura para fins de pagamento corresponderá aplicação individualizado do IMR.

3. O valor devido a título de pagamento mensal à Contratada será mensurado a partir da aplicação das condições do presente Instrumento de Medição de Resultados.

4. A mensuração do valor de pagamento, conforme o presente IMR, não constitui aplicação de sanção, não prejudicando a aplicação das penalidades administrativas previstas na legislação vigente.

Para melhor acompanhamento, o Gestor do Contrato encaminhará a Fiscalização Técnica/Operacional planilha para preenchimento e consequente fiscalização do acompanhamento, quando couber.

Indicador nº 1	Faltas ou ausência de coberturas aos postos de serviço
Finalidade	Avaliar a quantidade de serviço prestado
Meta a cumprir	Não ocorrer faltas
Instrumento de Medição	Por meio de rondas pelos Fiscais Técnicos/Operacionais com vistas a avaliar a quantidade de serviço prestado. Caso ocorra falta a fiscalização realiza relatório descrevendo a ocorrência.
Forma de acompanhamento	Rondas diárias com relatório preenchido pela Fiscalização Técnico/Operacional
Periodicidade	Diária
Mecanismo de cálculo	Soma simples das faltas em cada posto de serviço, em cada mês. Assim cada falta deve ser glosada na proporção de sua necessidade sobre o total contratual. Cada falta equivale ao valor mensal do contrato dividido pelos dias efetivos de trabalho no posto. Exemplo: se o posto custa R\$ 6.000,00 e é em escala 12x36 cada falta vale R\$ 200,00 (R\$ 6.000/30 dias).
Início da vigência	A partir da instalação do posto
Faixas de ajuste no pagamento	Aplicação direta do mecanismo de cálculo acima. Ou uso da fórmula abaixo:

	$F=(P/D)$, onde F (é o valor a ser glosado por cada falta de cada tipo de posto) / P(é o valor mensal do posto) / D (quantidade de dias de atuação do posto no mês comercial. Sendo escala de 12x36 com 30 dias e 44hs com 21 dias $\{(365/(7*12))*5-1\}$
Sanções	Em caso de mais de 10 faltas sem reposição no mês, implica-se em inexecução parcial. Este mecanismo não se aplica em casos de greve do sindicato dos vigilantes.
Observações	Este instrumento não impede aplicação de qualquer sanção.

Indicador nº 2	Atrasos aos postos de serviço
Finalidade	Avaliar a quantidade de serviço prestado
Meta a cumprir	Não ocorrer postos sem vigilante por tempo pequeno
Instrumento de Medição	Por meio de controle de ponto eletrônico, câmeras ou observação do Fiscal Técnico/Operacional se avalia eventuais atrasos nos postos
Forma de acompanhamento	Rondas diárias e verificação de equipamentos
Periodicidade	Diária
Mecanismo de cálculo	Soma simples das faltas em cada posto de serviço, em cada mês. Assim cada atraso deve ser glosada na proporção de sua necessidade sobre o total contratual. Cada minuto de atraso equivale ao valor mensal do contrato dividido pelos minutos efetivos de trabalho no posto. Exemplo: se o posto custa R\$ 6.000,00 e é em escala 12x36 cada minuto vale R\$ 0,28 (R\$ 6.000/(30*12*60)).
Início da vigência	A partir da instalação do posto
Faixas de ajuste no pagamento	Aplicação direta do mecanismo de cálculo acima. Ou uso da fórmula abaixo: $F=(P/D)$, onde F (é o valor a ser glosado por cada falta de cada tipo de posto) / P(é o valor mensal do posto) / D (quantidade de minutos de atuação do posto no mês comercial. Sendo escala de 12x36 com 21.600 minutos e 44hs com 15.120 minutos $\{21*8*60\}$
Sanções	Sem sanções
Observações	Caso haja um vigilante no posto, e se tem outro vigilante atrasado para assumir o posto, esta situação não deve ser computado como atraso.

Indicador nº 3	Falta de qualidade aos serviços
Finalidade	Avaliar a qualidade de serviço prestado
Meta a cumprir	Atender padrões mínimos de qualidade
Instrumento de Medição	Por meio de observação do Fiscal Técnico/Operacional se acompanha a execução do contrato
Forma de acompanhamento	Rondas diárias
Periodicidade	Diária
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências no mês refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou a glosa pelo não atendimento
Início da vigência	A partir da instalação do posto
Faixas de ajuste no pagamento	a) 0 a 3 ocorrências = 100% da meta cumprida = recebimento de 100% da fatura b) 4 a 6 ocorrências = 95% da meta cumprida = recebimento de 95% da fatura

	c) 7 a 9 ocorrências = 90% da meta cumprida = recebimento de 90% da fatura d) 10 a 12 ocorrências = 85% da meta cumprida = recebimento de 85% da fatura
Sanções	Sem sanções
Observações	Caso haja um vigilante no posto, e se tem outro vigilante atrasado para assumir o posto, esta situação não deve ser computado como atraso.

Tabela de ocorrência para o indicador 3

Item	Descrição
1	Não usar crachá, usar uniforme incompleto ou uniforme excessivamente danificado ou sujo
2	Não providenciar substituição de quaisquer ausência de postos de serviços, por funcionário e por dia
3	Substituir funcionários que compõem o quadro fixo de colaboradores sem a anuência prévia da contratante
4	Não fornecer equipamento, ou fornecer diferentemente das especificações, ou não substituir quando necessário, sempre observado o estabelecido no termo de referência
5	Não observar o fornecimento de materiais dentro do prazo acordado, quantidades ou especificações estabelecidos no termo de referência
6	Manter no posto funcionário que não esteja devidamente em dias com sua qualificação para prestação dos serviços (Certificado vigente do Curso de Vigilância)
7	Não cobrir todos os postos requeridos no TAIS, bem como os serviços prestados não atendem os padrões exigidos pelo Contratante (agilidade, presteza, cordialidade, eficiência etc)
8	Não realizar as rondas, conforme determinações da Contratante
9	Não atender as recomendações do TRE quanto à execução do serviço
10	Deixar posto descoberto e sem a devida supervisão
11	Não observar outras rotinas atinentes aos serviços, determinadas pelo Gestor e Fiscal do Contrato
12	Manter em uso equipamentos e utensílios danificados ou em condições precárias de uso, especialmente os que possam causar danos aos usuários
13	Não cumprir as normas internas da Administração
14	Não registrar fatos ou situações no livro de ocorrências

15	Não executar serviço determinado pela Fiscalização, sem motivo justificado ou determinação formal
16	Deixar de prestar as informações e atendimento aos visitantes e servidores com cortesia e clareza
17	Deixar de observar as normas de higiene, postura e cortesia

RAIMUNDO CABRAL GUARITA
RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL



Documento assinado eletronicamente por RAIMUNDO CABRAL GUARITA em 23/02/2021, às 16:58, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

JAILTON CALDEIRA BRANT
CHEFE DA SEÇÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente por JAILTON CALDEIRA BRANT em 23/02/2021, às 17:52, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MÔNICA GUIMARÃES MENDES DE ALMEIDA
CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente por MÔNICA GUIMARÃES MENDES DE ALMEIDA em 24/02/2021, às 15:36, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0976638** e o código CRC **5DB22D0C**.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PB000387/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 16/12/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR068036/2020
NÚMERO DO PROCESSO: 13090.101910/2020-41
DATA DO PROTOCOLO: 16/12/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DA PARAIBA, CNPJ n. 24.508.145/0001-66, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANDREA CARLA GOMES FERREIRA;

E

SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA, CNPJ n. 24.097.768/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILLIAMS DOS SANTOS SILVA;

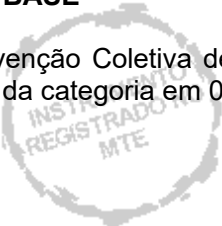
celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância**. EXCETO a categoria dos trabalhadores empregados em empresas de segurança de transportadora de valores, carro forte, carro leve, escolta armada, no estado da Paraíba, com abrangência territorial em Água Branca/PB, Aguiar/PB, Alagoa Grande/PB, Alagoa Nova/PB, Alagoinha/PB, Alcantil/PB, Algodão de Jandaíra/PB, Alhandra/PB, Amparo/PB, Aparecida/PB, Araçagi/PB, Arara/PB, Araruna/PB, Areia de Baraúnas/PB, Areia/PB, Areial/PB, Aroeiras/PB, Assunção/PB, Baía da Traição/PB, Bananeiras/PB, Baraúna/PB, Barra de Santa Rosa/PB, Barra de Santana/PB, Barra de São Miguel/PB, Bayeux/PB, Belém do Brejo do Cruz/PB, Belém/PB, Bernardino Batista/PB, Boa Ventura/PB, Boa Vista/PB, Bom Jesus/PB, Bom Sucesso/PB, Bonito de Santa Fé/PB, Boqueirão/PB, Borborema/PB, Brejo do Cruz/PB, Brejo dos Santos/PB, Caaporã/PB, Cabaceiras/PB, Cabedelo/PB, Cachoeira dos Índios/PB, Cacimba de Areia/PB, Cacimba de Dentro/PB, Cacimbas/PB, Caiçara/PB, Cajazeiras/PB, Cajazeirinhas/PB, Caldas Brandão/PB, Camalaú/PB, Capim/PB, Caraúbas/PB, Carrapateira/PB, Casserengue/PB, Catingueira/PB, Catolé do Rocha/PB, Caturité/PB, Conceição/PB, Condado/PB, Conde/PB, Congo/PB, Coremas/PB, Coxixola/PB, Cruz do Espírito Santo/PB, Cubati/PB, Cuité de Mamanguape/PB, Cuité/PB, Cuitegi/PB, Curral de Cima/PB, Curral Velho/PB, Damião/PB, Desterro/PB, Diamante/PB, Dona Inês/PB, Duas Estradas/PB, Emas/PB, Esperança/PB, Fagundes/PB, Frei Martinho/PB, Gado Bravo/PB, Guarabira/PB, Gurinhém/PB, Gurjão/PB, Ibiara/PB, Igaracy/PB, Imaculada/PB, Ingá/PB, Itabaiana/PB, Itaporanga/PB, Itapororoca/PB, Itatuba/PB, Jacaraú/PB, Jericó/PB, João Pessoa/PB, Joca Claudino/PB, Juarez Távora/PB, Juazeirinho/PB, Junco do Seridó/PB, Juripiranga/PB, Juru/PB, Lagoa de Dentro/PB, Lagoa Seca/PB, Lagoa/PB, Lastro/PB, Livramento/PB, Logradouro/PB, Lucena/PB, Mãe d'Água/PB, Malta/PB, Mamanguape/PB, Manaíra/PB, Marcação/PB, Mari/PB, Marizópolis/PB, Massaranduba/PB, Mataraca/PB, Matinhas/PB, Mato Grosso/PB, Maturéia/PB, Mogeiro/PB, Montadas/PB, Monte Horebe/PB, Monteiro/PB, Mulungu/PB, Natuba/PB, Nazarezinho/PB, Nova Floresta/PB, Nova Olinda/PB, Nova Palmeira/PB, Olho d'Água/PB, Olivedos/PB, Ouro Velho/PB, Parari/PB, Passagem/PB, Patos/PB, Paulista/PB, Pedra Branca/PB, Pedra Lavrada/PB, Pedras de Fogo/PB, Pedro Régis/PB, Piancó/PB, Picuí/PB, Pilar/PB, Pilões/PB, Pilõezinhos/PB, Pirpirituba/PB, Pitimbu/PB, Pocinhos/PB, Poço Dantas/PB, Poço de José de Moura/PB, Pombal/PB, Prata/PB, Princesa Isabel/PB, Puxinanã/PB, Queimadas/PB, Quixaba/PB, Remígio/PB, Riachão do Bacamarte/PB, Riachão do Poço/PB, Riachão/PB, Riacho de Santo



Antônio/PB, Riacho dos Cavalos/PB, Rio Tinto/PB, Salgadinho/PB, Salgado de São Félix/PB, Santa Cecília/PB, Santa Cruz/PB, Santa Helena/PB, Santa Inês/PB, Santa Luzia/PB, Santa Rita/PB, Santa Teresinha/PB, Santana de Mangueira/PB, Santana dos Garrotes/PB, Santo André/PB, São Bentinho/PB, São Bento/PB, São Domingos do Cariri/PB, São Domingos/PB, São Francisco/PB, São João do Cariri/PB, São João do Rio do Peixe/PB, São João do Tigre/PB, São José da Lagoa Tapada/PB, São José de Caiana/PB, São José de Espinharas/PB, São José de Piranhas/PB, São José de Princesa/PB, São José do Bonfim/PB, São José do Brejo do Cruz/PB, São José do Sabugi/PB, São José dos Cordeiros/PB, São José dos Ramos/PB, São Mamede/PB, São Miguel de Taipu/PB, São Sebastião de Lagoa de Roça/PB, São Sebastião do Umbuzeiro/PB, São Vicente do Seridó/PB, Sapé/PB, Serra Branca/PB, Serra da Raiz/PB, Serra Grande/PB, Serra Redonda/PB, Serraria/PB, Sertãozinho/PB, Sobrado/PB, Solânea/PB, Soledade/PB, Sossêgo/PB, Sousa/PB, Sumé/PB, Tacima/PB, Taperoá/PB, Tavares/PB, Teixeira/PB, Tenório/PB, Triunfo/PB, Uiraúna/PB, Umbuzeiro/PB, Várzea/PB, Vieirópolis/PB, Vista Serrana/PB e Zabelê/PB.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE ECONÔMICO

Considerando o reajuste salarial dos empregados vigilantes abrangidos por esta convenção, o incremento econômico total, somado salário e benefícios, será de 4,27% (quatro vírgula vinte e sete por cento), a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fins de discriminação do reajuste concedido do caput, o empregado vigilante terá direito a receber as seguintes parcelas: piso salarial de R\$ 1.089,81 (Um mil e oitenta e nove reais e oitenta e um centavos); periculosidade de 30% (trinta por cento), calculada sobre o piso salarial no valor nominal de R\$ 326,94 (Trezentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos); vale alimentação no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais) por dia de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos reajustes acima estabelecidos, incluem-se as antecipações, perdas e outras correções salariais, decorrentes da legislação oficial, acordos adotados em todo e qualquer período anterior a 1º (primeiro) de janeiro de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica certo e/ou garantido aos demais funcionários da categoria, que não sejam enquadrados como vigilantes, um reajuste salarial a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o salário praticado no mês de dezembro de 2020, exceto aos funcionários que tiveram o salário reajustado pelo piso mínimo nacional, não havendo neste caso o benefício de novo reajuste.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica convencionado que os empregados administrativos que percebem salário em valor superior ao teto previdenciário, terão seus reajustes tratados diretamente com seus empregadores, pela livre negociação.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE SALÁRIO

Ficam as empresas obrigadas ao fornecimento do comprovante de pagamento de salários mensais, até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, com especificação de todos os títulos e quantias pagas e descontadas, inclusive valores relativos ao FGTS e INSS do mês respectivo, Imposto de Renda Retido na Fonte e Contribuição Sindical.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica facultado a empresa proceder ao pagamento através de depósito em conta corrente do empregado, sem ônus para este, sendo considerado como quitação automática do valor líquido discriminado, quando disponibilizado na rede bancária.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA QUINTA - DESCONTOS PROIBIDOS

Na hipótese da ocorrência de assaltos ou qualquer outra ação criminosa, devidamente comprovada por intermédio da autoridade policial, mediante documento escrito, os valores equivalentes as armas ou quaisquer outros equipamentos de trabalho, furtados ou roubados em tais eventos criminosos, não serão descontados dos salários dos empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregadores não descontarão dos salários dos empregados quaisquer valores correspondentes à munição gasta em decorrência da atividade profissional do empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Comprovada a culpa por parte do vigilante em sua conduta, o que será apurado através de inquérito policial, o desconto poderá ser efetuado.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA SEXTA - GRATIFICAÇÃO POR POSTOS ESPECIAIS E GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÕES DE LIDERANÇA

É facultada às empresas a concessão de gratificação ou remuneração diferenciada transitória, em razão de postos considerados especiais. Essas gratificações ou remunerações diferenciadas serão circunscritas exclusivamente a postos especiais, assim nomeados e classificados pelas empresas em decorrência do tipo de atividade, condições de trabalho e/ou função desempenhada no tomador de serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – ISONOMIA ENTRE POSTOS: O pagamento de tais gratificações ou remunerações diferenciadas, em razão de se circunscreverem a determinados postos definidos como especiais pelas empresas, não poderá ser objeto de isonomia ou equiparação salarial por outros vigilantes que trabalhem em postos que não tenham as mesmas condições.

PARÁGRAFO SEGUNDO - GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO: Visando melhor atender às necessidades contratuais das empresas, fica autorizado que, em um mesmo posto, haja remuneração diferenciada para vigilante que tenha por designação expressa, emitida pela empresa empregadora, funções transitórias e de confiança, como as de líder, supervisor ou cargo equivalente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - POSTO ESPECIAL: Fica assegurada às empresas, quando do encerramento do contrato em posto especial ou transferência do vigilante, a supressão da "Gratificação por posto especial" e/ou "Gratificação por função".

OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA - DIA DO VIGILANTE

O dia 20 de junho é considerado feriado comemorativo do "Dia Nacional do Vigilante", conforme definido na Lei Federal de nº13.136/2015, sendo, o trabalho exercido neste dia, remunerado com acréscimo de 100% (cem por cento) do valor do dia normal, desde que não haja a devida compensação em até 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO: O benefício tratado no caput será pago proporcionalmente às horas efetivamente trabalhadas nesse dia, compreendendo das 00:01h até às 24:00h.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS

As horas extras laboradas por cada empregado serão calculadas pelo empregador, mensalmente, mediante apuração do total de horas efetivamente trabalhadas pelo empregado durante o período de 01 (um) mês, deduzindo-se o total de 220 (duzentos e vinte) horas, para a escala de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 5x2, quando será encontrado o quantitativo exato das horas excedentes à jornada de trabalho, aplicando-se o divisor 220 (duzentos e vinte) para o cálculo de seu valor monetário, respeitando o Repouso Semanal Remunerado, conforme previsto em lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os empregados que laborarem em jornada diária de 8h48min, mediante escala de serviço do tipo 5x2, poderão em caráter especial por solicitação do contratante, prorrogar a jornada em até 1h12minutos, observando-se o disposto no parágrafo segundo desta cláusula, para pagamento das horas extraordinárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As horas extras serão pagas pelos empregadores com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando da não concessão do intervalo intrajornada, conforme previsto no parágrafo quarto do artigo 71 da CLT, a hora suprimida será indenizada com o acréscimo de 50%.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA NONA - PERICULOSIDADE

As partes acordam que o adicional de risco de vida previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho vigente nos anos anteriores foi integralmente absorvido e substituído pelo Adicional de Periculosidade previsto na Lei nº 12.740/12, que alterou o artigo 193 da CLT, regulamentada pela Portaria nº 1.885/2013, editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, devido a partir de 03/12/2013, não sendo, contudo, admitida a percepção acumulada dos dois adicionais (periculosidade e risco de vida).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A partir de 03/12/2013, data em que o Ministério do Trabalho e Emprego publicou a Portaria de n.: 1.885/2013, resultou o adicional devido para os seguintes cargos:

ATIVIDADES OU OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO
Vigilância patrimonial	Segurança patrimonial e/ou pessoal na preservação do patrimônio em estabelecimentos públicos ou privados e da incolumidade física de pessoas.
Segurança de eventos	Segurança patrimonial e/ou pessoal em espaços públicos ou privados, de uso comum do povo.
Segurança nos transportes coletivos	Segurança patrimonial e/ou pessoal nos transportes coletivos e em suas respectivas instalações.
Segurança ambiental e florestal	Segurança patrimonial e/ou pessoal em áreas de conservação de fauna, flora natural e de reflorestamento.
Transporte de valores	Segurança na execução do serviço de transporte de valores.
Escolta armada	Segurança no acompanhamento de qualquer tipo de carga ou de valores.
Segurança pessoal	Acompanhamento e proteção da integridade física de pessoa ou de grupos.
Supervisão/fiscalização Operacional	Supervisão e/ou fiscalização direta dos locais de trabalho para acompanhamento e orientação dos vigilantes.
Telemonitoramento/telecontrole	Execução de controle e/ou monitoramento de locais, através de sistemas eletrônicos de segurança.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O Adicional de Periculosidade somente será devido quando do efetivo trabalho, ou seja, o mesmo não será devido quando o contrato de trabalho estiver suspenso ou interrompido, nos casos previstos em Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O Adicional de Periculosidade incidirá sobre os salários para todos os efeitos legais.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE-ALIMENTAÇÃO

As empresas concederão aos VIGILANTES, a partir do mês de janeiro de 2021, vale-alimentação no valor diário de R\$ 18,00 (dezoito reais), independente da escala ou jornada de trabalho a ser cumprida pelo obreiro, será concedido ainda o vale – alimentação aos vigilantes que estiverem realizando o curso de reciclagem bem como, para os vigilantes que venham a realizar plantão extra, observado o disciplinado nesta cláusula décima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A parcela referente ao auxílio alimentação, em qualquer forma de sua concessão, seja através de pecúnia ou vale, não constitui salário *in natura*, nos termos do Art. 3º, da Lei 6.321/76, c/c Arts. 4º e 6º

Decreto nº. 5, de 05 de janeiro de 1991.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As empresas descontarão, em razão da concessão do vale-alimentação e representando a contrapartida dos empregados, a importância limite por dia de R\$ 3,60 (três reais e sessenta centavos), o que corresponde a 20% (vinte por cento) do total diário do benefício.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O auxílio alimentação previsto nessa cláusula será concedido observando-se as determinações contidas no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

PARÁGRAFO QUARTO: A concessão prevista no caput não será devida no dia em que o VIGILANTE estiver em gozo de férias, auxílio doença, acidente de trabalho ou em dias em que a jornada de trabalho for inferior a 06 horas, além do mais, as empresas descontarão de seus empregados a referida concessão em qualquer dia de falta ao trabalho.

PARÁGRAFO QUINTO: As empresas que fornecem alimentação aos seus empregados, no âmbito de trabalho ou fora dele, ficam dispensadas do auxílio previsto na presente cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO: O vale-alimentação dos demais empregados abrangidos por este instrumento coletivo terá o seu valor reajustado no percentual mínimo de 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento) sobre aquele percebido em dezembro de 2020, sobre o qual também deverá incidir o desconto de 20% (vinte por cento) relativo ao PAT.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE-TRANSPORTE

As empresas obrigam-se em fornecer vales-transportes para os deslocamentos no percurso residência/trabalho/residência, ficando definido que os descontos desses vales-transportes não poderão ultrapassar 6% (seis por cento) do salário-base dos empregados beneficiados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nos períodos de afastamento do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale-transporte durante o período de sua ausência do trabalho, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência-trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A empresa poderá optar por entregar o vale-transporte não no dia do pagamento do salário, mas sim no dia 20 (vinte) de cada mês, desde que no lapso de tempo do dia do pagamento e a nova data de opção da empresa fique garantido ao empregado os vales-transportes necessários a sua locomoção ao trabalho, no total máximo de 02 (dois) por dia trabalhado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas darão prioridade a lotar os vigilantes em postos de serviços próximos as suas residências e, quando for possível e a critério do empregador, em local que facilite seu acesso a rede integrada de transporte urbano. Fica o vigilante obrigado a comunicar a empresa, todas as vezes que mudar de endereço, sob pena de ser considerado ato de indisciplina.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL

Em caso de falecimento de empregado, as empresas pagarão um auxílio funeral em valor correspondente a um salário e meio (1,5) do piso contratual da época do óbito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não tem este benefício caráter remuneratório e o seu valor deverá ser pago até a data de pagamento das verbas rescisórias, se for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ficam dispensados da contribuição pertinente ao auxílio funeral os empregadores que contratarem apólice de seguro de vida com a inclusão de cobertura securitária abrangendo as despesas com funeral.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA

Os empregadores obrigam-se a realizar seguro de vida individual ou em grupo de seus empregados, obedecendo ao preconizado na Lei nº 7.102/83 e Decreto nº 89.056/83, garantindo indenização em caso de morte acidental ou natural, independente da causa, bem como em caso de invalidez permanente, desde que decorrentes de sinistros ocorridos no desempenho de suas atividades funcionais, conforme estabelece a Resolução nº 05/84 do Conselho Nacional de Seguros Privados. Obedecendo aos valores constantes no item "1.1." da Resolução do Conselho Nacional de Seguro Privados nº. 05/84.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese da não contratação do seguro de vida por parte do empregador, este fica obrigado a arcar com a indenização compensatória na seguinte proporção: a) 30 (trinta) vezes o piso salarial da categoria profissional vigente no mês anterior ao sinistro, em caso de morte acidental ou natural; e b) 60 (sessenta) vezes o piso salarial da categoria profissional vigente no mês anterior ao sinistro, para o caso de invalidez permanente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregadores não serão responsabilizados de forma solidária em virtude de eventual recusa por parte da seguradora no tocante à liquidação da indenização correspondente ao sinistro, exceto na hipótese de inadimplência do empregador no tocante ao pagamento do prêmio correspondente.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA DEVIDA AOS EMPREGADOS

Os empregadores obrigam-se a prestar assistência jurídica a seus empregados, quando estes, no exercício de suas funções, incidirem na prática de algum ato que os levem a responder à ação penal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por "exercício de suas funções" as atividades desempenhadas pelo empregado no estrito cumprimento das atividades de vigilância ocorridas no ambiente laboral, onde se busque evitar a prática de um ato delituoso contra o bem e/ou patrimônio protegido quando praticado por terceira pessoa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CURSOS DE RECICLAGEM

Os empregadores promoverão as suas expensas, os cursos de reciclagem dos vigilantes a cada 02 (dois) anos, e providenciarão outros cursos que julgarem necessários para o bom desempenho do vigilante no posto de trabalho, sem ônus para o empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Na hipótese de necessidade de deslocamentos dos vigilantes que trabalhem no interior do Estado da Paraíba, os empregadores arcarão com as despesas correspondentes a transporte, hospedagem e alimentação, ficando os vigilantes dispensados de suas atividades profissionais, sem qualquer prejuízo de sua remuneração.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DESPESAS COM RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Sempre que o empregado for chamado para proceder à rescisão do contrato de trabalho fora do lugar de prestação de serviços, o empregador arcará com as despesas de deslocamento do trabalhador.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MULTA DO ART. 9º DA LEI Nº 7.238/84

O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 (trinta) dias que antecede a data de sua correção salarial ou data-base, de que trata o art. 9º da Lei n.º 7.238/84, não terá direito a indenização adicional equivalente a um salário mensal, na hipótese de a ruptura do vínculo empregatício ter havido em decorrência do término do contrato entre o tomador dos serviços e o empregador, em virtude da tipicidade da atividade de terceirização de

serviços em que a iniciativa do término do contrato de trabalho não decorre da vontade do empregador, desde que devidamente comprovado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O tempo do aviso prévio quando indenizado não se conta para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei nº 6.708, de 30/10/1979.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ABSORÇÃO DE NOVOS VIGILANTES PELA NOVA CONTRATANTE

Será facultado à empresa vencedora de licitação, dentro de sua conveniência, absorver os vigilantes que já prestavam serviço no órgão contratante, através da empresa antecessora, desde que preencha os requisitos da empresa e os necessários à execução do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSISTÊNCIA E HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

As rescisões do contrato de trabalho, por dispensa imotivada, pedido de demissão ou acordo, dos empregados, filiados ao sindicato laboral, com 12 (doze) meses ou mais de serviço na empresa, serão efetuadas com a presença de 01 (um) representante da entidade sindical profissional acordante, ficando desde já estabelecido que a Empresa deverá comunicar ao Sindicato laboral com antecedência mínima de 03 (três) dias da assinatura do termo de rescisão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É de obrigação do Sindicato Laboral disponibilizar um funcionário responsável pelo setor de homologação, no local solicitado pelo empregador, para que acompanhe o seu filiado no ato da rescisão.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Em não havendo a disponibilização de um funcionário do setor de homologação para acompanhamento do filiado no ato da rescisão, fica, desde já, a empresa autorizada a realizar a demissão sem que seja necessária a presença de um representante do sindicato profissional, sendo a mesma válida para todos os efeitos, nos termos do artigo 477 da CLT.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio devido ao empregador ou ao empregado obedecerá ao tempo de serviço em que perdurou a relação laboral, segundo os critérios e limites definidos na Lei Federal de nº 12.506/2011.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para os empregados contratados anteriormente a convenção coletiva registrada no ano de 2008, com olhos a preservação do direito adquirido daqueles que já foram beneficiados, restarão resguardados os prazos definidos no escalonamento de que trata a "CLÁUSULA VIGÉSIMA" da CCT vigente no período de 01 de março de 2006 a 28 de fevereiro de 2007, caso a mesma seja mais vantajosa do que as normas do aviso prévio inserido após a publicação da Lei Federal de nº 12.506/2011.

CONTRATO A TEMPO PARCIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATAÇÃO POR HORA

Fica permitida a contratação de vigilantes armados e vigilantes desarmados em regime de contratação por hora, desde que o valor da hora não seja inferior ao piso salarial hora de cada categoria (salário básico mais periculosidade).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica vedado às empresas a conversão dos contratos de empregados mensalistas em horistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor hora dos empregados horistas, já com a inclusão do adicional de periculosidade, a partir de 1º de janeiro de 2021, será de:

a) Vigilante Armado - R\$ 6,44 (seis reais e quarenta e quatro centavos) para os que trabalharem no horário diurno e de R\$ 7,73 (sete reais e setenta e três centavos) para os que trabalharem em horário noturno, sendo este aquele

compreendido entre às 22h00 e às 05h00 do dia subsequente, já incluído o adicional noturno;

b) Vigilante Desarmado – Aplicar-se-á o divisor 220 sobre o valor nominal do salário mínimo nacional e do percentual de periculosidade, qual seja, 30% do valor deste salário mínimo, o qual será definido através do Decreto Federal sancionado pelo Presidente da República, na época do efetivo pagamento do salário, para os que trabalharem no horário diurno e igualmente para os que trabalharem em horário noturno sendo este acrescido do adicional noturno, sendo o horário noturno aquele compreendido entre às 22h00 e às 05h00 do dia subsequente

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado horista não terá o direito, em qualquer hipótese, ao pagamento do valor-hora em dobro aos domingos e feriados.

PARÁGRAFO QUARTO: A jornada de trabalho dos empregados contratados nessa condição será de 30 (trinta) horas semanais, sem a possibilidade de realização de hora extra ou 26 (vinte e seis) horas semanais com a possibilidade de se realizar 06 (seis) horas extras por semana, nos exatos termos do artigo 58 – A do Decreto Lei nº. 5452/1943, alterado pela lei nº. 13.467/2017.

ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES

Os sindicatos signatários da presente, com base na legislação vigente, e pela matéria não estar incluída nas disposições do artigo 611-B da CLT, atestam, declaram e decidem, para todos os fins de direito, que os trabalhadores desta categoria, contratados sob CBO 5173 e 5174, não demandam formação profissional prevista pelo artigo 429 da CLT, razão pela qual sua quantidade não deve servir de base de cálculo para fins do artigo 429 da CLT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os únicos trabalhadores da categoria que demandam alguma formação e reciclagem profissional são os vigilantes, e, mesmo assim, é a fixada pela Lei nº 7.102/83, não a prevista pelo artigo 429 da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Consignam que, por não ser necessária formação profissional para os trabalhadores desta categoria, não existem curso para sua formação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Consignam, ainda, que, por não ser necessária formação profissional para os trabalhadores desta categoria, não existem trabalhadores interessados em se submeter a nenhum curso que pudesse ser criado par tal fim. Sendo esta a razão de não serem oferecidos os cursos previstos pelo artigo 429 da CLT para os trabalhadores deste segmento.

PARÁGRAFO QUARTO: Destacam, ainda, que, muito embora os trabalhadores deste segmento não necessitem de formação profissional para o exercício de suas atividades, as empresas são oneradas com custos excessivos para uma formação profissional que não existe, e nem precisam, em 2,5% (dois e meio por cento) para o SENAC e 2,5% (dois e meio por cento) a título de Salário Educação.

PARÁGRAFO QUINTO: Diante desta realidade os signatários consignam para todos os fins de direito que as empresas do segmento atenderão plenamente a obrigação prevista pelo artigo 429 da CLT na medida em que contratarem, e mantiverem contratados, aprendizes em número equivalente a 5% (cinco por cento) dos seus empregados lotados exclusivamente em atividades administrativas na sede da empresa.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATAÇÃO DE PCD, HABILITADO OU REABILITADO PELO INSS

Os sindicatos signatários da presente, com base na legislação vigente, e pela matéria não estar incluída nas disposições do artigo 611-B da CLT, atestam, declaram e decidem que para o exercício das atividades fins do segmento, segurança privada, os trabalhadores contratados sob CBO 5173 e 5174 necessitam de alto grau de aptidão física e mental, de modo que o desempenho destas funções por pessoa com deficiência não lhes é apropriado e pode resultar em riscos à sua própria integridade física.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A situação fática já foi reconhecida por inúmeras decisões judiciais, dentre as quais, a decisão proferida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho a seguir transcrita.

“Ação anulatória. Convenção coletiva de trabalho. Atividade de segurança privada. Restrição da base de cálculo da reserva legal de vagas para portadores de deficiência. Art. 93 da lei nº 8.213/91. Possibilidade. Validade da cláusula. É válida cláusula de convenção coletiva, firmada entre o Sindicato dos Trabalhadores do Estado de Tocantins – Sintvisto e o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, de Transporte de Valores, de Cursos de Formação e de Segurança Eletrônica do Estado de Tocantins – Sindesp/TO, que restringe a base de cálculo da reserva legal de vagas para pessoas com deficiência (art. 93 da Lei nº 8.213/91) aos cargos de natureza administrativa. As atividades de segurança privada exigem a utilização de armas de fogo e elevado grau de aptidão física e mental, de modo que o desempenho desta função por pessoa com deficiência pode resultar em riscos à sua própria integridade física. Sob esse entendimento, a SDC, por unanimidade, conheceu do recurso ordinário em ação anulatória e, no mérito, por maioria, negou-lhe provimento para manter a integralidade da Cláusula 16ª – Contratação de portador de deficiência física habilitado ou reabilitado. Vencidos os Ministros Mauricio Godinho Delgado e Kátia Magalhães Arruda. TST-RO- 76-64.2016.5.10.0000, SDC, rel. Min. Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, 13.3.17”

PARÁGRAFO SEGUNDO: Diante desta realidade os signatários consignam para todos os fins de direito que as empresas do segmento atenderão plenamente a obrigação referente a contratação de pessoas com deficiência na medida em que contratarem, e mantiverem contratados, trabalhadores em número equivalente a 5% (cinco por cento) dos seus empregados lotados exclusivamente em atividades administrativas na sede da empresa.

OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VIGILANTE DESARMADO

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho poderão contratar vigilantes desarmados para exercerem suas atividades, no turno diurno e noturno, apenas nos seguintes seguimentos: Condomínios Residenciais Multifamiliares, Condomínio de Escritórios e Serviços, Escolas de Ensino Privado, Lojas do Comércio Varejista, Residências, Clínicas, Bares/Restaurantes e Similares e Hotéis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considerando o valor nominal do salário mínimo nacional, o qual é definido através do Decreto Federal, e será considerado para todos os efeitos o valor aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, na época do efetivo pagamento do salário, o qual será considerado para todos os efeitos como piso salarial dos vigilantes abarcados por esta cláusula vigésima quarta, os vigilantes contratados nas condições do "caput", considerando-se a soma do salário e benefícios, terão direito ao seguinte reajuste:

a) para os vigilantes desarmados que trabalham mediante jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, mesmo que mediante escala 5X2, o reajuste será consubstanciado nas seguintes parcelas: o valor correspondente ao salário mínimo vigente na época do pagamento do salário; periculosidade de 30% (trinta por cento), calculada sobre o piso salarial e vale alimentação no valor de R\$ 396,00 (trezentos e noventa e seis reais), de acordo com a quantidade de dias úteis trabalhados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os vigilantes contratados, nos termos desta cláusula, não poderão substituir os vigilantes armados em quaisquer de seus postos de trabalho.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO

A Jornada de trabalho dos empregados abarcados pela presente norma coletiva se dará nos termos do artigo art. 7º, inciso XIII e XXVI, da Constituição Federal, ficando desde já estabelecido que a quantidade de horas laboradas por todos os empregados é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 220 (duzentos e vinte) horas efetivamente trabalhadas, já incluso o repouso semanal remunerado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Resta, desde já, autorizada a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho, com a aceitação e chancela dos Sindicatos ora convenientes, objetivando a prorrogação e compensação de jornada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A utilização da escala de serviço do tipo 12 X 36 dar-se-á com esteio, exclusivamente, em Acordo Coletivo de Trabalho, devendo ser observada a regra prevista no parágrafo primeiro da presente cláusula. É vedada, portanto, a celebração de qualquer Acordo Coletivo de Trabalho, que tenha por objeto a utilização da escala 12 X 36, sem a aceitação e chancela do Sindicato Laboral e do Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A escala de serviço do tipo 5X2, compreendendo 5 (cinco) dias de labor seguidos de 2 (dois) dias de descanso, será permitida com jornada diária de 08h48 (oito horas e quarenta e oito minutos), com intervalo intrajornada mínimo de uma hora.

PARÁGRAFO QUARTO: O intervalo para descanso será de, no mínimo, 60 (sessenta) minutos, nos termos da regra contida no caput do artigo 71 da CLT.

PARÁGRAFO QUINTO: Quando não ocorrer o gozo do horário intrajornada, nos termos do caput e parágrafos, desta cláusula, ou o mesmo for suprimido, nos termos do § 4º do artigo 71 da CLT, será devido ao vigilante o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da remuneração base incluída a incidência do adicional de periculosidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA

As empresas poderão utilizar, para registro de jornadas de trabalho de seus empregados, papelada de serviço externo, cartão ponto, livro ponto, cartão magnético, sistema eletrônico de controle de ponto. Facultado, também, a utilização do registrador eletrônico de ponto, sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, ou sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, inclusive por meio de rádio transmissor, estas últimas possibilidades conforme previsto na Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, e na Portaria nº 373, de 25 de fevereiro de 2011, ambas do Ministério do Trabalho e Previdência Social servindo a presente cláusula como expressa autorização para adotá-los.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - BANCO DE HORAS

Convencionam as partes que na observância, fiel e rigorosa, do que disciplina o parágrafo segundo do artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho e na consonância do disposto pela Lei nº 9.601, de 21 de agosto de 1998, poderá ser instituída pelas empresas, através de acordo, cujo Instrumento constará endereço e CNPJ/MF das Empresas estabelecidas na base territorial do Sindicato Profissional, que adotarem o banco de horas para a compensação das horas excedentes da jornada normal de trabalho, efetuadas por cada trabalhador, no exercício das suas funções, desde que sejam estabelecidos os seguintes critérios e limites, condicionantes para o seu registro e arquivamento na SRTE- PB:

- a) A compensação, através da concessão de folgas dos trabalhadores, se dará considerando para cada hora em excesso, uma hora de folga.
- b) Adoção de mecanismo de controle e fiscalização, que permita mensalmente o acompanhamento individual do trabalhador e do sindicato profissional.
- c) Até 90 (noventa) dias para apuração das horas em excesso que forem trabalhadas no período, dando-se a compensação mediante concessão de folga, impreterivelmente, nos 30 (trinta) dias subsequentes.
- d) Na hipótese de impossibilidade das empresas cumprirem nos prazos acima estabelecidos a compensação através das folgas, obriga-se ao pagamento das horas trabalhadas, acrescidas do percentual constante nesta convenção para as horas extraordinárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: Esta cláusula se restringe aos funcionários que exercerem suas funções nos setores administrativo, administrativo da vigilância, administrativo da tesouraria e administrativo do transporte de valores.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO INTRAJORNADA PARA VIGILANTE QUE ATUA EM ESTABELECIMENTO BANCÁRIO

Será concedido intervalo intrajornada para repouso ou alimentação de acordo com o artigo 71 da CLT, de no mínimo 60 (sessenta) minutos, cujo período não será computado na jornada diária. A não concessão ou concessão parcial do intervalo para refeição e descanso implica no pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido com o acréscimo de hora extra, previsto na Cláusula "Horas Extras" da presente Norma Coletiva, acrescido do adicional de periculosidade e gratificação de função, quando houver.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Salvo acordo coletivo específico que disponha de forma diversa, o intervalo para almoço dos vigilantes que prestam serviço em estabelecimentos bancários, localizados em João Pessoa e região metropolitana, deverá ocorrer entre o período das 10:00 horas às 15:00 horas, ficando proibido a concessão do intervalo antes e após esse horário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Salvo acordo coletivo específico que disponha de forma diversa, o intervalo para almoço dos vigilantes que prestam serviço em estabelecimentos bancários, localizados nas demais cidades do estado da Paraíba, deverá ocorrer entre o período das 10:30 horas às 14:00 horas, ficando proibido a concessão do intervalo antes e após esse horário.

DESCANSO SEMANAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

Será devido à indenização do descanso semanal remunerado sobre os itens da remuneração que são resultantes da prorrogação da jornada de trabalho, mesmo que fictamente, sendo eles: adicional noturno, horas extras, horas extras em razão da hora noturna.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONCESSÃO DE FÉRIAS

A concessão de férias será informada ao empregado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, fornecendo o empregador 01 (uma) via do recibo de aviso de férias, não podendo o início das mesmas coincidir com o dia de folga do empregado.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - COLETE À PROVA DE BALAS

Os empregadores fornecerão colete à prova de balas aos vigilantes armados quando em serviço, constituído de capa e placa balística, observando estritamente a regulamentação do Ministério da Justiça e do Emprego e Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Por uma questão de higiene, e levando em consideração a compleição física de cada usuário, a empresa fornecerá aos vigilantes uma capa individual do colete juntamente com o fardamento, a qual deve ser municiada com as placas balísticas, quando da assunção do posto de serviço, em revezamento com o vigilante rendido.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O vigilante que não estiver portando a sua capa do colete não poderá assumir o posto de serviço, sujeitando-se a advertência, suspensão e até demissão, a depender das vezes em que tal fato se repetir

UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FARDAMENTO

Os empregadores fornecerão aos vigilantes, anualmente, 02 (duas) camisas, 02 (duas) calças, 01 (um) par de calçados e 01 (um) cinto de guarnição completo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em caso de extravio do fardamento por dolo ou culpa do empregado, este arcará com as despesas de custo do novo fardamento, mediante desconto em folha de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Obrigam-se os empregados a devolver o fardamento na oportunidade da substituição do uniforme e no término do contrato de trabalho, facultando-se ao empregador, na hipótese da não devolução,

proceder ao desconto do valor correspondente ao custo do fardamento.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADO MÉDICO

Os empregadores obrigam-se a aceitar os atestados médicos justificativos da ausência do empregado ao trabalho desde que devidamente emitido pelo Sistema Único de Saúde ou estabelecimento privado, devendo constar no respectivo atestado o código de Classificação Internacional de Doenças - CID correspondente, CRM e assinatura, sobre carimbo, do médico, o período de afastamento, bem como a data do atendimento médico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O empregado deverá apresentar o atestado médico no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da sua ausência ao trabalho, sob pena de desobrigar a aceitá-lo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando o empregador dispuser de serviço médico próprio ou credenciado, os atestados médicos serão a estes submetidos pelo empregado faltoso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a ausência ao trabalho.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - TRANSPORTE DO ACIDENTADO

Os empregadores fornecerão transporte para atender aos empregados acidentados no trabalho ou aos empregados que durante a jornada laboral necessitem de atendimento médico-hospitalar.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - LIVRE ACESSO A EMPRESA

Os empregadores permitirão livre acesso dos diretores sindicais, no horário comercial, limitado ao recinto da área administrativa, mediante comunicação e identificação prévia, para a finalidade de resolver assuntos de interesse da categoria profissional.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA LIBERAÇÃO DOS DIRETORES SINDICAIS

O PRESIDENTE do SEESVEP/PB, assim como, o VICE-PRESIDENTE, SECRETÁRIO, PRIMEIRO SECRETÁRIO, TESOUREIRO GERAL, PRIMEIRO TESOUREIRO e o DIRETOR PATRIMONIAL, serão liberados por seus respectivos empregadores em até 04 (quatro) dias no ano para a prática de atividades sindicais, desde que requerido com ao menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, devendo o requerimento vir instruído com documentos que comprovem a realização do ato sindical.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - MENSALIDADE OBREIRA

Com fundamento no art. 8º da Constituição Federal e na decisão emanada da Assembleia Geral Extraordinária do SEESVEP/PB, os empregadores descontarão mensalmente, a partir do mês de janeiro/2021, de todos os empregados associados, a importância equivalente a 2% (dois por cento) do piso salarial e da periculosidade, cujo montante deverá ser recolhido ao SEESVEP/PB até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO ÚNICO: O não repasse no prazo previsto implicará na aplicação da multa disposta no art. 600 da CLT, além da correção monetária.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO DE DESPESA DE CAMPANHA SALARIAL LABORAL

A Contribuição de despesa de campanha salarial laboral, se constitui em deliberação de Assembleia Geral Extraordinária da categoria profissional, e é fixada pelos trabalhadores, conforme abaixo discriminado:

a) **Vigilantes contratados antes do depósito da presente CCT:** Com o percentual de 3% (três por cento) do salário normativo no mês de dezembro/2020, assim compreendido, piso salarial e adicional de periculosidade mensal para os trabalhadores que desempenham a função de vigilantes patrimonial;

b) **Vigilantes contratados após o depósito da presente CCT:** Com o percentual de 3% (três por cento) sobre a proporcionalidade dos meses referente a diferença entre a data da efetiva contratação e o prazo restante da validade da presente CCT, incidindo sobre o salário normativo no mês subsequente ao da contratação assim compreendido, piso salarial e adicional de periculosidade mensal para os trabalhadores que desempenham a função de vigilantes patrimonial;

c) **Demais empregados beneficiários por instrumento contratados antes do depósito da presente CCT:** Com o percentual de 3% (três por cento) no mês de dezembro, do seu piso salarial mensal;

d) **Demais empregados beneficiários por instrumento contratados após o depósito da presente CCT:** Com o percentual de 3% (três por cento) sobre a proporcionalidade dos meses, referente a diferença entre a data da efetiva contratação e o prazo restante da validade da presente CCT, incidindo sobre o piso salarial no mês subsequente ao da contratação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Mediante aprovação da assembleia geral, o sindicato publicará edital assegurando o direito de oposição dos trabalhadores, não filiados ao Sindicato Laboral, ao pagamento da Contribuição de despesa de campanha salarial laboral em benefício do sindicato, que deverão se manifestar, por escrito na sede do Sindicato laboral, em até 10 (dez) dias após a publicação do edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A publicação deverá ser feita no mesmo jornal que convocou a assembleia de aprovação da pauta de reivindicação, no prazo de 10 (dez) dias contados do protocolo do instrumento normativo na Superintendência Regional do Trabalho.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As nominatas dos seus empregados que forem fornecidas pelas empresas por força do aqui estabelecido tem o fim único e exclusivo de verificação da correção do cumprimento do previsto nesta cláusula, sendo, portanto, vedado, o sindicato profissional utilizar-se das mesmas para qualquer outra finalidade, parcela ou direito, sob pena de nulidade do procedimento que assim promoverem.

PARÁGRAFO QUARTO: O valor assim descontado pelas empresas deve ser recolhido por estas, direta e separadamente, à entidade que assina o presente instrumento, nos percentuais ali definidos - em seus valores correspondentes - até o dia 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à efetivação do mesmo, na conta bancária da entidade sindical beneficiada cujo número será fornecido através de documento oficial de cada entidade sindical. O comprovante de recolhimento deverá ser encaminhado pelas empresas no mês do recolhimento, junto com a relação nominal dos trabalhadores.

PARÁGRAFO QUINTO: O não recolhimento no prazo estabelecido no parágrafo quarto implicará acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10 % (dez por cento), sem prejuízo da atualização de débito, e restará caracterizado o crime de apropriação ao administrador da empresa conforme previsto no artigo 168 do CP.

PARÁGRAFO SEXTO: Esta cláusula é inserida na CCT a pedido do sindicato profissional a quem deverá ser direcionado qualquer questionamento quanto à mesma.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O sindicato profissional que firma o presente compromete-se a reembolsar todo e qualquer valor que alguma empresa seja condenada a restituir ao trabalhador por conta desta cláusula.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

A título de Contribuição Assistencial Patronal, os empregadores associados ao SINDESP/PB obrigam-se a pagar a este, até o 10º (décimo) dia útil do mês de maio/2021, o valor equivalente a 01 (um) salário base da categoria, sob

pena de ajuizamento da competente ação de execução além de outras providências que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT de que prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltadas as vedações previstas no art. 611-B;

Considerando que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim, por deliberação da Assembleia Geral do SINDESP/PB, de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III, da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades econômicas, representadas pelo SINDESP/PB (segurança patrimonial, transporte de valores, curso de formação de vigilantes) recolherão junto ao Banco do Brasil, no mês de Agosto/2021, em favor do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado da Paraíba – SINDESP/PB, mediante guia a ser fornecida por este, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos os membros da categoria econômica e não somente a associado, conforme estabelecido na seguinte tabela.

TABELA/ESCALA

01 a 100 EMPREGADOS R\$ 500,00

101 A 200 EMPREGADOS R\$ 1.000,00

201 A 300 EMPREGADOS R\$ 1.500,00

301 A 400 EMPREGADOS R\$ 2.000,00

401 A 500 EMPREGADOS R\$ 2.500,00

501 A 600 EMPREGADOS R\$ 3.000,00

601 A 700 EMPREGADOS R\$ 3.500,00

700 A 800 EMPREGADOS R\$ 4.000,00

800 A 999 EMPREGADOS R\$ 4.500,00

ACIMA DE 1000 EMPREGADOS R\$ 5.000,00

****EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES R\$ 3.500,00 E**

*****ESCOLAS DE CURSO DE FORMAÇÃO R\$ 1.000,00**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Contribuição Negocial será distribuída da seguinte forma: I – 70% para o Sindicato;

II – 25% para a Federação;

III – 5% para a Confederação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso no pagamento da contribuição supramencionada acarretará a incidência de multa de 2% do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos índices fornecidos pelo IGPM/FGV e INPC/IBGE.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - RELAÇÃO DOS SÓCIOS

As empresas fornecerão ao sindicato laboral, a partir da folha do mês de maio do ano de 2019, no prazo de 10 (dez) dias a contar do requerimento protocolado na sede da empresa, a relação dos sócios que tiveram desconto sindical no mês anterior ao do requerimento.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Ficam mantidas as CCP's Comissões Intersindiciais de Conciliação Prévia prevista do artigo 625-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme a redação dada pela Lei nº 9.958, de 12/01/2000, composta de representantes Titulares e Suplentes, indicados pelos Sindicatos dos empregadores supramencionados e representantes dos trabalhadores, com o objetivo de tentar a conciliação de conflitos individuais de trabalho envolvendo integrantes da categoria profissional representada pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DA PARAÍBA - SEESVEP/PB e os integrantes da categoria econômica representada pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DA PARAÍBA - SINDESP/PB.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Todas as demandas de natureza trabalhista na jurisdição das Varas do Trabalho do Estado da Paraíba, com exceção das Varas do Trabalho da Comarca de Campina Grande - PB, serão submetidas previamente às CCP's - Comissões Intersindiciais de Conciliação Prévia, conforme determina o artigo 625-D CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As CCP's - Comissões Intersindiciais de Conciliação Prévia funcionarão na sede do NINTER - NÚCLEO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO TRABALHISTA, que fornecerá toda a estrutura administrativa e assessoria jurídica às CCP's - Comissões Intersindiciais de Conciliação Prévia, sendo sua sede instalada na Av João Machado, 1214. – Centro – João Pessoa – PB.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A demanda será formulada por escrito ou reduzida a termo pela Secretaria do NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista ou por qualquer membro da CCP - Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, que designará, na mesma oportunidade, dia e hora da sessão de tentativa de conciliação, entregando recibo ao demandante, devendo a sessão de tentativa de conciliação realizar-se-á no prazo máximo de dez dias a contar do ingresso de demanda.

PARÁGRAFO QUARTO: Para custeio e manutenção das despesas administrativas do NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista e das CCP's - Comissões Intersindiciais de Conciliação Prévia, será cobrada uma taxa administrativa, exclusivamente da empresa na condição de demandada ou demandante.

a) O NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista notificará a empresa pelo meio de notificação postal com AR, ou pessoal mediante recibo, com o mínimo de cinco dias de antecedência à realização da audiência de tentativa de conciliação, devendo constar dos autos cópia dessa notificação.

b) Da notificação constará, necessariamente, o nome do demandante, o local, a data e a hora da sessão de conciliação, bem como a comunicação de que o demandado deverá comparecer pessoalmente ou ser representado por preposto com poderes específicos para transigir e firmar o termo de conciliação.

c) Não sendo possível realizar a audiência de conciliação nos dez dias seguintes à formulação da demanda ou não tendo a empresa demandada sido notificada da sessão com cinco dias de antecedência, a secretaria do NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista fornecerá as partes declaração da impossibilidade de conciliação, com descrição do objeto da demanda.

d) Caso a empresa não compareça à sessão de Conciliação, o conciliador patronal ou laboral, da CCP - Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, presentes na ocasião, firmarão declaração acerca do fato, com descrição do objeto da demanda, bem como sobre a impossibilidade da conciliação, entregando cópia ao interessado, em seguida será expedido à mesma, boleto de cobrança no valor convencionado nos termos do Parágrafo Quarto desta Cláusula, correspondente ao ressarcimento das despesas efetuadas pelo NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista na tentativa de conciliação.

e) Em caso de não comparecimento do Demandante o procedimento da demanda será arquivado sem a expedição da declaração de frustração, podendo o Demandante renovar a demanda com o mesmo objetivo.

f) Aberta a sessão de conciliação, os conciliadores esclarecerão as partes presentes sobre as vantagens da conciliação e usarão os meios adequados de persuasão para a solução conciliatória da demanda.

g) Não prosperando a conciliação, será fornecida ao trabalhador e ao empregador, ou seu representante, declaração da tentativa conciliatória frustrada com descrição de seu objeto, firmada pelos membros da CCP - Comissão Intersindical de Conciliação Prévia, que deverá ser juntada à eventual reclamação trabalhista.

h) Aceita a conciliação, será lavrado termo assinado pelo trabalhador, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros da CCP - Comissão Intersindical de Conciliação Prévia presentes à sessão, fornecendo-se uma via para cada parte interessada.

PARÁGRAFO QUINTO: O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, de acordo com o parágrafo único do artigo 625-E, da CLT, com redação dada pela Lei nº 9.958, de 12/01/2000.

PARÁGRAFO SEXTO: Os representantes das categorias convenientes que integram as Comissões de Conciliação, deverão ser membros da Diretoria das Entidades Sindicais, ou pessoas por estas contratada.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Caberá ao NINTER - Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista proporcionar as CCP's Comissões Intersindicais de Conciliação Prévia todos os meios necessários à consecução de seu fim, como local adequado, equipamentos, pessoal para secretaria e assessoria jurídica.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA

Em caso de descumprimento das obrigações de fazer, fica estabelecida a multa no importe equivalente a 10% (dez por cento) do piso salarial, a ser paga em favor do empregado prejudicado, vedada a acumulação de multas.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - FORO COMPETENTE

As controvérsias resultantes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, desde que estejam esgotadas as possibilidades de conciliação na forma estabelecida na presente convenção.

ANDREA CARLA GOMES FERREIRA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DA PRAIBA

WILLIAMS DOS SANTOS SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA

ANEXOS

ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS TRABALHISTAS

ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS TRABALHISTAS

1	Encargos previdenciários e FGTS	Percentual
A	INSS (art. 22, I, Lei 8.212/91)	20,00%
B	SESI ou SESC (art. 30, I, Lei 8.036/90)	1,50%
C	SENAI ou SENAC (Decreto 2.318/86)	1,00%
D	INCRA (arts. 1º e 2º, DL nº 1.146/70)	0,20%
E	Salário educação (art. 15, Lei nº 9.424/96 e art. 1º § 1º, Decreto 6.003/06)	2,50%
F	FGTS (art. 15, Lei nº 8.030/90)	8,00%
G	Seguro acidente do trabalho (art.22, II, Lei nº 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.957/09)	3,00%
H	SEBRAE (Lei 8.029/90)	0,60%

TOTAL	36,80%
2 13º Salário e Adicional de férias	Percentual
A 13º Salário - (art. 7º, VIII, CF)	8,33%
Subtotal	8,33%
C Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de férias	3,07%
TOTAL	11,40%
3 Afastamento Maternidade	Percentual
A Afastamento maternidade - (art. 131, III, CLT)	0,75%
B Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,28%
TOTAL	1,03%
4 Provisão para Rescisão	Percentual
A Aviso prévio indenizado	2,81%
B Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,22%
C Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,40%
D Aviso prévio trabalhado - (IN 02)	1,47%
E Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,54%
F Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado (IN 02)	5,00%
TOTAL	10,44%
5 Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	%
A Férias e terço constitucional de férias	12,74%
B Ausência por doença - (art. 131, III, CLT)	3,86%
C Licença paternidade - (art. 7º, XIX, CF)	0,06%
D Ausências legais - (art. 473, CLT)	1,48%
E Ausência por acidente de trabalho - (art. 131, CLT c/c art. 27, Decreto nº 89.312/84)	0,36%
F Outros	0,00%
Subtotal	18,50%
G Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	6,81%
TOTAL	25,31%
Provisão para Rescisão	Percentual
1 Encargos previdenciários e FGTS	36,80%
2 13º salário + Adicional de férias	11,40%
3 Afastamento maternidade	1,03%
4 Custo de rescisão	10,44%
5 Custo de reposição do profissional ausente	25,31%
6 Outros	0,00%
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	84,97%

ANEXO II - ATA DE ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PB000023/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 21/01/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR002460/2021
NÚMERO DO PROCESSO: 13090.100071/2021-24
DATA DO PROTOCOLO: 20/01/2021

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 13090.101910/2020-41
DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 16/12/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DA PARAIBA, CNPJ n. 24.508.145/0001-66, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANDREA CARLA GOMES FERREIRA;

E

SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA, CNPJ n. 24.097.768/0001-93, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILLIAMS DOS SANTOS SILVA;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2020 a 28 de fevereiro de 2022 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância**. EXCETO a categoria dos trabalhadores empregados em empresas de segurança de transportadora de valores, carro forte, carro leve, escolta armada, no estado da Paraíba, com abrangência territorial em Água Branca/PB, Aguiar/PB, Alagoa Grande/PB, Alagoa Nova/PB, Alagoinha/PB, Alcantil/PB, Algodão de Jandaira/PB, Alhandra/PB, Amparo/PB, Aparecida/PB, Araçagi/PB, Arara/PB, Araruna/PB, Areia de Baraúnas/PB, Areia/PB, Areial/PB, Aroeiras/PB, Assunção/PB, Baía da Traição/PB, Bananeiras/PB, Baraúna/PB, Barra de Santa Rosa/PB, Barra de Santana/PB, Barra de São Miguel/PB, Bayeux/PB, Belém do Brejo do Cruz/PB, Belém/PB, Bernardino Batista/PB, Boa Ventura/PB, Boa Vista/PB, Bom Jesus/PB, Bom Sucesso/PB, Bonito de Santa Fé/PB, Boqueirão/PB, Borborema/PB, Brejo do Cruz/PB, Brejo dos Santos/PB, Caaporã/PB, Cabaceiras/PB, Cabedelo/PB, Cachoeira dos Índios/PB, Cacimba de Areia/PB, Cacimba de Dentro/PB, Cacimbas/PB, Caiçara/PB, Cajazeiras/PB, Cajazeirinhas/PB, Caldas Brandão/PB, Camalaú/PB, Capim/PB, Caraúbas/PB, Carrapateira/PB, Casserengue/PB, Catingueira/PB, Catolé do Rocha/PB, Caturité/PB, Conceição/PB, Condado/PB, Conde/PB, Congo/PB, Coremas/PB, Coxixola/PB, Cruz do Espírito Santo/PB, Cubati/PB, Cuité de Mamanguape/PB, Cuité/PB, Cuitegi/PB, Curral de Cima/PB, Curral Velho/PB, Damião/PB, Desterro/PB, Diamante/PB, Dona Inês/PB, Duas Estradas/PB, Emas/PB, Esperança/PB, Fagundes/PB, Frei Martinho/PB, Gado Bravo/PB, Guarabira/PB, Gurinhém/PB, Gurjão/PB, Ibiara/PB, Igaracy/PB, Imaculada/PB, Ingá/PB, Itabaiana/PB, Itaporanga/PB, Itapororoca/PB, Itatuba/PB, Jacaraú/PB, Jericó/PB, João Pessoa/PB, Joca Claudino/PB, Juarez Távora/PB, Juazeirinho/PB, Junco do Seridó/PB, Juripiranga/PB, Juru/PB, Lagoa de Dentro/PB, Lagoa Seca/PB, Lagoa/PB, Lastro/PB, Livramento/PB, Logradouro/PB, Lucena/PB, Mãe d'Água/PB, Malta/PB, Mamanguape/PB, Manaíra/PB, Marcação/PB, Mari/PB, Marizópolis/PB, Massaranduba/PB, Mataraca/PB, Matinhas/PB, Mato Grosso/PB, Maturéia/PB, Mogeiro/PB, Montadas/PB, Monte Horebe/PB, Monteiro/PB, Mulungu/PB, Natuba/PB, Nazareizinho/PB, Nova Floresta/PB, Nova Olinda/PB, Nova Palmeira/PB, Olho d'Água/PB, Oivedos/PB, Ouro Velho/PB, Parari/PB, Passagem/PB, Patos/PB, Paulista/PB, Pedra Branca/PB, Pedra Lavrada/PB, Pedras de Fogo/PB, Pedro Régis/PB, Piancó/PB, Picuí/PB, Pilar/PB, Pilões/PB, Pilõezinhos/PB, Pirpirituba/PB, Pitimbu/PB, Pocinhos/PB, Poço Dantas/PB, Poço de José de

Moura/PB, Pombal/PB, Prata/PB, Princesa Isabel/PB, Puxinanã/PB, Queimadas/PB, Quixaba/PB, Remígio/PB, Riachão do Bacamarte/PB, Riachão do Poço/PB, Riachão/PB, Riacho de Santo Antônio/PB, Riacho dos Cavalos/PB, Rio Tinto/PB, Salgadinho/PB, Salgado de São Félix/PB, Santa Cecília/PB, Santa Cruz/PB, Santa Helena/PB, Santa Inês/PB, Santa Luzia/PB, Santa Rita/PB, Santa Teresinha/PB, Santana de Mangueira/PB, Santana dos Garrotes/PB, Santo André/PB, São Bentinho/PB, São Bento/PB, São Domingos do Cariri/PB, São Domingos/PB, São Francisco/PB, São João do Cariri/PB, São João do Rio do Peixe/PB, São João do Tigre/PB, São José da Lagoa Tapada/PB, São José de Caiana/PB, São José de Espinharas/PB, São José de Piranhas/PB, São José de Princesa/PB, São José do Bonfim/PB, São José do Brejo do Cruz/PB, São José do Sabugi/PB, São José dos Cordeiros/PB, São José dos Ramos/PB, São Mamede/PB, São Miguel de Taipu/PB, São Sebastião de Lagoa de Roça/PB, São Sebastião do Umbuzeiro/PB, São Vicente do Seridó/PB, Sapé/PB, Serra Branca/PB, Serra da Raiz/PB, Serra Grande/PB, Serra Redonda/PB, Serraria/PB, Sertãozinho/PB, Sobrado/PB, Solânea/PB, Soledade/PB, Sossêgo/PB, Sousa/PB, Sumé/PB, Tacima/PB, Taperoá/PB, Tavares/PB, Teixeira/PB, Tenório/PB, Triunfo/PB, Uiraúna/PB, Umbuzeiro/PB, Várzea/PB, Veirópolis/PB, Vista Serrana/PB e Zabelê/PB.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE ECONÔMICO

Considerando o reajuste salarial dos empregados vigilantes abrangidos por esta convenção, o incremento econômico total, somado salário e benefícios, será de 4,91% (quatro vírgula noventa e um por cento) para a escala 12X36 e de 5,19% (cinco vírgula dezenove por cento) para a escala 5x2 ou de 44 horas semanais, a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para fins de discriminação do reajuste concedido do caput, o empregado vigilante que trabalha na escala de 12X36, terá direito a receber as seguintes parcelas: piso salarial de R\$ 1.102,03 (Um mil cento e dois reais e três centavos); periculosidade de 30% (trinta por cento), calculada sobre o piso salarial no valor nominal de R\$ 330,61 (Trezentos e trinta reais e sessenta e um centavos); vale alimentação no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais), por dia efetivamente trabalhado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para fins de discriminação do reajuste do caput, o empregado vigilante que trabalhar 44 horas semanais, mesmo que na escala 5X2 (8h48), terá direito as seguintes parcelas: piso salarial de R\$ 1.102,03 (Um mil cento e dois reais e três centavos); periculosidade de 30% (trinta por cento), calculada sobre o piso salarial no valor nominal de R\$ 330,61 (Trezentos e trinta reais e sessenta e um centavos); vale alimentação no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais), por dia efetivamente trabalhado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos reajustes acima estabelecidos, incluem-se as antecipações, perdas e outras correções salariais, decorrentes da legislação oficial, acordos adotados em todo e qualquer período anterior a 1º (primeiro) de janeiro de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica certo e/ou garantido aos demais funcionários da categoria, que não sejam enquadrados como vigilantes, um reajuste salarial a partir de 1º (primeiro) de janeiro de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o salário praticado no mês de dezembro de 2020, exceto aos funcionários que tiveram o salário reajustado pelo piso mínimo nacional, não havendo neste caso o benefício de novo reajuste.

PARÁGRAFO QUINTO – Fica convencionado que os empregados administrativos que percebem salário em valor superior ao teto previdenciário, terão seus reajustes tratados diretamente com seus empregadores, pela livre negociação.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES

CONTRATO A TEMPO PARCIAL

CLÁUSULA QUARTA - CONTRATAÇÃO POR HORA

Fica permitida a contratação de vigilantes armados e vigilantes desarmados em regime de contratação por hora, desde que o valor da hora não seja inferior ao piso salarial hora de cada categoria (salário básico mais

periculosidade).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica vedado às empresas a conversão dos contratos de empregados menselistas em horistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor hora dos empregados horistas, já com a inclusão do adicional de periculosidade, a partir de 1º de janeiro de 2021, será de:

a) Vigilante Armado - R\$ 6,51 (seis reais e cinquenta e um centavos) para os que trabalhem no horário diurno e de R\$ 7,81 (sete reais e oitenta e um centavos) para os que trabalhem em horário noturno, sendo este aquele compreendido entre às 22h00 e às 05h00 do dia subsequente, já incluído o adicional noturno;

b) Vigilante Desarmado – R\$ 6,51 (seis reais e cinquenta e um centavos) para os que trabalhem no horário diurno e de R\$ 7,81 (sete reais e oitenta e um centavos) para os que trabalhem em horário noturno, sendo este aquele compreendido entre às 22h00 e às 05h00 do dia subsequente, já incluído o adicional noturno;

PARÁGRAFO TERCEIRO: O empregado horista não terá o direito, em qualquer hipótese, ao pagamento do valor-hora em dobro aos domingos e feriados.

PARÁGRAFO QUARTO: A jornada de trabalho dos empregados contratados nessa condição será de 30 (trinta) horas semanais, sem a possibilidade de realização de hora extra ou 26 (vinte e seis) horas semanais com a possibilidade de se realizar 06 (seis) horas extras por semana, nos exatos termos do artigo 58 – A do Decreto Lei nº. 5452/1943, alterado pela lei nº. 13.467/2017.

OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA QUINTA - VIGILANTE DESARMADO

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho poderão contratar vigilantes desarmados para exercerem suas atividades, no turno diurno e noturno, apenas nos seguintes seguimentos: Condomínios Residenciais Multifamiliares, Condomínio de Escritórios e Serviços, Escolas de Ensino Privado, Lojas do Comércio Varejista, Residências, Clínicas, Bares/Restaurantes e Similares e Hotéis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Considerando o salário mínimo definido através da Medida Provisória de nº. 1.021, de 30 de dezembro de 2020, os vigilantes contratados nas condições do "caput", considerando-se a soma do salário e benefícios, terão direito ao seguinte reajuste:

a) para os vigilantes desarmados que trabalham mediante jornada de 44 horas semanais, mesmo que mediante escala 5X2, o reajuste será de 6,22% (seis vírgula vinte e dois por cento), o qual se consubstancia nas seguintes parcelas: R\$ 1.102,00 (um mil e cento e dois reais); periculosidade de 30% (trinta por cento), calculada sobre o piso salarial no valor nominal de R\$ 330,60 (trezentos e trinta reais e sessenta centavos) e vale alimentação no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais), por dia efetivamente trabalhado.

b) para os vigilantes desarmados que trabalham mediante jornada 12X36 o reajuste será de 6,01% (seis vírgula zero um por cento), o qual se consubstancia nas seguintes parcelas: piso salarial de R\$ 1.102,00 (um mil cento e dois reais); periculosidade de 30% (trinta por cento), calculada sobre o piso salarial no valor nominal de R\$ 330,60 (trezentos e trinta reais e sessenta centavos) e vale alimentação no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais), por dia efetivamente trabalhado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os vigilantes contratados, nos termos desta cláusula, não poderão substituir os vigilantes armados em quaisquer de seus postos de trabalho.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA SEXTA - DA JORNADA DE TRABALHO – ESCALA 12 X 36

Com esteio no Art. 7º, inciso XIII, Capítulo II da CF/88 e artigo 59-A da CLT fica convencionado entre as partes que os empregadores poderão adotar a jornada especial de trabalho em escala 12X36 (doze horas de trabalho com trinta e seis horas de descanso), ficando revogado o estabelecido no parágrafo segundo da cláusula vigésima quinta da Convenção Coletiva da Categoria. Fica estabelecido que a jornada mensal quando o mês possuir 30 (trinta) dias

será de 180 (cento e oitenta) horas e quando o mês for de 31 (trinta e um) dias será de 192 (cento e noventa e duas) horas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O intervalo para descanso será de, no mínimo, 60 minutos, conforme inteligência do inciso III, do artigo 611-A da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto no caput desta cláusula abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriado e domingos e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73, ambos da CLT.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Face a peculiaridade do trabalho desenvolvido pelas empresas de vigilância e sua essencialidade e, tomando-se por base que as ausências/faltas dos empregados acontecem muitas das vezes sem qualquer comunicação, o empregador poderá solicitar a seus empregados o trabalho eventual em dias de folga, com o devido pagamento do adicional de 50% (cinquenta por cento), sem que isto descaracterize a jornada de trabalho em escala 12X36.

PARÁGRAFO QUARTO: Quando não ocorrer o gozo do horário intrajornada ou o mesmo for suprimido, nos termos do § 4º do artigo 71 da CLT, será devido ao vigilante o pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) da remuneração base incluída a incidência do adicional de periculosidade.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO COMPETENTE

As controvérsias resultantes da aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, desde que estejam esgotadas as possibilidades de conciliação na forma estabelecida na presente convenção.

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA OITAVA - DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

As partes declaram que todas as cláusulas, parágrafos e condições avençadas na Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2022, ora aditada, transmitido pela Solicitação MR068036/2020 e protocolizado na Secretaria do Trabalho e Emprego sob o nº. 13090.101910/2020-41, registrada sob o nº. PB000387/2020 e no primeiro aditivo à Convenção Coletiva do Trabalho celebrado entre as partes e transmitido pela Solicitação MR001120/2021 e protocolizado na Secretaria do Trabalho e Emprego sob o nº.13090.100050/2021-17, registrada sob o nº. PB000013/2021, que não foram objetos de alterações ou modificações, no todo ou em parte, ficam, por isso mesmo confirmadas, convalidadas e ratificadas plenamente para que possam continuar a produzir os efeitos jurídicos e legais pactuados até 28 de fevereiro de 2022

**ANDREA CARLA GOMES FERREIRA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DA PRAIBA**

**WILLIAMS DOS SANTOS SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS EMP EM EMPRESAS DE SEG E VIG DA PARAIBA**

ANEXOS

ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

BASE DE APOIO

ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Lucro Presumido	Lucro Real	Simples Nacional
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	8,33%	8,33%
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	11,11%	11,11%
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º	7,15%	7,15%	6,03%
	Total	26,59%	26,59%	25,47%

	Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS) e FGTS				Lucro Presumido	Lucro Real	Simples Nacional
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)				20,00%	20,00%	20,00%
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)				1,50%	1,50%	
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)				1,00%	1,00%	
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)				0,20%	0,20%	
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr				2,50%	2,50%	
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)				8,00%	8,00%	8,00%
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03)	3,00%	FAP	1,00	3,00%	3,00%	3,00%
H	SEBRAE (lei 8029/90)				0,60%	0,60%	
	Total				36,80%	36,80%	31,00%

Módulo 3 - Provisão para Rescisão						
3	Provisão para rescisão			Lucro Presumido	Lucro Real	Simples
A	Aviso prévio indenizado	Nº de dias	30	0,42%	0,42%	0,42%
		Percentual de ocorrência anual	5,00%			
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado			0,03%	0,03%	0,03%
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API			0,01%	0,01%	0,01%
D	Aviso prévio trabalhado		Nº de dias	1,98%	1,98%	1,98%
	Percentual de ocorrência anual	2,00%	7			
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D			0,73%	0,73%	0,61%
F	Multa sobre FGTS incidente na dem. s/ justa causa			4,00%	4,00%	4,00%
	Total			7,18%	7,18%	7,06%

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente					
4.5	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Lucro Presumido	Lucro Real	Simples

A	Substituto na cobertura de Férias			1,62%	1,62%	1,62%
B	Substituto na cobertura das ausência por doença		0,015	1,39%	1,39%	1,39%
	Dias de ocorrência por ano		5			
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade		5	0,02%	0,02%	0,02%
	Percentual de ocorrência anual		1,50%			
D	Substituto na cobertura das ausências legais			0,82%	0,82%	0,82%
	Dias de ocorrência por ano		2,96			
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho			0,03%	0,03%	0,03%
	Percentual de ocorrência	0,78%	dias afastamento 15			
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade			0,07%	0,07%	0,07%
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente			1,46%	1,46%	1,23%

TRIBUTOS DEVIDOS -9.RESUMO CT	Lucro Presumido	Lucro Real	Simples
COFINS	3,00%	7,60%	3,24%
PIS	0,65%	1,65%	1,46%
ISS	5,00%	5,00%	5,00%
TOTAL	8,65%	14,25%	9,70%

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO	
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
PROCESSO SEI Nº 00016543-16.2020.6.15.8000	Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM JOÃO PESSOA
Data apresentação Proposta:	____/____/____
Prazo do contrato:	12 MESES
Regime Tributário da Empresa:	Lucro Presumido
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO TRABALHO 12 X 36 ARMADO DIURNO	1	2

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Vigilante Presencial
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	5173-30
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEG E VIGILÂNCIA DA PARAÍBA
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.03
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 1.102,03

Módulo 1: Composição da remuneração					
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 1.102,03	R\$ 2.204,06
B	Periculosidade (30%)	Sim	30%	R\$ 330,61	R\$ 661,22
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -	R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Não	12,00	N/A	

D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Não	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Não	N/A	R\$ -	R\$ -
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Não	15,22	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Não	-	N/A	
G	Intervalo Intrajornada indenizado -Inserir % adicional	Sim		R\$ 99,11	R\$ 198,22
G.1	Quantidade de Horas Extras intrajornada mensal	Não	15,22	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 1.531,75	R\$ 3.063,50

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 1.432,64	R\$ 2.865,28
---	--------------	--------------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 119,34	R\$ 238,68
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 159,17	R\$ 318,34
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	7,15%	R\$ 102,49	R\$ 204,98
Total		26,59%	R\$ 381,00	R\$ 762,00

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 286,53	R\$ 573,06
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	1,50%	R\$ 21,49	R\$ 42,98
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	1,00%	R\$ 14,33	R\$ 28,66
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,20%	R\$ 2,87	R\$ 5,74
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	2,50%	R\$ 35,82	R\$ 71,64
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 114,61	R\$ 229,22
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 42,98	R\$ 85,96
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,60%	R\$ 8,60	R\$ 17,20
Total		36,80%	R\$ 527,23	R\$ 1.054,46

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
---	--	--	-----------------------	-------------------

A	Transporte	Sim	R\$ 58,38	R\$ 116,76
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	2	N/A	
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,15	N/A	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	15	N/A	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Sim	R\$ 216,00	R\$ 432,00
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação	R\$ 18,00	N/A	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	15	N/A	
B.3	Participação do empregado no custo	20%	N/A	
C	Assistência Médica e Familiar	Sim	R\$ -	R\$ -
C.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
D	Plano odontológico	Não	R\$ -	R\$ -
D.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A	
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 2,07	R\$ 4,14
F	Auxílio-Funeral	Não		R\$ -
G	Cesta Básica	Não	R\$ -	R\$ -
G.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -
Total			R\$ 276,45	R\$ 552,90

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 381,00	R\$ 762,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 527,23	R\$ 1.054,46
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 276,45	R\$ 552,90
Total		R\$ 1.184,68	R\$ 2.369,36

Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para rescisão	Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 5,97	R\$ 11,94

B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,48	R\$ 0,96
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,01%	R\$ 0,19	R\$ 0,38
D	Aviso prévio trabalhado	1,98%	R\$ 28,41	R\$ 56,82
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,73%	R\$ 10,46	R\$ 20,92
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	4,00%	R\$ 57,31	R\$ 114,62
Total		7,18%	R\$ 102,82	R\$ 205,64

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	1.711,15
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 23,21	R\$ 46,42
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 23,77	R\$ 47,54
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,36	R\$ 0,72
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 14,07	R\$ 28,14
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,56	R\$ 1,12
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	R\$ -	R\$ -
Subtotal			R\$ 61,97	R\$ 123,94
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.		R\$ 22,80	R\$ 45,60
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 0,22	R\$ 0,44
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ 11,13	R\$ 22,26
Total			R\$ 96,12	R\$ 192,24

Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs	R\$ 92,75	R\$ 185,50
B	Equipamentos e Insumos	R\$ 18,32	R\$ 36,64
C			
D			
Total		R\$ 111,07	R\$ 222,14

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI						
#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Camisa Manga curta	R\$ 27,75	6	2	R\$ 9,25	R\$ 18,50

2	Calça	R\$ 26,80	6	2	R\$ 8,93	R\$ 17,86
3	Cinto	R\$ 8,75	12	1	R\$ 0,73	R\$ 1,46
4	Coturno/sapato	R\$ 52,68	12	1	R\$ 4,39	R\$ 8,78
5	Boné/Quepe com emblema (Cobertura)	R\$ 8,10	12	1	R\$ 0,68	R\$ 1,36
6	Capa de Chuva	R\$ 22,45	12	1	R\$ 1,87	R\$ 3,74
7	Crachá	R\$ 7,73	12	1	R\$ 0,64	R\$ 1,28
8	Apito + Cordão	R\$ 10,24	12	1	R\$ 0,85	R\$ 1,70
9	Colete de Proteção balístico Nível III	R\$ 371,00	60	1	R\$ 6,18	R\$ 12,36
10	Máscara de proteção COVI N95	R\$ 5,37	1	10	R\$ 53,70	R\$ 107,40
11	Meia social na cor preta	R\$ 8,29	6	4	R\$ 5,53	R\$ 11,06
Custo total mensal					R\$ 92,75	R\$ 185,50

DETALHAMENTO ITEM D MOD 5- EQUIPAMENTOS E INSUMOS					
Item	Equipamentos	Vida Útil em meses	Qtde.	Valor em R\$	Total Mensal total
1	Rádio Transmissor HT	60	19	R\$ 290,00	R\$ 7,65
2	Lanterna de led com baterias recarregáveis	12	10	R\$ 63,80	R\$ 4,43
3	Cinto tático guarnição completo (com coldre, porta munição, porta lanterna e porta bastão retrátil)	24	1	R\$ 39,65	R\$ 0,14
4	Livro de ocorrência	12	50	R\$ 9,61	R\$ 3,34
5	Bastão retrátil (em polímero fechado com 20cm e 65cm aberto)	30	19	R\$ 29,50	R\$ 1,56
6	Revolver calibre 38	120	1	R\$ 1.726,00	R\$ 1,20
Custo total mensal					R\$ 18,32

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 1.531,75	R\$ 3.063,50
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.184,68	R\$ 2.369,36
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 102,82	R\$ 205,64
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 96,12	R\$ 192,24
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 111,07	R\$ 222,14
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 3.026,44	R\$ 6.052,88

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro
--

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 181,59	R\$ 363,18
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 256,64	R\$ 513,28
C	Tributos			8,65%	R\$ 328,07	R\$ 656,14
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	0,65%			
		COFINS:	3,00%			
	c.2 - Tributos Estaduais					
	c.3 - Tributos Municipais	ISSQN:	5,00%			
Total					R\$ 766,30	R\$ 1.532,60

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 1.531,75	R\$ 3.063,50
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.184,68	R\$ 2.369,36
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 102,82	R\$ 205,64
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 96,12	R\$ 192,24
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 111,07	R\$ 222,14
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 766,30	R\$ 1.532,60
TOTAL			R\$ 3.792,74	R\$ 7.585,48
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	30	R\$ 126,42	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 15,80	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO	
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
PROCESSO SEI Nº 00016543-16.2020.6.15.8000	Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM JOÃO PESSOA
Data apresentação Proposta:	____/____/____
Prazo do contrato:	12 MESES
Regime Tributário da Empresa:	Simplex Nacional
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO TRABALHO 12 X 36 ARMADO DIURNO	1	2

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Vigilante Presencial
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	5173-30
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEG E VIGILÂNCIA DA PARAÍBA
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.03
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 1.102,03

Módulo 1: Composição da remuneração					
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 1.102,03	R\$ 2.204,06
B	Periculosidade (30%)	Sim	30%	R\$ 330,61	R\$ 661,22
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -	R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Não	12,00	N/A	

D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Não	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Não	N/A	R\$ -	R\$ -
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Não	15,22	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Não	-	N/A	
G	Intervalo Intrajornada indenizado -Inserir % adicional	Sim		R\$ 99,11	R\$ 198,22
G.1	Quantidade de Horas Extras intrajornada mensal	Não	15,22	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 1.531,75	R\$ 3.063,50

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 1.432,64	R\$ 2.865,28
---	--------------	--------------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 119,34	R\$ 238,68
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 159,17	R\$ 318,34
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	6,03%	R\$ 86,34	R\$ 172,68
Total		25,47%	R\$ 364,85	R\$ 729,70

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 286,53	R\$ 573,06
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	0,00%	R\$ -	R\$ -
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	0,00%	R\$ -	R\$ -
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,00%	R\$ -	R\$ -
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	0,00%	R\$ -	R\$ -
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 114,61	R\$ 229,22
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 42,98	R\$ 85,96
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,00%	R\$ -	R\$ -
Total		31,00%	R\$ 444,12	R\$ 888,24

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
---	--	--	-----------------------	-------------------

A	Transporte	Sim	R\$ 58,38	R\$ 116,76
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	2	N/A	
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,15	N/A	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	15	N/A	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Sim	R\$ 216,00	R\$ 432,00
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação	R\$ 18,00	N/A	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	15	N/A	
B.3	Participação do empregado no custo	20%	N/A	
C	Assistência Médica e Familiar	Sim	R\$ -	R\$ -
C.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
D	Plano odontológico	Não	R\$ -	R\$ -
D.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A	
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 2,07	R\$ 4,14
F	Auxílio-Funeral	Não		R\$ -
G	Cesta Básica	Não	R\$ -	R\$ -
G.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -
Total			R\$ 276,45	R\$ 552,90

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 364,85	R\$ 729,70
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 444,12	R\$ 888,24
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 276,45	R\$ 552,90
Total		R\$ 1.085,42	R\$ 2.170,84

Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para rescisão	Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 5,97	R\$ 11,94

B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,48	R\$ 0,96
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,01%	R\$ 0,19	R\$ 0,38
D	Aviso prévio trabalhado	1,98%	R\$ 28,41	R\$ 56,82
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,61%	R\$ 8,81	R\$ 17,62
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	4,00%	R\$ 57,31	R\$ 114,62
Total		7,18%	R\$ 101,17	R\$ 202,34

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	1.711,15
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 23,21	R\$ 46,42
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 23,77	R\$ 47,54
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,36	R\$ 0,72
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 14,07	R\$ 28,14
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,56	R\$ 1,12
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		R\$ -	R\$ -
Subtotal			R\$ 61,97	R\$ 123,94
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.		R\$ 19,21	R\$ 38,42
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 0,22	R\$ 0,44
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ 10,95	R\$ 21,90
Total			R\$ 92,35	R\$ 184,70

Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs	R\$ 92,75	R\$ 185,50
B	Equipamentos e Insumos	R\$ 18,32	R\$ 36,64
C			
D			
Total		R\$ 111,07	R\$ 222,14

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI						
#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Camisa Manga curta	R\$ 27,75	6	2	R\$ 9,25	R\$ 18,50

2	Calça	R\$ 26,80	6	2	R\$ 8,93	R\$ 17,86
3	Cinto	R\$ 8,75	12	1	R\$ 0,73	R\$ 1,46
4	Coturno/sapato	R\$ 52,68	12	1	R\$ 4,39	R\$ 8,78
5	Boné/Quepe com emblema (Cobertura)	R\$ 8,10	12	1	R\$ 0,68	R\$ 1,36
6	Capa de Chuva	R\$ 22,45	12	1	R\$ 1,87	R\$ 3,74
7	Crachá	R\$ 7,73	12	1	R\$ 0,64	R\$ 1,28
8	Apito + Cordão	R\$ 10,24	12	1	R\$ 0,85	R\$ 1,70
9	Colete de Proteção balístico Nível III	R\$ 371,00	60	1	R\$ 6,18	R\$ 12,36
10	Máscara de proteção COVI N95	R\$ 5,37	1	10	R\$ 53,70	R\$ 107,40
11	Meia social na cor preta	R\$ 8,29	6	4	R\$ 5,53	R\$ 11,06
Custo total mensal					R\$ 92,75	R\$ 185,50

DETALHAMENTO ITEM D MOD 5- EQUIPAMENTOS E INSUMOS					
Item	Equipamentos	Vida Útil em meses	Qtde.	Valor em R\$	Total Mensal total
1	Rádio Transmissor HT	60	19	R\$ 290,00	R\$ 7,65
2	Lanterna de led com baterias recarregáveis	12	10	R\$ 63,80	R\$ 4,43
3	Cinto tático guarnição completo (com coldre, porta munição, porta lanterna e porta bastão retrátil)	24	1	R\$ 39,65	R\$ 0,14
4	Livro de ocorrência	12	50	R\$ 9,61	R\$ 3,34
5	Bastão retrátil (em polímero fechado com 20cm e 65cm aberto)	30	19	R\$ 29,50	R\$ 1,56
6	Revolver calibre 38	120	1	R\$ 1.726,00	R\$ 1,20
Custo total mensal					R\$ 18,32

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 1.531,75	R\$ 3.063,50
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.085,42	R\$ 2.170,84
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 101,17	R\$ 202,34
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 92,35	R\$ 184,70
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 111,07	R\$ 222,14
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 2.921,76	R\$ 5.843,52

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro
--

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 175,31	R\$ 350,62
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 247,77	R\$ 495,54
C	Tributos			9,70%	R\$ 359,17	R\$ 718,34
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	1,46%			
		COFINS:	3,24%			
	c.2 - Tributos Estaduais					
	c.3 - Tributos Municipais	ISSQN:	5,00%			
Total					R\$ 782,25	R\$ 1.564,50

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 1.531,75	R\$ 3.063,50
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.085,42	R\$ 2.170,84
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 101,17	R\$ 202,34
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 92,35	R\$ 184,70
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 111,07	R\$ 222,14
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 782,25	R\$ 1.564,50
TOTAL			R\$ 3.704,01	R\$ 7.408,02
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	30	R\$ 123,47	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 15,43	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO	
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
PROCESSO SEI Nº 00016543-16.2020.6.15.8000	Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM JOÃO PESSOA
Data apresentação Proposta:	____/____/____
Prazo do contrato:	12 MESES
Regime Tributário da Empresa:	Lucro Presumido
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO TRABALHO 12 X 36 ARMADO NOTURNO	1	2

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Vigilante Presencial
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	5173-30
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEG E VIGILÂNCIA DA PARAÍBA
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.03
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 1.102,03

Módulo 1: Composição da remuneração					
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 1.102,03	R\$ 2.204,06
B	Periculosidade (30%)	Sim	30%	R\$ 330,61	R\$ 661,22
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -	R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Sim	20%	R\$ 158,58	R\$ 317,16
D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Sim	8,00	N/A	

D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Sim	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Sim	N/A	R\$ 97,68	R\$ 195,36
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Sim	15,22	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Sim	-	N/A	
G	Intervalo Intrajornada indenizado -Inserir % adicional	Sim		R\$ 99,11	R\$ 198,22
G.1	Quantidade de Horas Extras intrajornada mensal	Sim	15,22	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 1.788,01	R\$ 3.576,02

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 1.688,90	R\$ 3.377,80
---	--------------	--------------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 140,69	R\$ 281,38
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 187,64	R\$ 375,28
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	7,15%	R\$ 120,82	R\$ 241,64
Total		26,59%	R\$ 449,15	R\$ 898,30

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 337,78	R\$ 675,56
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	1,50%	R\$ 25,33	R\$ 50,66
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	1,00%	R\$ 16,89	R\$ 33,78
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,20%	R\$ 3,38	R\$ 6,76
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	2,50%	R\$ 42,22	R\$ 84,44
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 135,11	R\$ 270,22
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 50,67	R\$ 101,34
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,60%	R\$ 10,13	R\$ 20,26
Total		36,80%	R\$ 621,51	R\$ 1.243,02

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
---	--	--	-----------------------	-------------------

A	Transporte	Sim	R\$ 58,38	R\$ 116,76
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	2	N/A	
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,15	N/A	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	15	N/A	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Sim	R\$ 216,00	R\$ 432,00
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação	R\$ 18,00	N/A	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	15	N/A	
B.3	Participação do empregado no custo	20%	N/A	
C	Assistência Médica e Familiar	Sim	R\$ -	R\$ -
C.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
D	Plano odontológico	Não	R\$ -	R\$ -
D.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A	
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 2,07	R\$ 4,14
F	Auxílio-Funeral	Não		R\$ -
G	Cesta Básica	Não	R\$ -	R\$ -
G.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -
Total			R\$ 276,45	R\$ 552,90

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 449,15	R\$ 898,30
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 621,51	R\$ 1.243,02
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 276,45	R\$ 552,90
Total		R\$ 1.347,11	R\$ 2.694,22

Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para rescisão	Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 7,04	R\$ 14,08

B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,56	R\$ 1,12
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,01%	R\$ 0,23	R\$ 0,46
D	Aviso prévio trabalhado	1,98%	R\$ 33,50	R\$ 67,00
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,73%	R\$ 12,33	R\$ 24,66
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	4,00%	R\$ 67,56	R\$ 135,12
Total		7,18%	R\$ 121,22	R\$ 242,44

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	2.017,23
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 27,36	R\$ 54,72
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 28,02	R\$ 56,04
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,42	R\$ 0,84
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 16,59	R\$ 33,18
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,66	R\$ 1,32
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		R\$ -	R\$ -
Subtotal			R\$ 73,05	R\$ 146,10
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.		R\$ 26,88	R\$ 53,76
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 0,22	R\$ 0,44
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ 13,12	R\$ 26,24
Total			R\$ 113,27	R\$ 226,54

Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs	R\$ 92,75	R\$ 185,50
B	Equipamentos e Insumos	R\$ 18,32	R\$ 36,64
C			
D			
Total		R\$ 111,07	R\$ 222,14

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI						
#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Camisa Manga curta	R\$ 27,75	6	2	R\$ 9,25	R\$ 18,50

2	Calça	R\$ 26,80	6	2	R\$ 8,93	R\$ 17,86
3	Cinto	R\$ 8,75	12	1	R\$ 0,73	R\$ 1,46
4	Coturno/sapato	R\$ 52,68	12	1	R\$ 4,39	R\$ 8,78
5	Boné/Quepe com emblema (Cobertura)	R\$ 8,10	12	1	R\$ 0,68	R\$ 1,36
6	Capa de Chuva	R\$ 22,45	12	1	R\$ 1,87	R\$ 3,74
7	Crachá	R\$ 7,73	12	1	R\$ 0,64	R\$ 1,28
8	Apito + Cordão	R\$ 10,24	12	1	R\$ 0,85	R\$ 1,70
9	Colete de Proteção balístico Nível III	R\$ 371,00	60	1	R\$ 6,18	R\$ 12,36
10	Máscara de proteção COVI N95	R\$ 5,37	1	10	R\$ 53,70	R\$ 107,40
11	Meia social na cor preta	R\$ 8,29	6	4	R\$ 5,53	R\$ 11,06
Custo total mensal					R\$ 92,75	R\$ 185,50

DETALHAMENTO ITEM D MOD 5- EQUIPAMENTOS E INSUMOS					
Item	Equipamentos	Vida Útil em meses	Qtde.	Valor em R\$	Total Mensal total
1	Rádio Transmissor HT	60	19	R\$ 290,00	R\$ 7,65
2	Lanterna de led com baterias recarregáveis	12	10	R\$ 63,80	R\$ 4,43
3	Cinto tático guarnição completo (com coldre, porta munição, porta lanterna e porta bastão retrátil)	24	1	R\$ 39,65	R\$ 0,14
4	Livro de ocorrência	12	50	R\$ 9,61	R\$ 3,34
5	Bastão retrátil (em polímero fechado com 20cm e 65cm aberto)	30	19	R\$ 29,50	R\$ 1,56
6	Revolver calibre 38	120	1	R\$ 1.726,00	R\$ 1,20
Custo total mensal					R\$ 18,32

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 1.788,01	R\$ 3.576,02
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.347,11	R\$ 2.694,22
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 121,22	R\$ 242,44
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 113,27	R\$ 226,54
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 111,07	R\$ 222,14
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 3.480,68	R\$ 6.961,36

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro
--

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 208,84	R\$ 417,68
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 295,16	R\$ 590,32
C	Tributos			8,65%	R\$ 377,31	R\$ 754,62
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	0,65%			
		COFINS:	3,00%			
	c.2 - Tributos Estaduais					
	c.3 - Tributos Municipais	ISSQN:	5,00%			
Total					R\$ 881,31	R\$ 1.762,62

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 1.788,01	R\$ 3.576,02
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.347,11	R\$ 2.694,22
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 121,22	R\$ 242,44
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 113,27	R\$ 226,54
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 111,07	R\$ 222,14
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 881,31	R\$ 1.762,62
TOTAL			R\$ 4.361,99	R\$ 8.723,98
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	30	R\$ 145,40	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 18,18	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO	
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
PROCESSO SEI Nº 00016543-16.2020.6.15.8000	Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM JOÃO PESSOA
Data apresentação Proposta:	____/____/____
Prazo do contrato:	12 MESES
Regime Tributário da Empresa:	Simplex Nacional
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO TRABALHO 12 X 36 ARMADO NOTURNO	1	2

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Vigilante Presencial
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	5173-30
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEG E VIGILÂNCIA DA PARAÍBA
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.03
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 1.102,03

Módulo 1: Composição da remuneração					
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 1.102,03	R\$ 2.204,06
B	Periculosidade (30%)	Sim	30%	R\$ 330,61	R\$ 661,22
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -	R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Sim	20%	R\$ 158,58	R\$ 317,16
D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Sim	8,00	N/A	

D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Sim	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Sim	N/A	R\$ 97,68	R\$ 195,36
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Sim	15,22	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Sim	-	N/A	
G	Intervalo Intrajornada indenizado -Inserir % adicional	Sim		R\$ 99,11	R\$ 198,22
G.1	Quantidade de Horas Extras intrajornada mensal	Sim	15,22	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 1.788,01	R\$ 3.576,02

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 1.688,90	R\$ 3.377,80
---	--------------	--------------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 140,69	R\$ 281,38
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 187,64	R\$ 375,28
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	6,03%	R\$ 101,78	R\$ 203,56
Total		25,47%	R\$ 430,11	R\$ 860,22

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 337,78	R\$ 675,56
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	0,00%	R\$ -	R\$ -
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	0,00%	R\$ -	R\$ -
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,00%	R\$ -	R\$ -
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	0,00%	R\$ -	R\$ -
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 135,11	R\$ 270,22
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 50,67	R\$ 101,34
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,00%	R\$ -	R\$ -
Total		31,00%	R\$ 523,56	R\$ 1.047,12

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
---	--	--	-----------------------	-------------------

A	Transporte	Sim	R\$ 58,38	R\$ 116,76
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	2	N/A	
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,15	N/A	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	15	N/A	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Sim	R\$ 216,00	R\$ 432,00
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação	R\$ 18,00	N/A	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	15	N/A	
B.3	Participação do empregado no custo	20%	N/A	
C	Assistência Médica e Familiar	Sim	R\$ -	R\$ -
C.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
D	Plano odontológico	Não	R\$ -	R\$ -
D.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A	
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 2,07	R\$ 4,14
F	Auxílio-Funeral	Não		R\$ -
G	Cesta Básica	Não	R\$ -	R\$ -
G.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -
Total			R\$ 276,45	R\$ 552,90

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 430,11	R\$ 860,22
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 523,56	R\$ 1.047,12
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 276,45	R\$ 552,90
Total		R\$ 1.230,12	R\$ 2.460,24

Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para rescisão	Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 7,04	R\$ 14,08

B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,56	R\$ 1,12
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,01%	R\$ 0,23	R\$ 0,46
D	Aviso prévio trabalhado	1,98%	R\$ 33,50	R\$ 67,00
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,61%	R\$ 10,38	R\$ 20,76
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	4,00%	R\$ 67,56	R\$ 135,12
Total		7,18%	R\$ 119,27	R\$ 238,54

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	2.017,23
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 27,36	R\$ 54,72
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 28,02	R\$ 56,04
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,42	R\$ 0,84
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 16,59	R\$ 33,18
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,66	R\$ 1,32
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		R\$ -	R\$ -
Subtotal			R\$ 73,05	R\$ 146,10
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.	1,23%	R\$ 22,65	R\$ 45,30
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 0,22	R\$ 0,44
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ 12,91	R\$ 25,82
Total			R\$ 108,83	R\$ 217,66

Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs	R\$ 92,75	R\$ 185,50
B	Equipamentos e Insumos	R\$ 18,32	R\$ 36,64
C			
D			
Total		R\$ 111,07	R\$ 222,14

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI						
#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Camisa Manga curta	R\$ 27,75	6	2	R\$ 9,25	R\$ 18,50

2	Calça	R\$ 26,80	6	2	R\$ 8,93	R\$ 17,86
3	Cinto	R\$ 8,75	12	1	R\$ 0,73	R\$ 1,46
4	Coturno/sapato	R\$ 52,68	12	1	R\$ 4,39	R\$ 8,78
5	Boné/Quepe com emblema (Cobertura)	R\$ 8,10	12	1	R\$ 0,68	R\$ 1,36
6	Capa de Chuva	R\$ 22,45	12	1	R\$ 1,87	R\$ 3,74
7	Crachá	R\$ 7,73	12	1	R\$ 0,64	R\$ 1,28
8	Apito + Cordão	R\$ 10,24	12	1	R\$ 0,85	R\$ 1,70
9	Colete de Proteção balístico Nível III	R\$ 371,00	60	1	R\$ 6,18	R\$ 12,36
10	Máscara de proteção COVI N95	R\$ 5,37	1	10	R\$ 53,70	R\$ 107,40
11	Meia social na cor preta	R\$ 8,29	6	4	R\$ 5,53	R\$ 11,06
Custo total mensal					R\$ 92,75	R\$ 185,50

DETALHAMENTO ITEM D MOD 5- EQUIPAMENTOS E INSUMOS					
Item	Equipamentos	Vida Útil em meses	Qtde.	Valor em R\$	Total Mensal total
1	Rádio Transmissor HT	60	19	R\$ 290,00	R\$ 7,65
2	Llanterna de led com baterias recarregáveis	12	10	R\$ 63,80	R\$ 4,43
3	Cinto tático guarnição completo (com coldre, porta munição, porta lanterna e porta bastão retrátil)	24	1	R\$ 39,65	R\$ 0,14
4	Livro de ocorrência	12	50	R\$ 9,61	R\$ 3,34
5	Bastão retrátil (em polímero fechado com 20cm e 65cm aberto)	30	19	R\$ 29,50	R\$ 1,56
6	Revolver calibre 38	120	1	R\$ 1.726,00	R\$ 1,20
Custo total mensal					R\$ 18,32

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 1.788,01	R\$ 3.576,02
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.230,12	R\$ 2.460,24
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 119,27	R\$ 238,54
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 108,83	R\$ 217,66
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 111,07	R\$ 222,14
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 3.357,30	R\$ 6.714,60

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro
--

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 201,44	R\$ 402,88
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 284,70	R\$ 569,40
C	Tributos			9,70%	R\$ 412,71	R\$ 825,42
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	1,46%			
		COFINS:	3,24%			
	c.2 - Tributos Estaduais					
	c.3 - Tributos Municipais	ISSQN:	5,00%			
Total					R\$ 898,85	R\$ 1.797,70

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 1.788,01	R\$ 3.576,02
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.230,12	R\$ 2.460,24
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 119,27	R\$ 238,54
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 108,83	R\$ 217,66
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 111,07	R\$ 222,14
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 898,85	R\$ 1.797,70
TOTAL			R\$ 4.256,15	R\$ 8.512,30
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	30	R\$ 141,87	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 17,73	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO	
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
PROCESSO SEI Nº 00016543-16.2020.6.15.8000	Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM JOÃO PESSOA
Data apresentação Proposta:	____/____/____
Prazo do contrato:	12 MESES
Regime Tributário da Empresa:	Lucro Presumido
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO TRABALHO 44 HORAS SEMANAIS - VIGILANTE	1	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Vigilante Presencial
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	5173-30
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEG E VIGILÂNCIA DA PARAÍBA
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.03
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 1.102,03

Módulo 1: Composição da remuneração					
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 1.102,03	R\$ -
B	Periculosidade (30%)	Sim	30%	R\$ 330,61	R\$ -
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -	R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Não	12,00	N/A	

D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Não	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Não	N/A	R\$ -	R\$ -
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Não	15,22	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Não	-	N/A	
G	Intervalo Intrajornada indenizado -Inserir % adicional	Não		R\$ -	R\$ -
G.1	Quantidade de Horas Extras intrajornada mensal	Não	15,22	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 1.432,64	R\$ -

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 1.432,64	R\$ -
---	--------------	-------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 119,34	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 159,17	R\$ -
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	7,15%	R\$ 102,49	R\$ -
Total		26,59%	R\$ 381,00	R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 286,53	R\$ -
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	1,50%	R\$ 21,49	R\$ -
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	1,00%	R\$ 14,33	R\$ -
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,20%	R\$ 2,87	R\$ -
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	2,50%	R\$ 35,82	R\$ -
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 114,61	R\$ -
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 42,98	R\$ -
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,60%	R\$ 8,60	R\$ -
Total		36,80%	R\$ 527,23	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
---	--	--	-----------------------	-------------------

A	Transporte	Sim	R\$ 116,48	R\$ 232,96
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	2	N/A	
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,15	N/A	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22	N/A	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Sim	R\$ 316,80	R\$ -
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação	R\$ 18,00	N/A	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	22	N/A	
B.3	Participação do empregado no custo	20%	N/A	
C	Assistência Médica e Familiar	Sim	R\$ -	R\$ -
C.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
D	Plano odontológico	Não	R\$ -	R\$ -
D.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A	
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 2,07	R\$ -
F	Auxílio-Funeral	Não		R\$ -
G	Cesta Básica	Não	R\$ -	R\$ -
G.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -
Total			R\$ 435,35	R\$ -

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 381,00	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 527,23	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 435,35	R\$ -
Total		R\$ 1.343,58	R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para rescisão	Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 5,97	R\$ -

B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,48	R\$ -
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,01%	R\$ 0,19	R\$ -
D	Aviso prévio trabalhado	1,98%	R\$ 28,41	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,73%	R\$ 10,46	R\$ -
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	4,00%	R\$ 57,31	R\$ -
Total		7,18%	R\$ 102,82	R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	1.711,15
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 23,21	R\$ -
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 23,77	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,36	R\$ -
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 14,07	R\$ -
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,56	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		R\$ -	R\$ -
Subtotal			R\$ 61,97	R\$ -
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.	1,46%	R\$ 22,80	R\$ -
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 0,22	R\$ -
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ 11,13	R\$ -
Total			R\$ 96,12	R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs	R\$ 185,45	R\$ -
B	Equipamentos e Insumos	R\$ 10,55	R\$ -
C			
D			
Total		R\$ 196,00	R\$ -

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI						
#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Camisa Social Manga Longa	R\$ 59,96	6	3	R\$ 29,98	R\$ -

2	Terno Completo	R\$ 243,62	6	2	R\$ 81,21	R\$ -
3	Sapato social	R\$ 112,45	12	1	R\$ 9,37	R\$ -
4	Gravata lisa na cor preta	R\$ 30,10	12	2	R\$ 5,02	R\$ -
5	Crachá	R\$ 7,73	12	1	R\$ 0,64	R\$ -
6	Máscara de proteção COVI N95	R\$ 5,37	1	10	R\$ 53,70	R\$ -
7	Meia social na cor preta	R\$ 8,29	6	4	R\$ 5,53	R\$ -
Custo total mensal					R\$ 185,45	R\$ -

DETALHAMENTO ITEM D MOD 5- EQUIPAMENTOS E INSUMOS					
Item	Equipamentos	Vida Útil em meses	Qtde.	Valor em R\$	Total Mensal total
1	Rádio Transmissor HT	60	19	R\$ 290,00	R\$ 7,65
3	Cinto tático guarnição completo (com coldre, porta munição, porta lanterna e porta bastão retrátil)	24	1	R\$ 39,65	R\$ 0,14
7	Bastão retrátil (em polímero fechado com 20cm e 65cm aberto)	30	19	R\$ 29,50	R\$ 1,56
11	Revolver calibre 38	120	1	R\$ 1.726,00	R\$ 1,20
Custo total mensal					R\$ 10,55

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 1.432,64	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.343,58	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 102,82	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 96,12	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 196,00	R\$ -
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 3.171,16	R\$ -

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 190,27	R\$ -
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 268,91	R\$ -
C	Tributos			8,65%	R\$ 343,76	R\$ -
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	0,65%			
		COFINS:	3,00%			
	c.2 - Tributos Estaduais					

c.3 - Tributos Municipais	ISSQN:	5,00%		
Total			R\$ 802,94	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 1.432,64	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.343,58	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 102,82	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 96,12	R\$ -
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 196,00	R\$ -
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 802,94	R\$ -
TOTAL			R\$ 3.974,10	R\$ -
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	22	R\$ 180,64	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 22,58	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO	
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
PROCESSO SEI Nº 00016543-16.2020.6.15.8000	Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM JOÃO PESSOA
Data apresentação Proposta:	____/____/____
Prazo do contrato:	12 MESES
Regime Tributário da Empresa:	Simplex Nacional
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO TRABALHO 44 HORAS SEMANAIS - VIGILANTE	1	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Vigilante Presencial
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	5173-30
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEG E VIGILÂNCIA DA PARAÍBA
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.03
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 1.102,03

Módulo 1: Composição da remuneração					
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 1.102,03	R\$ -
B	Periculosidade (30%)	Sim	30%	R\$ 330,61	R\$ -
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -	R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Não	12,00	N/A	

D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Não	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Não	N/A	R\$ -	R\$ -
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Não	15,22	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Não	-	N/A	
G	Intervalo Intrajornada indenizado -Inserir % adicional	Não		R\$ -	R\$ -
G.1	Quantidade de Horas Extras intrajornada mensal	Não	15,22	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 1.432,64	R\$ -

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 1.432,64	R\$ -
---	--------------	-------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 119,34	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 159,17	R\$ -
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	6,03%	R\$ 86,34	R\$ -
Total		25,47%	R\$ 364,85	R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 286,53	R\$ -
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	0,00%	R\$ -	R\$ -
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	0,00%	R\$ -	R\$ -
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,00%	R\$ -	R\$ -
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	0,00%	R\$ -	R\$ -
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 114,61	R\$ -
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 42,98	R\$ -
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,00%	R\$ -	R\$ -
Total		31,00%	R\$ 444,12	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
---	--	--	-----------------------	-------------------

A	Transporte	Sim	R\$ 116,48	R\$ 232,96
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	2	N/A	
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,15	N/A	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22	N/A	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Sim	R\$ 316,80	R\$ -
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação	R\$ 18,00	N/A	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	22	N/A	
B.3	Participação do empregado no custo	20%	N/A	
C	Assistência Médica e Familiar	Sim	R\$ -	R\$ -
C.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
D	Plano odontológico	Não	R\$ -	R\$ -
D.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A	
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 2,07	R\$ -
F	Auxílio-Funeral	Não		R\$ -
G	Cesta Básica	Não	R\$ -	R\$ -
G.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -
Total			R\$ 435,35	R\$ -

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 364,85	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 444,12	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 435,35	R\$ -
Total		R\$ 1.244,32	R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para rescisão	Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 5,97	R\$ -

B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,48	R\$ -
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,01%	R\$ 0,19	R\$ -
D	Aviso prévio trabalhado	1,98%	R\$ 28,41	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,61%	R\$ 8,81	R\$ -
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	4,00%	R\$ 57,31	R\$ -
Total		7,18%	R\$ 101,17	R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	1.711,15
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 23,21	R\$ -
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 23,77	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,36	R\$ -
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 14,07	R\$ -
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,56	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		R\$ -	R\$ -
Subtotal			R\$ 61,97	R\$ -
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.	1,23%	R\$ 19,21	R\$ -
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 0,22	R\$ -
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ 10,95	R\$ -
Total			R\$ 92,35	R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs	R\$ 185,45	R\$ -
B	Equipamentos e Insumos	R\$ 10,55	R\$ -
C			
D			
Total		R\$ 196,00	R\$ -

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI						
#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Camisa Social Manga Longa	R\$ 59,96	6	3	R\$ 29,98	R\$ -

2	Terno Completo	R\$ 243,62	6	2	R\$ 81,21	R\$ -
3	Sapato social	R\$ 112,45	12	1	R\$ 9,37	R\$ -
4	Gravata lisa na cor preta	R\$ 30,10	12	2	R\$ 5,02	R\$ -
5	Crachá	R\$ 7,73	12	1	R\$ 0,64	R\$ -
6	Máscara de proteção COVI N95	R\$ 5,37	1	10	R\$ 53,70	R\$ -
7	Meia social na cor preta	R\$ 8,29	6	4	R\$ 5,53	R\$ -
Custo total mensal					R\$ 185,45	R\$ -

DETALHAMENTO ITEM D MOD 5- EQUIPAMENTOS E INSUMOS					
Item	Equipamentos	Vida Útil em meses	Qtde.	Valor em R\$	Total Mensal total
1	Rádio Transmissor HT	60	19	R\$ 290,00	R\$ 7,65
3	Cinto tático guarnição completo (com coldre, porta munição, porta lanterna e porta bastão retrátil)	24	1	R\$ 39,65	R\$ 0,14
7	Bastão retrátil (em polímero fechado com 20cm e 65cm aberto)	30	19	R\$ 29,50	R\$ 1,56
11	Revolver calibre 38	120	1	R\$ 1.726,00	R\$ 1,20
Custo total mensal					R\$ 10,55

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 1.432,64	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.244,32	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 101,17	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 92,35	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 196,00	R\$ -
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 3.066,48	R\$ -

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 183,99	R\$ -
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 260,04	R\$ -
C	Tributos			9,70%	R\$ 376,96	R\$ -
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	1,46%			
		COFINS:	3,24%			
	c.2 - Tributos Estaduais					

c.3 - Tributos Municipais	ISSQN:	5,00%		
Total				R\$ 820,99 R\$ -

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 1.432,64	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.244,32	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 101,17	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 92,35	R\$ -
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 196,00	R\$ -
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 820,99	R\$ -
TOTAL			R\$ 3.887,47	R\$ -
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	30	R\$ 129,58	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 16,20	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO	
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
PROCESSO SEI Nº 00016543-16.2020.6.15.8000	Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM JOÃO PESSOA
Data apresentação Proposta:	____/____/____
Prazo do contrato:	12 MESES
Regime Tributário da Empresa:	Lucro Presumido
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO TRABALHO 44 HORAS SEMANAIS - GUARDETE	1	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Vigilante Presencial
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	5173-30
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEG E VIGILÂNCIA DA PARAÍBA
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.03
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 1.102,03

Módulo 1: Composição da remuneração					
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 1.102,03	R\$ -
B	Periculosidade (30%)	Sim	30%	R\$ 330,61	R\$ -
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -	R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Não	12,00	N/A	

D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Não	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Não	N/A	R\$ -	R\$ -
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Não	15,22	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Não	-	N/A	
G	Intervalo Intrajornada indenizado -Inserir % adicional	Não		R\$ -	R\$ -
G.1	Quantidade de Horas Extras intrajornada mensal	Não	15,22	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 1.432,64	R\$ -

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 1.432,64	R\$ -
---	--------------	-------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 119,34	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 159,17	R\$ -
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	7,15%	R\$ 102,49	R\$ -
Total		26,59%	R\$ 381,00	R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 286,53	R\$ -
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	1,50%	R\$ 21,49	R\$ -
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	1,00%	R\$ 14,33	R\$ -
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,20%	R\$ 2,87	R\$ -
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	2,50%	R\$ 35,82	R\$ -
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 114,61	R\$ -
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 42,98	R\$ -
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,60%	R\$ 8,60	R\$ -
Total		36,80%	R\$ 527,23	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
---	--	--	-----------------------	-------------------

A	Transporte	Sim	R\$ 116,48	R\$ 232,96
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	2	N/A	
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,15	N/A	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22	N/A	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Sim	R\$ 316,80	R\$ -
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação	R\$ 18,00	N/A	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	22	N/A	
B.3	Participação do empregado no custo	20%	N/A	
C	Assistência Médica e Familiar	Sim	R\$ -	R\$ -
C.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
D	Plano odontológico	Não	R\$ -	R\$ -
D.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A	
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 2,07	R\$ -
F	Auxílio-Funeral	Não		R\$ -
G	Cesta Básica	Não	R\$ -	R\$ -
G.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -
Total			R\$ 435,35	R\$ -

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 381,00	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 527,23	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 435,35	R\$ -
Total		R\$ 1.343,58	R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para rescisão	Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 5,97	R\$ -

B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,48	R\$ -
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,01%	R\$ 0,19	R\$ -
D	Aviso prévio trabalhado	1,98%	R\$ 28,41	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,73%	R\$ 10,46	R\$ -
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	4,00%	R\$ 57,31	R\$ -
Total		7,18%	R\$ 102,82	R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	1.711,15
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 23,21	R\$ -
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 23,77	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade		R\$ -	R\$ -
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 14,07	R\$ -
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,56	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 1,00	R\$ -
Subtotal			R\$ 62,61	R\$ -
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.	1,46%	R\$ 23,04	R\$ -
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 0,22	R\$ -
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ 11,13	R\$ -
Total			R\$ 97,00	R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs	R\$ 185,45	R\$ -
B	Equipamentos e Insumos	R\$ 10,55	R\$ -
C			
D			
Total		R\$ 196,00	R\$ -

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI						
#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Camisa Social Manga Longa	R\$ 59,96	6	3	R\$ 29,98	R\$ -

2	Terno Completo	R\$ 243,62	6	2	R\$ 81,21	R\$ -
3	Sapato social	R\$ 112,45	12	1	R\$ 9,37	R\$ -
4	Gravata lisa na cor preta	R\$ 30,10	12	2	R\$ 5,02	R\$ -
5	Crachá	R\$ 7,73	12	1	R\$ 0,64	R\$ -
6	Máscara de proteção COVI N95	R\$ 5,37	1	10	R\$ 53,70	R\$ -
7	Meia social na cor preta	R\$ 8,29	6	4	R\$ 5,53	R\$ -
Custo total mensal					R\$ 185,45	R\$ -

DETALHAMENTO ITEM D MOD 5- EQUIPAMENTOS E INSUMOS					
Item	Equipamentos	Vida Útil em meses	Qtde.	Valor em R\$	Total Mensal total
1	Rádio Transmissor HT	60	19	R\$ 290,00	R\$ 7,65
3	Cinto tático guarnição completo (com coldre, porta munição, porta lanterna e porta bastão retrátil)	24	1	R\$ 39,65	R\$ 0,14
7	Bastão retrátil (em polímero fechado com 20cm e 65cm aberto)	30	19	R\$ 29,50	R\$ 1,56
11	Revolver calibre 38	120	1	R\$ 1.726,00	R\$ 1,20
Custo total mensal					R\$ 10,55

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 1.432,64	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.343,58	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 102,82	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 97,00	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 196,00	R\$ -
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 3.172,04	R\$ -

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 190,32	R\$ -
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 268,99	R\$ -
C	Tributos			8,65%	R\$ 343,86	R\$ -
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	0,65%			
		COFINS:	3,00%			
	c.2 - Tributos Estaduais					

c.3 - Tributos Municipais	ISSQN:	5,00%		
Total			R\$ 803,17	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 1.432,64	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.343,58	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 102,82	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 97,00	R\$ -
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 196,00	R\$ -
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 803,17	R\$ -
TOTAL			R\$ 3.975,21	R\$ -
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	30	R\$ 132,51	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 16,56	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DO PREÇO	
	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
PROCESSO SEI Nº 00016543-16.2020.6.15.8000	Dia ____/____/____ às ____:____ horas
OBJETO DA LICITAÇÃO:	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA A SEREM EXECUTADOS EM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL EM JOÃO PESSOA
Data apresentação Proposta:	____/____/____
Prazo do contrato:	12 MESES
Regime Tributário da Empresa:	Simplex Nacional
Se optante pelo simples nacional, preencher, faturamento acumulado dos últimos 12 meses anteriores a proposta:	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de Serviço	Quantidade de trabalhadores por posto	Quantidade total a contratar
POSTO TRABALHO 44 HORAS SEMANAIS - GUARDETE	1	

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS - DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO		
1	Especificação do tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas relativas ao posto)	Posto 44hs Semanais
2	Categoria profissional (vinculada a execução do contrato)	Vigilante Presencial
3	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional	5173-30
4	Número de Meses da execução contratual	12
5	Sindicato representativo da categoria profissional e nº de registro no MTE	SINDICATOS DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEG E VIGILÂNCIA DA PARAÍBA
6	Data base da categoria (DIA/MÊS/ANO)	01.03
8	Valor do Piso normativo da Categoria	R\$ 1.102,03

Módulo 1: Composição da remuneração					
1	Composição da remuneração			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Salário base mensal	N/A		R\$ 1.102,03	R\$ -
B	Periculosidade (30%)	Sim	30%	R\$ 330,61	R\$ -
C	Insalubridade (10%, 20%, 40%)	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D	Gratificação de Função	Não		R\$ -	R\$ -
D	Adicional Noturno -Caso seja SIM , inserir % adicional	Não	20%	R\$ -	R\$ -
D.1	Número de Horas Noturnas laboradas por dia por colaborador	Não	12,00	N/A	

D.2	Número de Dias laborados à noite no mês	Não	15,22	N/A	
E	Redução da hora Noturna	Não	N/A	R\$ -	R\$ -
E.1	Quantidade de Horas Not Reduzidas por mês	Não	15,22	N/A	
E.2	Valor Hora Not Reduzida conforme CCT/ACT	Não	-	N/A	
G	Intervalo Intra jornada indenizado -Inserir % adicional	Não		R\$ -	R\$ -
G.1	Quantidade de Horas Extras intra jornada mensal	Não	15,22	N/A	
H	Descanso Semanal Remunerado s/ Adic Not e H Not Reduz	VERIFICAR DETERMINAÇÃO EM CCT			R\$ -
I	Descanso Semanal Remunerado s/ Horas Extras	N/A			
J	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
k	Outro -Inserir	N/A			R\$ -
Total da Remuneração				R\$ 1.432,64	R\$ -

BASE DE CÁLCULO DO SUBMÓDULO 2.1 , 2.2, MOD 3 E 4	R\$ 1.432,64	R\$ -
---	--------------	-------

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	13º (décimo terceiro salário)	8,33%	R\$ 119,34	R\$ -
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 159,17	R\$ -
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário e Férias	6,03%	R\$ 86,34	R\$ -
Total		25,47%	R\$ 364,85	R\$ -

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de		Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	INSS (art 22, inc I Lei 8.212/91)	20,00%	R\$ 286,53	R\$ -
B	SESI OU SESC (art 30 Lei 8.036/90)	0,00%	R\$ -	R\$ -
C	SENAI OU SENAC (art 30 Dec Lei 2.318/86)	0,00%	R\$ -	R\$ -
D	INCRA (art 1 e 2 Decr Lei 1146/70)	0,00%	R\$ -	R\$ -
E	Salário educação (art. 15, da Lei nº 9.424/96; do art. 2º do Decr 3.142/99; e art. 212, § 5º da CF)	0,00%	R\$ -	R\$ -
F	FGTS (art 15 Lei nº 8.030/90)	8,00%	R\$ 114,61	R\$ -
G	RAT (Art. 22, inc. II, Lei 8212/91 e art 10 L 10.666/03) X FAP	3,00%	R\$ 42,98	R\$ -
H	SEBRAE (lei 8029/90)	0,00%	R\$ -	R\$ -
Total		31,00%	R\$ 444,12	R\$ -

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
---	--	--	-----------------------	-------------------

A	Transporte	Sim	R\$ 116,48	R\$ 232,96
A.1	Quantidade de postos de trabalho que receberão VT	2	N/A	
A.2	Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços	R\$ 4,15	N/A	
A.3	Quantidade de passagens por dia por empregado	2	N/A	
A.4	Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	22	N/A	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	Sim	R\$ 316,80	R\$ -
B.1	Valor do Auxílio-Alimentação	R\$ 18,00	N/A	
B.2	Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	22	N/A	
B.3	Participação do empregado no custo	20%	N/A	
C	Assistência Médica e Familiar	Sim	R\$ -	R\$ -
C.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
C.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
D	Plano odontológico	Não	R\$ -	R\$ -
D.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
D.2	Participação do empregado no custo em % (Se houver)		N/A	
E	Seguro de vida em grupo	Sim	R\$ 2,07	R\$ -
F	Auxílio-Funeral	Não		R\$ -
G	Cesta Básica	Não	R\$ -	R\$ -
G.1	Valor previsto em CCT/ACT		N/A	
G.2	Participação do empregado no custo (Se houver)		N/A	
H	Auxílio Creche (Inserido em despesas indiretas)	N/A		R\$ -
I	Outros (identificar)	N/A		R\$ -
Total			R\$ 435,35	R\$ -

2	Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	R\$ 364,85	R\$ -
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	R\$ 444,12	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	R\$ 435,35	R\$ -
Total		R\$ 1.244,32	R\$ -

Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
3	Provisão para rescisão	Percentual(%)	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 5,97	R\$ -

B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,48	R\$ -
C	Incidência da Multa s/ FGTS incidente no API	0,01%	R\$ 0,19	R\$ -
D	Aviso prévio trabalhado	1,98%	R\$ 28,41	R\$ -
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre item D	0,61%	R\$ 8,81	R\$ -
F	Multa sobre FGTS incidente s/ dem. s/ justa causa	4,00%	R\$ 57,31	R\$ -
Total		7,18%	R\$ 101,17	R\$ -

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1	Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
	Base de cálculo para o custo do profissional ausente (substituto): BCCPA = (Rem + 13º Ssal + Férias + 1/3)x Item Reposição . Conforme item 89 do Relatório do Acórdão TCU nº 1.753/2008 do Plenário e ourientações SEGES/MP		R\$	1.711,15
A	Substituto na cobertura de Férias	1,62%	R\$ 23,21	R\$ -
B	Substituto na cobertura das ausência por doença	1,39%	R\$ 23,77	R\$ -
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade		R\$ -	R\$ -
D	Substituto na cobertura das ausências legais	0,82%	R\$ 14,07	R\$ -
E	Substituto na cobertura nas ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,56	R\$ -
F	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,07%	R\$ 1,00	R\$ -
Subtotal			R\$ 62,61	R\$ -
G	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o custo de reposição do profissional ausente.	1,23%	R\$ 19,41	R\$ -
I	Inclusão benefícios Mensais e Diários (menos VT+VA) conforme orientação SEGES/MP	Nº de dias afastamento 38,96	R\$ 0,22	R\$ -
J	Inclusão custo M3 (Provisão para Rescisão) para substitutos		R\$ 10,95	R\$ -
Total			R\$ 93,19	R\$ -

Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos -Conforme detalhamento abaixo	Valor (R\$) por posto	Valor (R\$) total
A	Uniformes e EPIs	R\$ 185,45	R\$ -
B	Equipamentos e Insumos	R\$ 10,55	R\$ -
C			
D			
Total		R\$ 196,00	R\$ -

DETALHAMENTO ITEM A MOD 5- UNIFORMES E EPI						
#	Especificação por Item	Custo unitário médio	Vida útil em meses	Quantidade de itens por período	Custo mensal por posto	Custo mensal Total
1	Camisa Social Manga Longa	R\$ 59,96	6	3	R\$ 29,98	R\$ -

2	Terno Completo	R\$ 243,62	6	2	R\$ 81,21	R\$ -
3	Sapato social	R\$ 112,45	12	1	R\$ 9,37	R\$ -
4	Gravata lisa na cor preta	R\$ 30,10	12	2	R\$ 5,02	R\$ -
5	Crachá	R\$ 7,73	12	1	R\$ 0,64	R\$ -
6	Máscara de proteção COVI N95	R\$ 5,37	1	10	R\$ 53,70	R\$ -
7	Meia social na cor preta	R\$ 8,29	6	4	R\$ 5,53	R\$ -
Custo total mensal					R\$ 185,45	R\$ -

DETALHAMENTO ITEM D MOD 5- EQUIPAMENTOS E INSUMOS					
Item	Equipamentos	Vida Útil em meses	Qtde.	Valor em R\$	Total Mensal total
1	Rádio Transmissor HT	60	19	R\$ 290,00	R\$ 7,65
3	Cinto tático guarnição completo (com coldre, porta munição, porta lanterna e porta bastão retrátil)	24	1	R\$ 39,65	R\$ 0,14
7	Bastão retrátil (em polímero fechado com 20cm e 65cm aberto)	30	19	R\$ 29,50	R\$ 1,56
11	Revolver calibre 38	120	1	R\$ 1.726,00	R\$ 1,20
Custo total mensal					R\$ 10,55

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) – Custos diretos		Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração	R\$ 1.432,64	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 1.244,32	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 101,17	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 93,19	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 196,00	R\$ -
Custo Direto: Subtotal (A+B+C+D+E)		R\$ 3.067,32	R\$ -

Módulo 6 : Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro			Percentual (%)	Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Custos indiretos / Despesas Administrativas e Operacionais			6,00%	R\$ 184,04	R\$ -
B	Margem de Remuneração			8,00%	R\$ 260,11	R\$ -
C	Tributos			9,70%	R\$ 377,06	R\$ -
	c.1 - Tributos Federais	PIS:	1,46%			
		COFINS:	3,24%			
	c.2 - Tributos Estaduais					

c.3 - Tributos Municipais	ISSQN:	5,00%		
Total			R\$ 821,21	R\$ -

QUADRO-RESUMO DO CUSTO				
Mão de obra vinculada à execução contratual			Total Mensal por posto	Total Mensal Total
A	Módulo 1 - Composição da remuneração		R\$ 1.432,64	R\$ -
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.244,32	R\$ -
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		R\$ 101,17	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		R\$ 93,19	R\$ -
	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 196,00	R\$ -
E	Módulo 6- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 821,21	R\$ -
TOTAL			R\$ 3.888,53	R\$ -
	Custo do empregado por dia [Valor total do empregado / ° dias trabalhados no mês]	22	R\$ 176,75	
	Custo do empregado por Hora [Custo do empregado por dia /Nº horas laboradas por dia]	8	R\$ 22,09	

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
CPEPC - Comissão Permanente para Elaboração de Planilhas de Custos e Formação dos Preços de Serviços Contínuos

PLANILHA RESUMO - CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA EM UNIDADES DO TRE/PB				
N.º DO PROCESSO SEI: 0016543-16.2020.6.15.8000				
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: LUCRO PRESUMIDO				
UNIDADE: EDIFÍCIO SEDE				
ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 1 VIGILANTE	NÚMERO DE POSTOS	NÚMERO DE VIGILANTES	SUBTOTAL
12 X 36 DIURNO	3792,74	2 POSTOS	4	15.170,96
12 X 36 NOTURNO	4361,99	2 POSTOS	4	17.447,96
44 HORAS SEMANAIS	3974,10	02 VIGILANTES	2	7.948,20
44 HORAS SEMANAIS	3975,21	02 GUARDETE	2	7.950,42
				48.517,54
UNIDADE: NVI JOÃO PESSOA				
ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 1 VIGILANTE	NÚMERO DE POSTOS	NÚMERO DE VIGILANTES	SUBTOTAL
12 X 36 DIURNO	3792,74	1 POSTO	2	7.585,48
12 X 36 NTURNOO	4361,99	2 POSTOS	4	17.447,96
				25.033,44
UNIDADE: FÓRUM ELEITORAL				
ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 1 VIGILANTE	NÚMERO DE POSTOS	NÚMERO DE VIGILANTES	SUBTOTAL
12 X 36 DIURNO	3792,74	2 POSTOS	4	15.170,96
12 X 36 NOTURNO	4361,99	2 POSTOS	4	17.447,96
				32.618,92
UNIDADE: ANEXO I – ALMOXARIFADO				
ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 1 VIGILANTE	NÚMERO DE POSTOS	NÚMERO DE VIGILANTES	SUBTOTAL
12 X 36 DIURNO	3792,74	2 POSTOS	4	15.170,96
12 X 36 NOTURNO	4361,99	2 POSTOS	4	17.447,96
				32.618,92
TOTAL MENSAL DA CONTRATAÇÃO				
				138.788,82
TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO				
				1.665.465,84
REGIME DE TRIBUTAÇÃO: SIMPLES NACIONAL				
UNIDADE: EDIFÍCIO SEDE				
ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 1 VIGILANTE	NÚMERO DE POSTOS	NÚMERO DE VIGILANTES	SUBTOTAL
12 X 36 DIURNO	3704,01	2 POSTOS	4	14.816,04
12 X 36 NOTURNO	4256,15	2 POSTOS	4	17.024,60
44 HORAS SEMANAIS	3887,47	02 VIGILANTES	2	7.774,94
44 HORAS SEMANAIS	3888,53	02 GUARDETE	2	7.777,06
				47.392,64
UNIDADE: NVI JOÃO PESSOA				
ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 1 VIGILANTE	NÚMERO DE POSTOS	NÚMERO DE VIGILANTES	SUBTOTAL
12 X 36 DIURNO	3704,01	1 POSTO	2	7.408,02
12 X 36 NOTURNO	4256,15	2 POSTOS	4	17.024,60
				24.432,62
UNIDADE: FÓRUM ELEITORAL				
ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 1 VIGILANTE	NÚMERO DE POSTOS	NÚMERO DE VIGILANTES	SUBTOTAL
12 X 36 DIURNO	3704,01	2 POSTOS	4	14.816,04
12 X 36 NOTURNO	4256,15	2 POSTOS	4	17.024,60
				31.840,64
UNIDADE: ANEXO I – ALMOXARIFADO				
ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 1 VIGILANTE	NÚMERO DE POSTOS	NÚMERO DE VIGILANTES	SUBTOTAL
12 X 36 DIURNO	3704,01	2 POSTOS	4	14.816,04
12 X 36 NOTURNO	4256,15	2 POSTOS	4	17.024,60
				31.840,64
TOTAL MENSAL DA CONTRATAÇÃO				
				135.506,54
TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO				
				1.626.078,48



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Anexo
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021

(Processo SEI n.º 0016543-16.2020.6.15.8000)

ANEXO II**DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES****GRUPO 01 (G1)**

ITEM	OBJETO	CATSER	ESCALA DE TRABALHO	PREÇO MENSAL DE 01 VIGILANTE (R\$)	Nº DE POSTOS	Nº DE VIGILANTES POR POSTO	Nº TOTAL DE VIGILANTES	VALOR MENSAL DO ITEM (R\$)
01	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 12X36 DIURNO	24015	12X36 DIURNO		07 POSTOS	02	14	
02	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 12X36 NOTURNO	24015	12X36 NOTURNO		08 POSTOS	02	16	
03	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 44 HORAS SEMANAIS	24015	44 HORAS SEMANAIS		02 POSTOS	01	02	
04	CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA. ESCALA DE TRABALHO: 44 HORAS SEMANAIS	24015	44 HORAS SEMANAIS		02 GUARDETES	01	02	
VALOR TOTAL MENSAL DO GRUPO G1 (R\$)								
VALOR TOTAL ANUAL DO GRUPO G1 (R\$)								

OBSERVAÇÃO:

1.º) Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATSER e a do EDITAL, prevalecerá a descrição do EDITAL.

João Pessoa (PB), 28 de outubro de 2021.

ANDREZA ALVES GOMES
PRESIDENTE DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 28/09/2021, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](http://leis.legislativo.gov.br/Legis/11419-2006).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1105236** e o código CRC **40CE2712**.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021
(Processo SEI n.º 0016543-16.2020.6.15.8000)**

ANEXO III

MINUTA CONTRATUAL

**Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

MINUTA - SECONT**CONTRATO Nº ____ /2021 – TRE/PB**

Processo SEI nº 0016543-16.2020.6.15.8000

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE
VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA QUE FAZEM
ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA
PARAÍBA E A EMPRESA

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e um, compareceram, de um lado, o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, CNPJ 06.017.798/0001-60, com foro na cidade de João Pessoa, situado na Rua Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, João Pessoa - PB, CEP 58.020-911, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, **ARIOALDO ARAÚJO JÚNIOR**, brasileiro, casado, RG nº 950.531-SSP/PB, CPF nº 436.901.064-00, doravante designado **CONTRATANTE** e ou simplesmente **TRE/PB** e, de outro lado, a empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida na Rua/Av. _____, Tel (XX) _____, e mail: _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada por _____, brasileiro, _____, CPF nº _____, RG nº _____ - SSP/____, daqui por diante designada **CONTRATADA**, que têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 10.024/2019, na IN SLTI/MP n.º 05/2017 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objetivo a prestação dos serviços de vigilância armada, com a disponibilização de mão de obra para atendimento a **19 (dezenove) Postos de Serviço**, para os Prédios da Justiça Eleitoral abrangendo o município de João Pessoa, a serem prestados de acordo com o especificado no Termo de Referência 05/2021 SEGEC, Anexo I do Pregão Eletrônico nº XX/2021 TRE-PB, que passa a fazer parte integrante deste ajuste independentemente de transcrição, nos locais abaixo discriminados:

Edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Av. Princesa Isabel, 201, Tambiá, João Pessoa / PB
CEP 58013-911

NVI - João Pessoa

Av. Hilton Souto Maior, s/nº, José Américo, João Pessoa – PB
CEP 58073-212

Fórum Eleitoral de João Pessoa

Rua Odon Bezerra nº 309, Tambiá, nesta Capital
CEP 58.020-500

Anexo I (Almoxarifado)

Av. Chesf, s/n, Lote 3, Quadra M, Distrito Industrial, João
Pessoa
CEP 58.082-010

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços objeto deste contrato serão realizados por execução indireta, no regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

3.1 - O CONTRATANTE se obriga a:

- a) promover, através do Gestor e dos fiscais designados, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- b) assegurar o acesso dos empregados da empresa, quando devidamente identificados, aos locais de execução dos serviços;
- c) assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o bom desempenho dos mesmos;
- d) utilizar, no acompanhamento da execução contratual, um livro específico para o registro das eventuais ocorrências ou outro instrumento hábil (e-mail, notificações etc.), desde que preserve o histórico dos acontecimentos para futura análise por parte do Tribunal;
- e) fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela empresa, inclusive quanto à continuidade da prestação do serviço que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo TRE/PB, não deve ser interrompido;
- f) não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como: 1) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto; 2) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar com a Contratada; 3) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- g) prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para que os empregados da CONTRATADA venham desempenhar de modo satisfatório o seu trabalho;
- h) comunicar à CONTRATADA formal e imediatamente problemas ou dificuldades relacionadas à prestação dos serviços contratados;

- i) proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades necessárias ao bom cumprimento das obrigações contratadas;
- j) observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- k) Fiscalizar o controle de assiduidade e pontualidade dos empregados da Contratada;
- l) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou de cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
- m) Examinar as Carteiras Profissionais dos funcionários colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;
- n) solicitar, por amostragem, aos empregados terceirizados que verifiquem se as contribuições da Previdência Social e os valores relativos ao FGTS estão ou não sendo recolhidos em seus nomes, fornecendo à administração os respectivos comprovantes, de modo que, no período de um ano, todos empregados tenham recolhimentos avaliados pelo Tribunal;
- o) comunicar à Secretaria especial da Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia e à Receita Federal do Brasil qualquer irregularidade verificada nas contribuições previdenciárias e no recolhimento do FGTS dos empregados terceirizados;
- p) glosar dos pagamentos mensais os valores correspondentes às faltas cometidas pela CONTRATADA, nos termos do Acordo de Nível de Serviços - ANS;
- q) efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas no presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1 - A gestão do presente contrato e a fiscalização dos serviços serão realizadas de acordo com o estabelecido na Portaria DG nº 18/2018 – TRE-PB/PTRE/DG, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

4.2 - Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Contratante é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços ajustados, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

4.2.1 - ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da Contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou de cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

4.2.2 - examinar as Carteiras Profissionais dos empregados terceirizados para comprovar o registro da sua função profissional.

4.3 - Os serviços contratados serão avaliados pelo fiscal do contrato por meio dos seguintes instrumentos:

- a) Relatórios de Ocorrências mensais;
- b) Inspeção direta, feita a qualquer tempo;
- c) Acordo de Níveis de Serviços – ANS (anexo I do Termo de Referência).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá ao **Gestor** do contrato, subsidiado pelo Fiscal:

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018 - TRE-PB/PTRE/DG;
- b) anotar de forma clara, transparente e organizada, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- c) comunicar à Secretaria de Administração e Orçamento do Tribunal, **de imediato**, todo e qualquer descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
- d) observar o que estabelece o art. 4º, XII, da sobredita portaria;
- e) considerar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, instituído pela Resolução nº 21/2014 - TRE/PB.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caberá ao **Fiscal** do Contrato:

- a) cumprir e fazer cumprir o que disciplina a Portaria DG nº 18/2018 - TRE-PB/PTRE/DG;
- b) acompanhar, "*in loco*", a execução do contrato, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento visando à aplicação de sanção contratual;
- c) recusar os serviços prestados em desacordo com o pactuado e determinar o desfazimento, o ajuste ou a correção;
- d) comunicar à CONTRATADA, mediante correspondência com comprovante de recebimento a ser juntado aos autos, eventuais irregularidades na execução contratual, estabelecendo prazo para solução;
- e) observar o que estabelece o art. 5º, XV, da sobredita portaria;
- f) observar as normas previstas no Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, instituído pela Resolução nº 21/2014 - TRE/PB,

CLÁUSULA QUINTA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Os serviços de vigilância armada e desarmada compreendem:

- 5.1. preservar e guardar o patrimônio da União;
- 5.2. ligar e desligar as luzes conforme orientação do CONTRATANTE, nos horários por ela estabelecidos;
- 5.3. entender-se de imediato com as empresas responsáveis pelos serviços de Luz, Água e Esgoto, sempre que houver interrupção desses serviços em horário em que não haja expediente do CONTRATANTE;
- 5.4. controlar a entrada e a permanência de pessoas estranhas ao quadro de servidores do CONTRATANTE nas dependências deste, desde que se recusem a fornecer algum documento de identidade;
- 5.5. controlar permanentemente a entrada e a saída de pessoas, objetos e pacotes da sede do CONTRATANTE, bem como a entrada e saída de veículos oficiais e particulares do estacionamento, mantendo sempre os portões de acordo com as orientações recebidas;
- 5.6. responsabilizar-se pela segurança e manutenção da ordem nas unidades do Contratante;
- 5.7. comunicar imediatamente ao CONTRATANTE, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive na ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;

- 5.8. manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia, do Corpo de Bombeiros, do Fiscal/Gestor, do preposto da empresa responsável pela Manutenção Predial e outros de interesse e indicados para o melhor desempenho das atividades-fim;
- 5.9. observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do Fiscal/Gestor do CONTRATANTE, bem como as que entender oportunas;
- 5.10. repassar para o vigilante que está assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações;
- 5.11. colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, no possível, a atuação daquela, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- 5.12. controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e empregados após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, tarefa à executar, horário de entrada e horário de saída;
- 5.13. proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pelo CONTRATANTE ou responsável pela instalação;
- 5.14. proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de funcionários de empresas contratadas a serviço do TRE/PB;
- 5.15. executar a ronda diária conforme a orientação recebida do Fiscal/gestor, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade nas instalações;
- 5.16. assumir diariamente o Posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;
- 5.17. não se afastar do Posto, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

CLÁUSULA SEXTA – DOS POSTOS DE SERVIÇO

6.1 – Os serviços contratados deverão ser prestados por meio dos seguintes postos de vigilância:

Edifício Sede em João Pessoa:

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno DIURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes;

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno NOTURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes;

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno DIURNO, com escala de trabalho de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, envolvendo 02 (dois) vigilantes dentro do período compreendido entre as 08h00 e 19h00, observando-se o intervalo de 01 (uma) hora para alimentação.

02 Postos de Vigilância ARMADA (GUARDETE) no turno DIURNO, com escala de trabalho de 44 horas semanais, de segunda a sexta-feira, envolvendo 02 (dois) vigilantes dentro do período compreendido entre as 08h00 e 19h00, observando-se o intervalo de 01 (uma) hora para alimentação.

NVI de João Pessoa:

01 Posto de Vigilância ARMADA no turno DIURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 02 vigilantes;

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno NOTURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes;

Fórum Eleitoral de João Pessoa:

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno DIURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes, envolvendo vigilante do sexo masculino e feminino;

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno NOTURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes.

Anexo I (Almoxarifado):

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno DIURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes;

02 Postos de Vigilância ARMADA no turno NOTURNO, de Segunda-feira a Domingo, escala de 12 X 36 horas ininterruptas, envolvendo 04 vigilantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

7.1 – QUANTO À DOCUMENTAÇÃO:

7.1.1 - Apresentar ao Gestor/Fiscal do Contrato, a documentação a seguir de todos os funcionários, procedimento que deverá ocorrer toda vez que houver qualquer modificação no efetivo da CONTRATADA:

7.1.1.1 - Certificado expedido por instituições devidamente habilitadas e reconhecidas, referente ao Curso de Formação de Vigilantes, a fim de comprovar a formação técnica especializada dos profissionais que efetivamente executarão os serviços;

7.1.1.2 - Certidões Negativas da Justiça Federal e Estadual;

7.1.1.3 - Atestados de antecedentes Civil e Criminal de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do Contratante;

7.1.2 - Fornecer, quanto aos vigilantes que portarão arma de fogo, a documentação comprobatória do preenchimento dos requisitos constantes dos incisos I e II do artigo 4º, bem como do artigo 7º, § 2º, da Lei 10.826 de 22/12/2003, alterada pela Lei 11.706/2008;

7.1.3 - Apresentar, no primeiro mês da prestação dos serviços, cópia autenticada dos seguintes documentos:

7.1.3.1 - relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

7.1.3.2 - Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

7.1.3.3 - exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

7.1.3.4 - registro do empregado no CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados);

7.1.4 - Apresentar, mensalmente, prova da regularidade fiscal para com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Fazenda Federal, através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, bem como a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), **caso estes documentos não estejam regularizados no SICAF;**

7.1.5 - Apresentar, quando solicitado, original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

7.1.5.1- Guia de Recolhimento da Previdência Social (GRPS) e do FGTS;

7.1.5.2 - Certidão negativa com as Receitas Estadual e Municipal;

7.1.5.3 - Comprovante de pagamento dos salários;

7.1.5.4 - Comprovante do pagamento referente vale-transporte;

7.1.5.5 - Comprovante do pagamento do vale alimentação;

7.1.5.6 - Relação dos trabalhadores constantes no arquivo SEFIP;

7.1.5.7 - Resumo das informações à Previdência Social constante do arquivo SEFIP;

7.1.5.8 - Comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras entidades e fundos FPAS;

7.1.5.9 - Resumo do fechamento – empresa / FGTS;

7.1.5.10 - Protocolo de envio dos arquivos;

7.1.5.11 - Guias do FGTS pagas;

7.1.5.12 - Comprovações de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que foram exigidos por lei ou pelo contrato.

7.1.6 - Entregar, até 10 (dez) dias após o último mês da prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), original ou cópia autenticada dos documentos abaixo relacionados:

7.1.6.1 - termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

7.1.6.2 - guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

7.1.6.3 - extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

7.1.6.4 - exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

7.1.6.5 - comprovante de realocação dos funcionários em outras atividades de prestação de serviço, sem interrupção do contrato de trabalho, se for o caso.

7.2 – QUANTO AO PREPOSTO:

7.2.1 - Designar por escrito, na data estabelecida para o início da prestação do serviço, um profissional qualificado que responderá pela coordenação da atuação dos vigilantes em postos, que tenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato, fazendo prova de sua experiência e qualificação para a função, o qual figurará como preposto nos termos do art. 68, da Lei 8.666/93;

7.2.2 - Comunicar ao Gestor/Fiscal do Contrato, semanalmente, o endereço e telefone do preposto de plantão nos finais de semana e feriados, bem como o número do telefone em funcionamento da Central, a fim de que o CONTRATANTE possa contactá-lo quando houver necessidade.

7.2.3 - As obrigações específicas do preposto, estão descritas no item 5 do Termo de Referência.

7.3 – QUANTO AO FARDAMENTO:

7.3.1 - Fornecer a todos os empregados colocados à disposição do Contratante, sem exceção, fardamentos padronizados e adequados à atividade, conforme descrição constante no Termo de Referência nº 05/2021 - SEGEC, **repondo imediatamente** as peças dos uniformes em mau estado, a critério do Gestor/Fiscal do Contrato, sem o afastamento do vigilante do seu posto de trabalho, conforme segue:

7.3.1.1 - Cada vigilante receberá 02 (dois) conjuntos de fardamento por cada período de 12 (doze) meses, de acordo com o contido no Termo de Referência nº 05/2021 - SEGEC;

7.3.1.2 - Apresentar, ao Gestor/Fiscal do contrato, até o início da execução dos serviços, os documentos comprobatórios do fornecimento de uniformes, seguro de vida e equipamentos aos seus empregados;

7.3.1.3 - Quando houver nova remessa de uniformes e equipamentos aos seus empregados, conforme subitem 7.3.1, deverão ser apresentados à fiscalização documentos comprobatórios dos mesmos, constando assinatura individual de cada empregado;

7.3.2 - A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um dos itens citados a seus empregados;

7.3.3 - Na aquisição do uniforme devem ser utilizados, preferencialmente, produtos menos poluentes e agressivos ao meio ambiente que utilizem tecidos que tenham em sua composição fibras oriundas de material reciclável e/ou algodão orgânico.

7.4 – QUANTO AO ARMAMENTO:

7.4.1 - Fornecer e manter, sob sua exclusiva guarda e responsabilidade, arma de fogo, devidamente muniadas, juntamente com os acessórios aos vigilantes, no momento da Implantação dos Postos;

7.4.2 - Apresentar ao Gestor/Fiscal do Contrato, quando solicitado, comprovante individualizado das armas, substituição das munições vencidas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da solicitação;

7.4.3 - Fornecer a relação das armas e cópia autenticada dos respectivos registros e portes, que serão utilizadas pelos vigilantes nos postos;

7.4.4 - Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;

7.4.5 - Enviar ao Gestor/Fiscal do Contrato, na apresentação dos empregados, relação de armas e munição com as cópias autenticadas dos respectivos "Registros da Arma" e "Porte de Trânsito de Arma de fogo", que serão utilizadas pela mão de obra nos postos.

7.5 – QUANTO AOS RÁDIOS TRANSCÉPTORES:

7.5.1 - Fornecer rádios transceptores com fones de ouvido e microfone de lapela para uso de todos os vigilantes nos postos de serviço, em frequência diferente dos utilizados pelo Contratante;

7.5.2 - Os rádios transceptores e seus respectivos acessórios ficarão sob guarda e responsabilidade exclusiva da Contratada, os quais deverão ser substituídos, imediatamente, se apresentarem quaisquer defeitos;

7.5.3 - A Contratada deverá providenciar o licenciamento dos rádios transceptores perante o órgão técnico competente vinculado ao Ministério da Comunicação, apresentando o respectivo comprovante para o devido controle por parte da Contratante;

7.5.4 - A Empresa deverá apresentar ao Gestor/Fiscal do Contrato, na data estabelecida para o início da prestação do serviço, o Ato da ANATEL, que outorga a autorização para a utilização da frequência dos rádios, bem como as definições das estações móveis, com as suas respectivas áreas de abrangência e ainda, o comprovante de regularidade referente a esta utilização, se for o caso.

7.6 – QUANTO AO PAGAMENTO DOS EMPREGADOS:

7.6.1 - Realizar o pagamento de seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, independente do repasse realizado pela Administração, nos termos dos art. 459 e 465 ambos da CLT, ou legislação posterior;

7.6.2 - Seguir as determinações da convenção coletiva do Sindicato da respectiva categoria, relativamente a todos os empregados, observando o pagamento dos adicionais e/ou vantagens peculiares a cada profissional;

7.6.3 - Fornecer, até 10 (dez) dias após cada período aquisitivo, a escala de férias dos empregados postos à disposição da Administração.

7.6.4 - Efetuar o pagamento da remuneração de férias dos empregados até 02 (dois) dias antes do gozo desta, nos termos da legislação vigente.

7.7 – DEMAIS OBRIGAÇÕES:

7.7.1 - Prestar o serviço contratado em plena conformidade com o estabelecido neste instrumento e no no Termo de Referência nº 05/2021/SEGEC, Anexo I do Pregão Eletrônico nº XX/2021 – TRE-PB;

7.7.2 - Fornecer a mão de obra e os equipamentos necessários à realização do serviço contratado;

7.7.3 - **Iniciar a execução do serviço a partir da data determinada no Termo de Autorização de Início do Serviço – TAIS, a ser emitido pela Seção de Gestão de Contratos do TRE-PB;**

7.7.4 - Exercer o controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

7.7.5 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

7.7.6 - Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

7.7.7 - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;

7.7.8 - Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho tais como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante;

7.7.9 - Utilizar folhas de ponto dos empregados, por ponto eletrônico ou por meio que não seja padronizado, em consonância com a Súmula nº 338/TST;

7.7.10 - Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar, não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou quaisquer outras instalações do Contratante;

- 7.7.11 - Atender de imediato as solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação do serviço;
- 7.7.12 - Efetuar a reposição de mão de obra nos postos, em caráter imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;
- 7.7.13 - Os fiscais da contratada deverão, obrigatoriamente, inspecionar os postos no mínimo 02 (duas) vezes por semana, em dias e períodos alternados;
- 7.7.14 - Exigir de seus vigilantes que a arma seja utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio do Contratante, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- 7.7.15 - Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada aperfeiçoar a gestão de seus recursos - quer humano quer materiais - com vistas a qualidade do serviço e a satisfação da Contratante. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelo serviço contratado, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução, destacando-se a legislação ambiental;
- 7.7.16 - Responder pelo extravio de qualquer bem patrimonial ou material de consumo das unidades mencionadas acima, quando for apurada sua responsabilidade em processo administrativo, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
- 7.7.17 - Comprometer-se a indenizar qualquer dano ou prejuízo causado ao CONTRATANTE, ainda que involuntariamente, pelos funcionários alocados ou pela omissão dos mesmos no desempenho de suas tarefas;
- 7.7.18 - Promover a capacitação de todos os vigilantes na forma determinada no art. 110, da Portaria da Polícia Federal n. 387, de 28/08/2006, apresentando os respectivos comprovantes ao Gestor/Fiscal da Contratante, na época apropriada.
- 7.7.19 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições exigidas para a contratação;
- 7.7.20 - Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso dos seus empregados em exercício no Tribunal, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias estão sendo recolhidas;;
- 7.7.21 - Viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados em exercício neste Tribunal
- 7.7.22 - Apresentar, sempre que solicitado, extrato do FGTS dos empregados;
- 7.7.23 - Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pelo gestor do contrato;
- 7.7.24 - comprovar que possui sede, filial ou escritório na cidade de João Pessoa ou em sua região metropolitana, ou que instalará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do presente contrato, com capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Administração, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à execução do contrato;
- 7.7.25 - manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PB ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 7.7.26 - Orientar seus funcionários quanto a proibição de usar os telefones do TRE/PB, desnecessariamente, como também de receber ligações telefônicas interurbanas e locais, a cobrar;

7.7.27 - Não permitir, que seus funcionários exerçam quaisquer outras atividades alheias aos objetivos definidos neste contrato, especial e principalmente durante o horário em que estiver prestando os serviços;

7.7.28 - Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços contratados sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o TRE/PB, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

7.7.29 - Responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências do TRE/PB, e vice-versa, por meios próprios, em casos de paralisação dos transportes coletivos;

7.7.30 - Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome;

7.7.31 - Não caucionar ou utilizar o contrato firmado com a TRE/PB para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência, sob pena de rescisão contratual;

7.7.32 - Zelar pela manutenção da disciplina nos locais dos serviços, substituindo qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pelo TRE/PB;

7.7.33 - Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE/PB ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

7.7.34 - Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

7.7.35 - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

7.7.36 - Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

7.7.37 - Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

7.7.38 - Assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012;

7.7.39 - assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;

7.7.40 - Comprovar, **sob pena de rescisão contratual**, no prazo máximo de 10 (dez) a partir da assinatura do presente instrumento e durante a vigência do ajuste, o atendimento das seguintes condições:

7.7.40.1 - não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;

7.7.40.2 - não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

7.7.41 - priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços;

7.7.42 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem a prévia anuência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES PARTICULARES

8.1 - O CONTRATANTE não se responsabilizará por quaisquer serviços que venham a ser executados pela CONTRATADA sem a devida previsão contratual ou tenha sido realizado fora da sua vigência;

8.2 - Os serviços constantes da CLÁUSULA PRIMEIRA serão recebidos mês a mês, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante atesto da respectiva fatura;

8.3 - É assegurada ao CONTRATANTE a faculdade de exigir, a qualquer tempo, da CONTRATADA documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato;

8.4 - A CONTRATADA autoriza o CONTRTANTE a realizar o pagamentos de salários diretamente aos empregados terceirizados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem honrados pela empresa;

8.4.1 - Quando os pagamentos descritos neste item não forem possíveis de serem realizados pelo Tribunal, seja por falta da documentação pertinente ou outras razões, os valores contratuais retidos cautelarmente deverão ser depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS;

8.5 - CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE, desde já, de forma irrevogável e irretratável, a compensar dos créditos futuros que venha a ter em face da prestação dos serviços objeto do presente contrato os danos ou prejuízos causados ao TRE/PB, não cobertos pela garantia contratual, nos termos do art. 368 e seguintes do Código Civil;

8.6 - Havendo divergência entre o contrato e o Termo de Referência, prevalecerá o constante neste último.

CLÁUSULA NONA - DA CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

9.1 - A CONTRATADA autorizará o CONTRATANTE a abrir uma conta-depósito vinculada específica, para o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias (férias, 1/3 constitucional, 13º salário, rescisão etc.) dos empregados disponibilizados para prestar serviços ao Tribunal em decorrência deste contrato, de acordo com o art. 19-A da IN SLTI-MPOG n.º 02/2008, introduzido pela IN SLTI/MPOG n.º 03/2009, e Resolução 169/2013 - CNJ, alterada pela Resolução 183/2013 - CNJ.

9.2 - A conta-depósito vinculada será aberta em nome da empresa, pelo CONTRATANTE, em instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.

9.3 - A solicitação de abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - será providenciada pela SECONT - Seção de Contratos deste Tribunal.

9.4 - A autorização para resgatar ou movimentar recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - será do Ordenador de Despesa, após a confirmação da necessidade de liberação dos valores pelo Gestor do contrato.

9.5 - O valor mensal a ser depositado na conta-depósito vinculada será igual à soma dos encargos trabalhistas abaixo descritos, previstos na planilha de composição de custos e

formação de preços do contrato, compreendendo:

- a) férias - 8,33%;
- b) 1/3 constitucional - 2,78%;
- c) 13º salário - 8,33%;
- d) multa do FGTS - 4%;
- e) incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre os itens "a", "b" e

"c"

CLÁUSULA DÉCIMA - DA LIBERAÇÃO / UTILIZAÇÃO DO SALDO DA CONTA VINCULADA

10.1 - A CONTRATADA poderá solicitar autorização do Tribunal para:

- a) resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – os valores despedidos com o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias descritas no item 9.5, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa para a prestação dos serviços contratados.
- b) movimentar os recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação – diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias descritas no item 9.5.

10.2 - A conta-depósito vinculada somente será liberada para o pagamento direto das verbas aos trabalhadores, nas condições abaixo, conforme art.19-A, inciso I, da IN n.º 03, de 15 de outubro de 2009:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias dos empregados vinculados ao contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao Contrato;
- d) ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

10.3 - Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada, conforme previsto na alínea "a" do item 10.1, a CONTRATADA, **após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias**, deverá apresentar ao Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 9.5.

10.4 - O CONTRATANTE expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização para o resgate de que trata a alínea "a" do item 10.1, encaminhando a referida autorização ao banco público, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.

10.5 - Ocorrendo a movimentação prevista na alínea "b" do item 10.1, o Gestor do contrato solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósito.

10.6 - Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Tribunal deverá requerer, por meio da CONTRATADA, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o

empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos da rescisão do contrato de trabalho estão corretos;

10.7 - O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme dispõe o art. 14 § 4º da Resolução nº 301 - CNJ de 29.11.2019.

10.7.1 - a presença do sindicato da categoria quando da liberação do saldo das contas depósito vinculadas restará suprida com a sua notificação e prévia ciência, devidamente comprovada nos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO

11.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução dos serviços ajustados, o valor mensal de **R\$ _____**,____ (_____).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de OBC - Ordem Bancária de Crédito, OBB - Ordem Bancária para Banco ou Ordem Bancária para Pagamento de Faturas com Código de Barras, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou 20 (vinte) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, conforme o valor da contratação seja inferior ou superior, respectivamente ao limite previsto no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da mesma Lei;

12.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras, **relativa ao serviço prestado**, deverá ser encaminhada para o e-mail segec@tre-pb.jus.br ou, na sua impossibilidade, apresentada no Protocolo Geral do TRE/PB, acompanhado da declaração de conta-corrente própria, na qual deseja receber o referido pagamento, com a identificação da instituição financeira, nome e prefixo da agência correspondente;

12.1.1.1 - O valor mensal a ser efetivamente pago à CONTRATADA poderá variar em razão do desconto estabelecido no **Acordo de Nível de Serviços - ANS**;

12.1.1.2. - O valor da Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário com código de barras deverá estar de acordo com o **Resultado da Avaliação Mensal dos Serviços** encaminhado pelo Gestor à CONTRATADA.

12.1.2 - A empresa contratada deverá manter endereço eletrônico para receber correspondência via e-mail.

12.1.3 - A comprovação da regularidade fiscal, para o pagamento, será verificada por meio do SICAF e do sítio da Justiça do Trabalho;

12.1.3.1 - Na impossibilidade de o CONTRATANTE ter acesso ao SICAF e/ou ao sítio da Justiça do Trabalho, a comprovação da regularidade fiscal deverá ser realizada mediante a apresentação, pela CONTRATADA, da documentação descrita no item 7.1.4 da CLÁUSULA SÉTIMA.

12.1.4 - No primeiro pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, cópias das CTPS de todos os empregados alocados no Tribunal, bem como as respectivas fichas funcionais. Para os casos de contrato de experiência, apresentar cópia do contrato;

12.1.5 - A Nota Fiscal/Fatura será analisada pelo respectivo Gestor e atestada, se for o caso;

12.1.5.1 - O Contratante se reserva ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura por parte do gestor do contrato, este verificar que os serviços foram executados em desacordo com o especificado no ajuste;

12.1.5.2 - Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á, após a regularização da situação e/ou reapresentação da nota fiscal/fatura, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

12.1.5.3 - O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta/nota de empenho, sob pena de não ser efetuado o pagamento;

12.2 - O CONTRATANTE poderá reter ou glosar o pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA:

12.2.1 - Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida a atividade contratada.

12.2.2 - Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.3 - Caso a CONTRATADA tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração;

12.4 - Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX / 100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios

12.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade, nos termos do art. 86, caput e §2º e §3º e/ou art. 87, §1º, da Lei nº 8.666/93, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO E DAS CONTRIBUIÇÕES

13.1 - De acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, será retido, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido (CSLL), a contribuição para a Seguridade Social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre o pagamento efetuado à pessoa jurídica contratada, pela prestação do serviço, objeto deste contrato, observando os procedimentos previstos nessa Instrução Normativa.

13.1.1 - Caso a pessoa jurídica contratada seja optante do "SIMPLES" esta não ficará sujeita à retenção prevista na Instrução Normativa retro mencionada.

13.1.2 - Consoante disciplina o art. 6º, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, as empresas optantes do Simples Nacional, as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, bem como as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se referem os artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, deverão, **no primeiro pagamento**, apresentar ao CONTRATANTE declaração assinada por seu representante legal, de acordo com os modelos dos Anexos II, III ou IV da referida norma.

13.1.3 - As entidades beneficentes de assistência social, previstas nos incisos III e IV do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 que atuam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social deverão apresentar, juntamente com a declaração constante dos Anexos II ou III da citada norma, o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), expedido pelos Ministérios das respectivas áreas de atuação da entidade, na forma estabelecida pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

13.2 - Com base nos preceitos da legislação municipal correspondente, será retido, na fonte, o ISS sobre o valor do serviço prestado.

13.3 - Consoante disciplina o art. 31 da Lei nº 8.212/93, o TRE/PB reterá, para recolhimento à Seguridade Social em nome da Contratada, 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal/fatura dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1 - O presente contrato terá como prazo de vigência 12 (doze) meses contados a partir da sua última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

14.2 - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1 - O contrato poderá ser alterado nos casos e condições previstos na seção III, do capítulo III da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 - A despesa decorrente da prestação do serviço objeto deste contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Programa de Trabalho _____, Elemento de Despesa _____, Plano Interno _____, alocados no orçamento deste Tribunal para o exercício 2021.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho Nº 2021NE_____, em ____ de _____ de 2021, à conta da dotação especificada nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO

17.1 - O preço contratado poderá ser repactuado, mediante solicitação da CONTRATADA, respeitada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento ao qual a proposta se referir, de acordo com os termos estabelecidos no art. 12º do Decreto nº 9.507/2018, Seção II - Subseção VI da Instrução Normativa nº 05/2017/SEGES/MP e Capítulo V da Instrução nº 01/2018/TRE.

17.2 - O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, sendo certo que se considera como data do orçamento aquela do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.

17.3 - Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

17.4 - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas.

17.5 - A CONTRATADA poderá exercer, perante a CONTRATANTE, seu direito à repactuação, da data do registro da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não o fizer de forma tempestiva, e, por via de consequência, prorrogar o Contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão de seu direito de repactuar. (Acórdão n.º 1.828/2008 – TCU/Plenário).

17.6 - As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, também serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

17.7 - As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

17.8 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, o que deverá ser comprovado com a cópia do documento legal que lhe deu ensejo.

17.9 - A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REAJUSTE

18.1 - Os valores dos itens que compõem os insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei) e os materiais da planilha de composição de custos do contrato poderão ser reajustados, a cada doze meses, a partir da data da apresentação da proposta, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, acumulado nos últimos doze meses.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

19.1 - O valor pactuado no Contrato poderá ser revisto, mediante solicitação da Contratada, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação objeto deste

contrato, por meio de revisão, na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, observado o seguinte:

19.1.1- As eventuais solicitações de revisão deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

19.1.2 - A demonstração analítica será apresentada em conformidade com a planilha de custos e formação de preços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PENALIDADES E DO DESCONTO DO VALOR DA MULTA

20.1 - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no Decreto nº 10.024/2019. A Administração poderá, ainda, a seu critério, utilizar-se subsidiariamente das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no que couber.

20.2 - Fica estabelecido como falta grave, caracterizado como falha em sua execução, o não recolhimento do FGTS e das contribuições da Previdência Social dos empregados terceirizados, bem como o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação nos dias fixados, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória estabelecida no item 20.3 e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do Decreto nº 10.024/2019;

20.3 - Com fundamento no Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa compensatória de até 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total, sobre o valor total da contratação, ou de até 15% (quinze por cento), no caso de inexecução parcial, sobre o valor do saldo da contratação, respectivamente, a Contratada que:

- 20.3.1 – apresentar documentação falsa;
- 20.3.2 – causar atraso na execução do objeto;
- 20.3.3 – falhar na execução do contrato;
- 20.3.4 – fraudar na execução do contrato;
- 20.3.5 – comportar-se de modo inidôneo;
- 20.3.6 – declarar declaração falsa;
- 20.3.7 – cometer fraude fiscal; e
- 20.3.8 – não mantiver a proposta.

20.4 - Para os fins do item 20.3.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

20.5 - A Contratada ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, com fundamento no art. 86 da Lei nº 8.666/93, à seguinte penalidade:

20.5.1 - multa moratória de:

20.5.1.1 - 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) ao dia sobre o valor do contrato em caso de atraso na execução do serviço, limitada a incidência de 10 (dez) dias;

20.5.1.2 - Sendo o atraso superior a 10 (dez) dias, configurar-se-á inexecução total da obrigação, a ensejar a aplicação da multa compensatória, prevista no item 22.3, sem prejuízo da aplicação da multa moratória limitada a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), oriunda do atraso referido no subitem anterior, bem como da rescisão unilateral da avença.

20.6 - **Caso a avaliação dos serviços contratados fique, por três meses consecutivos ou não, na pontuação máxima (09 Pontos) do Acordo de Níveis de Serviço (Anexo I do Termo de Referência), restará configurada a inexecução parcial da avença, a ensejar, a critério da administração, a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas nesta cláusula.**

20.7 - As multas moratória e compensatória poderão ser cumuladas com as sanções previstas no item 22.1, bem como com as glosas estabelecidas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS (anexo I do Termo de Referência).

20.8 - Apenas a aplicação das penalidades de advertência e de multa (compensatória e moratória) não necessitam ser publicadas no DOU, devendo a intimação da apenada dar-se por meio de notificação;

20.9 - As sanções estabelecidas nesta cláusula são da competência exclusiva da autoridade designada nos normativos internos deste Tribunal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da efetiva notificação.

20.10 - A autoridade competente, na aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, deverá levar em consideração a gravidade da conduta da Contratada, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Contratante, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade, da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovados.

20.11 - O valor da multa moratória ou compensatória, nos termos do artigo 86, § 3º da LLC, poderá ser descontado da garantia contratual, dos créditos da Contratada ou cobrado judicialmente, nesta ordem.

20.12 - O recolhimento do valor da multa, moratória ou compensatória, deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da intimação da aplicação da sanção, sob pena de seu desconto ser efetuado conforme item anterior, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

20.13 - As penalidades estabelecidas nesta cláusula deverão ser registradas no SICAF.

20.14 - As penalidades descritas nesta cláusula não excluem a possibilidade de o CONTRATANTE cobrar da CONTRATADA indenização por eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

21.1 - Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas a Contratada prestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da assinatura do presente contrato, garantia no valor de R\$ 14.438,78 (quatorze mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do Contrato, por meio de qualquer uma das modalidades descritas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

21.2 - Caso a garantia seja prestada na modalidade Seguro Garantia, a vigência da apólice deverá estender-se a **90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato.**

21.3 - A garantia prestada pela CONTRATADA deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

21.4 - Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem, **expressamente**, os eventos indicados nos itens **a** a **d** do item anterior.

21.5 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada junto à Caixa Econômica Federal, devendo o valor ser corrigido monetariamente.

21.6 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.7 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

21.8 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

21.9 - Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, emitido pelo Gestor do Contrato, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso o CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

21.10 - A contratada obriga-se a apresentar nova garantia, conforme o caso, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, antes do seu vencimento, ou da redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou da assinatura do termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato e na prorrogação, mantendo-se o percentual estabelecido no item 21.1 desta cláusula.

21.11 - A garantia de que trata esta cláusula somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da presente contratação ou de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços.

21.11.1 - Caso a comprovação do pagamento das verbas rescisórias trabalhistas ou da realocação dos empregados não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência deste ajuste, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

22.1 - O contrato poderá ser rescindido nos casos e nas condições previstas no presente contrato e na seção V, do Capítulo III, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

23.1 - O presente contrato tem apoio legal no Pregão Eletrônico nº XX/2021 - TRE/PB , reger-se-á por suas cláusulas e pelos termos da proposta firma vencedora, bem como pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 10.024/2019, na Instrução IN SLTI/MP n.º 05/2017 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e foi celebrado de acordo com o contido no Processo SEI nº 0016543-16.2020.6.15.8000

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1 - Para dirimir questões deste contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado e assinado eletronicamente pelas partes e seu extrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3.

João Pessoa, ____ de ____ de 2021.

JAILTON CALDEIRA BRANT
CHEFE DA SEÇÃO DE CONTRATOS



Documento assinado eletronicamente por JAILTON CALDEIRA BRANT em 23/04/2021, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/lei11419.htm).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1009794** e o código CRC **84226505**.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021
(Processo SEI n.º 0016543-16.2020.6.15.8000)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO
DISPOSTO NO ART. 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07 DO CNJ

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARO, para fins do disposto no art 3º da Resolução do CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, com a nova redação que lhe foi dada pela Resolução do CNJ nº 09 do CNJ e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea “a” do Enunciado Administrativo nº 01, que a nossa empresa não tem e nem irá contratar *DIRETORES* e *OCUPANTES DE FUNÇÃO DE GESTÃO DA EMPRESA*, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PB, durante o período de vigência do contrato decorrente deste certame.**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021
(Processo SEI n.º 0016543-16.2020.6.15.8000)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO
DISPOSTO NO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARO, para fins do disposto no artigo 4º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012 do CNJ, que a nossa empresa não colocará empregados para o exercício de funções de chefia que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da mencionada Resolução, devendo tal condição ser mantida durante todo o contrato.**

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2021
(Processo SEI n.º 0016543-16.2020.6.15.8000)

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa _____,
inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____,
estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa
privada e a Administração Pública:

NOME DO ÓRGÃO/EMPRESA	VIGÊNCIA DO CONTRATO	VALOR TOTAL DO CONTRATO*

Valor Total dos Contratos

R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais têm contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}^*} \times 12 > 1$$

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$$